

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

LUIZA FREIRE NOGUCHI

**POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NA REGIÃO METROPOLITANA DE
CURITIBA.**

CURITIBA
2009

LUIZA FREIRE NOGUCHI

**POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NA REGIÃO METROPOLITANA DE
CURITIBA.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, na área de Educação, Cultura e Tecnologia, linha de pesquisa Políticas e Gestão da Educação do curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Profº. Dr. Ângelo Ricardo de Souza.

CURITIBA
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS

Noguchi, Luiza Freire

Políticas para a educação infantil na região metropolitana de Curitiba /

Luiza Freire Noguchi. – Curitiba, 2009.

173f. : il. algumas color., grafs., tabs.

Inclui bibliografia e anexos

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

1. Educação de crianças – Curitiba, Região Metropolitana de (PR) – 2001-2006. 2. Política e educação. I. Souza, Ângelo Ricardo de.
II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 372.98162

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não seria concluída sem o apoio, incentivo e a presença de algumas pessoas que fazem parte da minha história. As linhas aqui redigidas são insuficientes para expressar toda a gratidão e ternura com estas pessoas e a todas que não foram mencionadas, mas que de algum modo, contribuíram para mais uma vitória nas minhas andanças pelo mundo da Educação:

À força superior a qual uns chamam de **Deus**, outros Buda, Alah ou Jeová; seja qual for seu nome só tenho a agradecer por todos os dias, toda a força e a vida que pude desfrutar com saúde e muita perseverança para cada dia trilhar um pouco mais desta caminhada. Amém!

À minha família: **Pai Luiz, Mãe Neide, Paulinho, Li e Bruna** pela presença, amor e apoio que sempre me deram e sempre me darão, independente das minhas escolhas, vocês sempre trazem mais cor à minha vida! Não poderia deixar de agradecer a minha família Oriental (**Sr. Yassuo, Dna Tereza, Noemi, Sussumu, Arissa, Kenzo, Yumi, Marcelo e Claudio**) que compreenderam meus momentos de privação das suas companhias e me apoiaram incondicionalmente: 本当にありがとうございます¹.

Ao meu amor e companheiro de vida, **Raul**. Pelo amor, paciência, compreensão, apoio, serenidade e as palavras certas nas horas certas. É impossível descrever em palavras tudo que você representa para mim nesta caminhada.

Às amigas “insanas”: **Rapha, Mari, Fer e Elisa** que compartilham cada uma ao seu modo das mesmas angústias educacionais e sempre, de modo todo especial, deram forças para que eu pudesse continuar firme e forte! Adoro vocês!

Ao **Profº Ângelo Ricardo de Souza** pelas orientações e, especialmente, por mostrar-me que não só na política como na VIDA tudo pode ser “*para o bem ou para o mal*” e “*flagrar*” estas minúncias é papel do bom pesquisador. Obrigada pelo auxílio, pelos comentários instigantes e principalmente por me provocar a pesquisar um tema tão importante para o campo. Muito obrigada!

À **Giselle, Marilene, Simoni e Wilson** devo aqui meu agradecimento muito especial a vocês, por toda a alegria e leveza nas nossas “diferenças”! Vocês proporcionaram momentos muito singulares nestes dois anos de convivência! Obrigada de coração pelos sensacionais “*Seminários de Integração*”; pelas discussões epistemológicas, pelo apoio nos momentos mais tensos e difíceis desta caminhada e, principalmente, pelo incomparável amadurecimento que causaram em mim. Vocês são 10!

Ao **Joaquim, Ângela e Sérgio**, que uniram seus anseios aos da nossa turma e coloriram mais nossas investigações e a nossa convivência! Obrigada!

Às **Profªs Taís Moura Tavares e Rose Meri Trojan**. Desde a graduação acompanharam meus passos e auxiliaram na minha formação como pesquisadora.

¹Tradução livre do japonês: *Muito obrigada*.

Só tenho a agradecer imensamente pelas suas existências e as lições *dialéticas* de como ser sempre mais humana, com *limites e possibilidades*.

À **CAPES**, por promover as condições necessárias (materiais e imateriais) para que esta pesquisa fosse desenvolvida com serenidade e, assim, possa contribuir para a ampliação das pesquisas no campo das Políticas Educacionais.

Aos membros da banca de qualificação, **Profº Jefferson Mainardes e Profº Paulo Vinicius Baptista da Silva**, por colaborarem de modo efetivo e rigoroso nas análises, críticas e sugestões para o enriquecimento desta pesquisa.

Aos **colegas e profissionais do Núcleo de Políticas, Gestão e Financiamento da Educação (NuPE)** da UFPR, pelas valiosas discussões e por me auxiliarem na superação dos meus limites.

Aos professores que de algum modo auxiliaram na construção das bases desta pesquisa, especialmente: **Profº Ricardo Costa de Oliveira (Ciências Sociais-UFPR)**, **Profª Olga Firkowski (Geografia –UFPR)**, **Profº Marcelo Lopes de Souza (Geografia – UFRJ)**, **Profª Gizele de Souza (Educação – UFPR)** e **Profª Noela Ivernizzi (Educação – UFPR)**. Muito obrigada!

Ao revisor do trabalho, **Sálvio Nienkötter**, pela trabalho minucioso, rigoroso e pelas sugestões relevantes. Obrigada.

A **Marisa Schimidt Silva** pelo apoio, ouvidos atentos, aconselhamentos instigantes nos últimos meses desta caminhada. Por ensinar-me de modo singelo, embasada em *Sun Tzu*, a antes de conhecer e atacar o inimigo é preciso conhecer a si mesmo ou todas as batalhas serão em vão. Obrigada!

À acolhida de todos os responsáveis pelos Departamentos de Educação Infantil do Primeiro Anel Metropolitano, especialmente a **Profª Ida Regina Moro Milléo de Mendonça**, da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.

Enfim, ao **Mestrado** como um todo por promover em mim o amadurecimento acadêmico e principalmente, por fazer com que eu seja uma pessoa melhor hoje do que era ao adentrar neste programa.

“Se procurar bem você acaba encontrando.
Não a explicação (duvidosa) da vida,
Mas a poesia (inexplicável) da vida.”

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

A presente investigação tem como objeto de estudo as políticas para a educação infantil na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), no período de 2001 a 2006. O *locus* analisado nesta região são os doze municípios que constituem o Primeiro Anel Metropolitano (PAM), região que possui trânsito populacional intenso e que gera um grande volume de demandas sociais, extrapolando os limites geográficos dos municípios. O objetivo desta pesquisa é analisar a oferta na educação infantil, com a justificativa que a análise desta dimensão quantitativa e material da política oportuniza reflexões sobre os esforços do poder público na efetivação do direito à educação. Para esta tarefa foram coletados dados dos bancos padronizados do INEP/MEC e IPARDES, cotejados aos dados obtidos através de um questionário (e uma entrevista) encaminhado aos responsáveis pelos Departamentos de Educação Infantil dos municípios pesquisados. De posse destes dados empíricos foi desenvolvida uma projeção da possível universalização da educação infantil nesta região, de modo a evidenciar uma possível efetivação do direito à educação para todos. A análise destes dados aliados às bases teóricas desenvolvidas na investigação revelaram as seguintes conclusões: as políticas para a educação infantil não são efetivas no Primeiro Anel Metropolitano; não há integração entre os municípios no que se refere a proposição e tomada de ação nas políticas para a etapa tornando as políticas focadas apenas nos municípios; o atendimento do direito à educação infantil é insuficiente pelo poder público frente à demanda que se apresenta na região.

Palavras-chave: Educação Infantil; Políticas Educacionais; Direito à Educação; Efetividade; Metropolização.

ABSTRACT

This research has as object of study the policies for kindergarten in the Metropolitan Area of Curitiba, from 2001 to 2006. The *locus* analyzed in this region is the twelve cities that the First Metropolitan Ring, a region that has intense population transit and that generates a large volume of social demands, beyond the geographical boundaries of the cities. The objective of this research is to examine the offer in the kindergarten, with the justification that the analysis of this quantitative and material dimension of these policies gives the opportunity for reflections on the efforts of public authorities in the execution the effectiveness of the right to the education. For this task were collected standardized INEP / MEC and IPARDES data bank, collate with the data obtained through a questionnaire (and an interview) forwarded to the responsible Child Education Departments of the municipalities surveyed. With these empirical data a projection of possible kindergarten universalization in this region was developed, to show when a possible realization of the right to education for all can occur. The analysis of these data combined with theoretical bases developed in the research revealed the following conclusions: the policies for early childhood education are not effective in the First Metropolitan Ring, there is no integration among municipalities as regards the proposition and action on policies for the kindergarten making policies focused only on the municipalities, the attendance by the public power of the right to education for children is insufficient to fulfill the demand that is present in the region.

Keywords: Kindergarten; Educational Policies; Right to the Education; Effectiveness; Metropolitanization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CF/88	Constituição Federal De 1988
COMEC	Coordenação Da Região Metropolitana De Curitiba
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
DEI	Departamento de Educação Infantil
ECA	Estatuto Da Criança E Do Adolescente
FNDU	Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDH-E	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal / Educação.
IDHM-R	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal / PIB
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
LDB	Lei De Diretrizes E Bases Da Educação
MEC	Ministério da Educação
NuPE	Núcleo de Políticas, Gestão e Financiamento da Educação
PAM	Primeiro Anel Metropolitano
PDI	Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROSAM	Programa de Saneamento Básico
RMC	Região Metropolitana De Curitiba
SMAM	Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos
SMEC	Secretaria Municipal de Educação de Curitiba
UFPR	Universidade Federal do Paraná

LISTA DE QUADROS E TABELAS

TABELA 1 – TAXAS DE CRESCIMENTO DE MATRÍCULA NO PAM (2001 - 2006)	59
TABELA 2 – POPULAÇÃO ESTIMADA – PAM (2007)	61
TABELA 3 – PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	66
TABELA 4 – PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	70
TABELA 5 – PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	73
TABELA 6 - PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	77
TABELA 7 – PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	81
TABELA 8 – PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	85
TABELA 9 – PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	90
TABELA 10 - CRIANÇAS ORIUNDAS DA RMC NOS CMEI's DE CURITIBA (2008).	91
TABELA 11 – PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL ...	95
TABELA 12 – PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL ...	99
TABELA 13 - PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL ..	104
TABELA 14 – PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL .	107
TABELA 15 – PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL .	111
TABELA 16- PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL ...	119
TABELA 17 – RESUMO DA REGIÃO - 2006	121
TABELA 17 – RESUMO DA REGIÃO - 2006	122
TABELA 18 – POPULAÇÃO POR MUNICÍPIOS E PERCENTUAL DE 0 A 6 ANOS (2006)	124

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL - 2006.....	64
GRÁFICO 2 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS TOTAL – 2006.....	65
GRÁFICO 3 – PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ALMIRANTE TAMANDARÉ	66
GRÁFICO 4 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL – 2006.....	68
GRÁFICO 5 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS TOTAL – 2006.....	69
GRÁFICO 6 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA EM ARAUCÁRIA.....	70
GRÁFICO 7 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL – 2006.....	72
GRÁFICO 8 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS TOTAL – 2006.....	73
GRÁFICO 9 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CAMPINA GRANDE DO SUL.....	74
GRÁFICO 10 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL - 2006.....	76
GRÁFICO 11 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS TOTAL – 2006.....	77
GRÁFICO 12 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CAMPO LARGO	78
GRÁFICO 13 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL – 2006.....	80
GRÁFICO 14 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS TOTAL – 2006.....	80
GRÁFICO 15 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CAMPO MAGRO	81
GRÁFICO 16 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL – 2006.....	84
GRÁFICO 17 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS TOTAL – 2006.....	85
GRÁFICO 18 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM COLOMBO.....	86
GRÁFICO 19 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL – 2006.....	88
GRÁFICO 20 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS TOTAL – 2006.....	89
GRÁFICO 21 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CURITIBA	90
GRÁFICO 22 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL – 2006.....	94
GRÁFICO 23 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS TOTAL – 2006.....	95
GRÁFICO 24 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM FAZENDA RIO GRANDE.....	96
GRÁFICO 25 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL – 2006.....	98
GRÁFICO 26 - ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLA TOTAL – 2006	99
GRÁFICO 27 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM PINHAIS.....	100
GRÁFICO 28 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL – 2006.....	102
GRÁFICO 29 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS – 2006	103
GRÁFICO 30 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM PIRÁQUARA.....	104
GRÁFICO 31 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL – 2006.....	106
GRÁFICO 32 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS TOTAL – 2006.....	107
GRÁFICO 33 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM QUATRO BARRAS.....	108
GRÁFICO 34 – ATENDIMENTO EM CRECHES – 2006	110
GRÁFICO 35 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS – 2006	111
GRÁFICO 35 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.....	112

GRÁFICO 36 - COBERTURA TOTAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PAM – 2001/2006	114
GRÁFICO 37 – COBERTURA DA EDUCAÇÃO INFANTIL POR REDE NO PAM – 2001/2006	115
GRÁFICO 38 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL – 2006.....	116
GRÁFICO 39 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS TOTAL – 2006.....	117
GRÁFICO 40 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PAM	119

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	51
MAPA 2 – REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – DIVISÃO POLÍTICA	52
MAPA 3 - COBERTURA NO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO – 2006.	118

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 EDUCAÇÃO INFANTIL: DEVER DO ESTADO E DIREITO DO CIDADÃO	21
1.1 EDUCAÇÃO INFANTIL E JUSTIÇA SOCIAL	22
1.2 DEMANDA SOCIAL: O REFLEXO DO DIREITO EFETIVADO E O DIREITO A SER EFETIVADO.	34
1.3 A LEI VERSUS A AÇÃO DO PODER PÚBLICO: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	38
2 METROPOLIZAÇÃO: A DINÂMICA ENTRE ESPAÇO E SOCIEDADE.....	45
2.1 REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	50
2.2 A PERMEABILIDADE DE LIMITES: O MOVIMENTO DE DISSOLUÇÃO DOS LIMITES TERRITORIAIS.....	54
3 OFERTA E DEMANDA: UM RETRATO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PAM.....	56
3.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO PAM - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	56
3.2 OS MUNICÍPIOS PERTENCENTES AO PAM: UM OLHAR SOBRE A DIVERSIDADE	60
3.2.1 ALMIRANTE TAMANDARÉ	63
3.2.2 ARAUCÁRIA	67
3.2.3 CAMPINA GRANDE DO SUL	71
3.2.4 CAMPO LARGO.....	74
3.2.5 CAMPO MAGRO.....	79
3.2.6 COLOMBO	82
3.2.7 CURITIBA	87
3.2.8 FAZENDA RIO GRANDE	92
3.2.9 PINHAIS	97
3.2.10 PIRAQUARA	101
3.2.11 QUATRO BARRAS	105
3.2.12 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	109
3.3 PAM – O TODO COMPOSTO POR PARTES (DES)ARTICULADAS.	113
CONCLUSÃO.....	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
ANEXOS	139

INTRODUÇÃO

“O custo para educar uma criança é enorme. Mas o custo de não educá-la é incalculável.” (Autor desconhecido)

A presente investigação tem como objeto as políticas para a educação infantil na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e, tem como recorte, a análise dos doze municípios que constituem o Primeiro Anel Metropolitano (PAM)². Um dos motivos para a escolha deste objeto foram as inquietações que a educação infantil propicia aos estudos de políticas educacionais recentes, devido às mudanças pelas quais esta etapa³ passou nas últimas décadas.

Após a instituição dos quatro marcos legais para a educação infantil, a constar a Constituição Federal de 1988 (CF/88), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE); surgiu a possibilidade de efetivação real da educação infantil como primeira etapa da educação básica, uma tentativa de superar a dualidade historicamente construída entre o *cuidar* e o *educar* e proporcionar políticas mais voltadas à indissociabilidade destas ações.

É com um olhar mais voltado às políticas para a infância, adotando uma nova visão e concepção de criança como sujeito de direitos, que esta pesquisa assume a análise das políticas educacionais tendo em vista a garantia do direito à educação para a primeira infância. Destas inquietações surgiram outras intrinsecamente relacionadas ao foco do direito à educação e a efetividade da política em assegurar a todos o direito garantido em lei.

Como é sabido, as políticas para a educação infantil ocorrem na esfera municipal e analisar a oferta educacional nesta etapa tendo como ponto de partida as relações presentes no micro-sistema (municípios) propicia uma análise mais consistente acerca da (des)articulação do conjunto de municípios escolhidos (PAM)

² Optou-se pela denominação “PAM” para facilitar a menção do conjunto de municípios analisados no decorrer da pesquisa, são eles: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais. Para um maior aprofundamento sobre o PAM recomenda-se a leitura do artigo de Gouveia & Souza (2005).

³ A utilização do termo “etapa” foi escolhida tendo a consciência que nas décadas anteriores, à promulgação da LDB 9394/96, a educação infantil não era etapa obrigatória da educação básica. O termo foi utilizado para facilitar a compreensão mais usual utilizada na atualidade.

e reflete em que medida o direito à educação atende aos preceitos designados pelos macro-sistemas, ou seja, o estado e a União. Um dos objetivos desta pesquisa é unir o debate acerca da dimensão que a região metropolitana, no caso a região metropolitana de Curitiba, exerce na proposição, definição e efetivação das políticas para a educação infantil tendo como eixo norteador da análise a efetividade da política.

Analisar a efetividade da política neste *locus* é uma das vertentes da pesquisa *Políticas Educacionais e Qualidade de Ensino: as Relações entre o Investimento Financeiro em Educação, as Condições de Qualidade, o Perfil da Demanda Educacional e o Desempenho Estudantil no Estado do Paraná* desenvolvida pelo Núcleo de Política, Gestão e Financiamento da Educação (NuPE) da Universidade Federal do Paraná. Esta dissertação é parte integrante desta pesquisa-mãe que compreende a análise do decênio 2001-2010⁴. Desse modo é possível garantir maior rigor na análise dos dados apresentados e mostrar sua relação com os objetivos propostos. Segundo Barbosa (2008), o estudo vinculado as pesquisas do NuPE, “apresenta uma particularidade, na medida em que, de certo modo, não se realiza de forma isolada, já que integra um conjunto de questões, postas nas reflexões coletivas e no contexto da pesquisa-maior” (BARBOSA, 2008, p. 1).

O período escolhido e delimitado para esta dissertação é o que compreende os anos de 2001 a 2006 e uma das justificativas para a análise ser limitada até o ano mencionado é devido a não consolidação dos dados de matrícula e população, coletados nos bancos de dados padronizados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), referentes aos anos de 2007 e 2008.

Outro viés concentra-se na análise da região metropolitana de Curitiba, especialmente no PAM, que possui um trânsito intenso populacional que gera um volume significativo de demandas sociais. Este fator extrapola os limites geográficos constituindo e ampliando as interfaces nas demandas por políticas sociais, dando singularidade a esta região que possui municípios com características das mais diversas, sociais e econômicas. Esta pesquisa se propõe a buscar formas de analisar “(...) as políticas públicas em nível regional, nas realidades territoriais que desconhecem fronteiras e extravasam jurisdições” (CASTRO, 2006, p. 1).

⁴ No capítulo III, referente à metodologia e análise dos dados desta dissertação, há um detalhamento mais aprofundado sobre a justificativa da temporalidade escolhida na *pesquisa-mãe*.

Foi com a aprovação da lei do Estatuto das Cidades⁵ que a gestão das regiões metropolitanas passou por modificações na proposição da forma como os planos governamentais e as decisões referentes aos municípios componentes destas áreas deveriam acontecer. O Estatuto indica que estes planos e decisões devem ocorrer de maneira participativa envolvendo todos os segmentos da sociedade no detalhamento das necessidades e propostas de ação para estes locais. A referida lei indica a gestão participativa com vistas à ampliação da qualidade de vida dos sujeitos que a compõem, dirigem, participam e vivem nestes espaços. Uma das premissas desta nova forma de gerir as regiões metropolitanas é a articulação e a integração entre as políticas públicas das metrópoles com a das cidades que fazem parte destas regiões, outra premissa é a definição de uma política urbana por meio de uma gestão democrática destas regiões. Esta lei regulamentou os instrumentos políticos para a atuação do Poder Público Municipal e da sociedade nas regiões metropolitanas.

Assim, tendo em vista os pontos mencionados e as inquietações levantadas, acerca do objeto e tema desta dissertação, algumas questões se mostram prementes e centrais:

- Qual a peculiaridade do direito à educação infantil?
- Tendo em vista esta peculiaridade, qual é o conceito de infância que deveria nortear a proposição e efetivação das políticas públicas para a etapa?
- Se todos têm direito à educação, por que boa parte dos cidadãos não tem este direito garantido?
- Qual é o grau de integração dos municípios do PAM, no que tange à articulação das políticas para o atendimento da demanda por esta etapa?
- As políticas educacionais respondem e/ou atendem a demanda por atendimento na educação infantil da população da região metropolitana?

⁵ O Estatuto das Cidades é uma Lei Federal nº 10.257, sancionada em 10 de julho de 2001, que traz em seu conteúdo uma nova proposição de planejamento e gestão das cidades de forma mais democrática e os instrumentos para uma política urbana e regulamenta os artigos 182 e 183 da CF/88 referentes à cidade e à urbanização. (Conteúdo integral da lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm).

Para responder a estas questões foi necessária uma incursão em outros campos, quais sejam, no campo da Geografia Urbana, Sociologia Urbana e nas Ciências Jurídicas (Direito). Estas aproximações teóricas se fizeram necessárias na medida em que trouxeram contribuições para sanar lacunas não analisadas ou pouco desenvolvidas no campo da Educação. Esta investigação possui um caráter exploratório devido à escassa produção do campo, que verse sobre a problemática do direito à educação nas regiões metropolitanas.

A política de atendimento, ou seja, a cobertura da demanda de 0 a 6 anos foi priorizada nesta pesquisa com o intuito de promover a análise da dimensão material e imediata (atendimento na educação infantil) das políticas educacionais para a etapa. É uma face importante da política porque revela uma maior dificuldade ou maior facilidade e vice-versa na tomada de decisões para a educação infantil pelo poder público. Nesta premissa adentra a indicação de um dos maiores entraves para o poder público local que é o atendimento pleno da demanda latente, ou seja, todas as crianças da idade referente à educação infantil.

Verter o olhar para esta dimensão quantitativa da política oportuniza reflexões sobre os esforços do poder público na efetivação, na prática do direito à educação para todos. Era tida *a priori* como hipótese central deste estudo, devido ao não atendimento pleno do direito na cidade onde o cidadão reside que este buscava e/ou matriculava seu(s) filho(s) em outra cidade do PAM. Porém esta hipótese foi infirmada no decorrer da dissertação devido ao não registro desta demanda na maioria dos municípios, ou por desconhecimento ou por ela ser inexistente. Foram registrados alguns casos na região, mas o universo de crianças atendidas fora do seu município de origem era módico, frente à hipótese levantada do número que seria muito maior devido às condições de dissolução de fronteiras e demandas sociais.

A partir desta infirmação, buscou-se hipotetizar a possível universalização da educação infantil no PAM, tendo em vista os baixos níveis de oferta frente à grande demanda que se apresenta na região e a relação intensa destes níveis de oferta com a pouca efetividade da política nesta região.

Outra hipótese levantada é a da (des)articulação das políticas públicas nos municípios pelo pouco ou nenhum reconhecimento do seu território como parte de uma região que foi criada com o objetivo de integrar suas políticas de modo a garantir o atendimento das necessidades dos cidadãos que ali residem. A princípio

partiu-se da hipótese que a integração das políticas educacionais poderia ser fruto da articulação dos órgãos responsáveis por gerir esta região. A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) e a Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos de Curitiba (SMAM). Todavia, esta hipótese foi descartada após a análise das fontes documentais de ambos os órgãos que revelaram como demandas públicas a serem priorizadas por estes órgãos, pautadas e reconhecidas como tais, somente as ligadas ao controle do uso do solo, habitação, transporte coletivo e esportes.

Na maioria, são ações voltadas mais ao controle e planejamento urbano e de uso racional dos recursos hídricos, tendo como critério parcial as questões sociais essenciais (educação, saúde, segurança, etc.) como se todas estas ações não fossem *causa e efeito* uma das outras.

Enfim, para uma melhor compreensão dos caminhos percorridos e dar respostas às questões e hipóteses levantadas, esta pesquisa está estruturada em três capítulos. No capítulo I, uma análise acerca dos avanços na educação infantil a partir dos quatro marcos legais para a etapa, a CF/88, o ECA e posteriormente a LBD 9394/96 e o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001. Este contexto político e histórico foi desenvolvido para adentrar na questão do dever do Estado em garantir o direito à educação para todos, promovendo as condições de acesso à escola a todos os cidadãos indistintamente.

Para ampliar a discussão acerca do direito à educação, no campo da política foram necessárias incursões no conceito de direito e do que se considera hoje como o Estado Democrático de Direito. Assim, os estudos de Bobbio (2004), Coutinho (1994) e Oliveira (1995) muito contribuíram para ampliar a discussão deste temas. Do mesmo modo foi desenvolvida neste capítulo a idéia de que a partir do momento que o poder público atende a necessidade do sujeito por educação acaba por traduzir esta ação como um critério de justiça social. E o modo de balizar se este critério é atendido perpassa pela proposição e aplicação de políticas educacionais que sejam, além de eficientes e eficazes, efetivas.

Como forma de embasar teoricamente estas reflexões foram utilizados os referenciais teóricos produzidos, principalmente, por Figueiredo (1986), Mainardes (2006) e aliados à abordagem explicativa das políticas públicas de Mueller & Surel (2002) que tomam a decisão na política como categoria de expressão de poder. Por fim, no capítulo I é apontada a questão da demanda social (ROSEMBERG, 2001;

LIMA, 2004) que é característica atrelada substancialmente à educação infantil devido as suas singularidades.

Esta demanda é observada a partir de como se configura o direito à educação infantil, baseado sob a ótica de uma sociedade adultocêntrica (ROSEMBERG, 1985; SILVA & SOUZA, 2008), focada essencialmente nos adultos. Destaca-se nesta parte o conceito de infância vertido do campo da Sociologia da Infância, os quais deveriam nortear a ação das políticas para a etapa, onde a criança é identificada e tratada como sujeito de direitos (PINTO & SARMENTO, 1997; SILVA & SOUZA, 2008). No desfecho deste capítulo, há uma análise acerca dos objetivos e metas propostos no documento do PNE para a educação infantil.

O capítulo II aproxima e apresenta o conceito de metropolização e a análise deste fenômeno à luz da composição histórica e geográfica das regiões metropolitanas. Nestas aproximações foram suficientes as contribuições de Santos (2008), Castells (1972) e Souza (2006). Uma parte deste capítulo é dedicada a explicitar como ocorreu o recente processo de ampliação da região metropolitana de Curitiba e suas características político-territoriais da atualidade, tendo como referencial teórico para as reflexões as obras de Katisinsky (2004), Firkowski (2002), Oliveira (2001) e Moura & Ultramari (1994). A discussão foi centralizada no processo atual de composição da RMC, tendo a industrialização pós-década de 1980, como eixo de análise e devido à ligação direta na estrutura político econômica do PAM. A conclusão deste capítulo apresenta o conceito de *permeabilidade de limites* e as relações estabelecidas nas políticas da dissolução dos limites territoriais.

No capítulo III, está presente a análise dos dados empíricos relacionados aos municípios do PAM e ao panorama geral desta região com a análise da cobertura na educação infantil e as possíveis datas para a universalização da etapa. Neste capítulo é produzida uma relação entre os objetivos, as hipóteses e o objeto de pesquisa cotejados com os dados coletados e as análises derivadas do olhar sobre estas informações. Este capítulo tem como objetivo observar como se dá a oferta nos municípios do PAM – aliado à análise do conjunto dos dados da região – e verificar em que medida a efetividade da política acontece neste *locus* permeado pelo trânsito intenso de demandas sociais, em especial, pela garantia do direito à educação, ou seja, a oferta educacional em creches e pré-escolas da região.

Para finalizar, às reflexões contidas nesta pesquisa são apresentadas algumas considerações finais, as expectativas e o panorama para a região. As

possibilidades para o futuro da educação infantil no cenário local (PAM). Promover a análise acerca da efetividade da política educacional em uma região com demandas sociais urgentes foi um dos esforços desta investigação. Atrelado a este esforço está o esboço de como se dá a garantia do direito à educação infantil para todos os cidadãos e como o Estado age para concretizar este dever, retirando-o do discurso e passando-o à ação.

1 EDUCAÇÃO INFANTIL: DEVER DO ESTADO E DIREITO DO CIDADÃO

“Do dever nascem obrigações que devem ser respeitadas tanto da parte de quem tem a responsabilidade de efetivar o direito como o Estado e seus representantes, quanto da parte de outros sujeitos implicados nessas obrigações” (CURY, 2007, p. 484).

As políticas para a educação infantil em curso respondem e/ou atendem as demandas da população da região metropolitana de Curitiba?

A necessidade de dar respostas a esta questão deu origem à pesquisa sobre a primeira etapa da educação básica, a educação infantil. Investigar a etapa tem se configurado como elemento essencial no entendimento das políticas direcionadas a ela, já que a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei Federal nº 9394/96, a primeira infância adquire sentido e status de etapa básica, não obrigatória, na formação humana.

Este capítulo tem por objetivo discutir o direito à educação, na tentativa de compreender como as políticas educacionais são planejadas e implementadas, tendo como foco a educação infantil na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e, mais especificadamente, nos doze municípios que formam o Primeiro Anel Metropolitano (PAM). O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) denominou-o como *Aglomerado Metropolitano*, o conjunto dos municípios que,

(...) apresentam população urbana e densidade demográfica elevadas, forte articulação econômica, intensos fluxos de relações intermunicipais com comutação diária, complementaridade funcional e população ocupada em atividades urbanas (IPARDES, 2000, p. 68).

Esta delimitação justifica-se, também, pelo fato destes municípios fazerem limite direto ou serem muito próximos da capital, possibilitando a análise da política em ação, bem como dos movimentos sociais, políticos, econômicos e geográficos nesta formação urbana. É neste espaço que se dão as relações próprias à ampliação das periferias, em grande parte derivados da metrópole e do intenso trânsito de demandas sociais entre outros elementos, como os apontados pelo IPARDES, dando singularidade a esta formação.

Esta pesquisa se apresenta como um estudo que aborda a influência que determinadas formações urbanas exercem na proposição de políticas públicas e, em que medida, os sujeitos participantes (crianças, pais e a sociedade) destes processos têm seus direitos assegurados no que se refere à educação infantil.

Neste capítulo destacam-se os principais pontos para o entendimento da configuração geral política e histórica da educação infantil, tendo como foco principal o direito à educação e o dever do Estado em garantir que este direito seja efetivado.

1.1 EDUCAÇÃO INFANTIL E JUSTIÇA SOCIAL

“O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político” (BOBBIO, p. 43, 2004).

Há vinte anos o país passou por reformas significativas no campo da política, em especial naquelas relacionadas à dignidade humana como fundamento do Estado brasileiro. Foi neste contexto de um olhar mais intensificado aos direitos humanos, numa tentativa de tornar-se um Estado protecionista aos moldes dos Estados que constituíram o *Welfare State*, que em 8 de outubro de 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal Brasileira (CF/88).

Para Barcellos, “a meta central da Carta de 1988 [...], pode ser resumida na promoção do bem-estar do homem, cujo ponto de partida está em assegurar as condições de sua própria dignidade, o que inclui, além da proteção dos direitos individuais, dentre as quais o direito à prestação de educação” (2004, p. 151). A partir do advento da CF/88, a educação básica brasileira sofreu grandes mudanças e valiosos avanços.

A educação infantil, em especial, teve mudanças significativas a partir deste marco legal, uma vez que os pais e as crianças obtiveram o direito constitucional de ter acesso a creches e pré-escolas. Por consequência, serem cuidadas e educadas, tornando-se cidadãos de direito, princípio declarado no artigo 227 da Carta Magna:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão (BRASIL, art. 227 de 08/10/1988) [grifos nossos].

Grande parte das pesquisas relacionadas à educação infantil opta por focar nas questões cognitivas e pedagógicas da infância,

Assim os estudos acerca das políticas para esta etapa são recentes no Brasil, remetem a preocupação de não desvincular o educar do cuidar e apresentam discussões e pesquisas mais voltadas às questões de atendimento, estrutura da etapa, qualidade, formação docente e efetiva garantia do direito à educação pelo Estado como proposto na Carta Magna entre outros dispositivos legais

Assim, pretendeu-se com toda esta movimentação em torno dos direitos do cidadão, ampliar sua cidadania e seus direitos, outrora subjugados. Atualmente é impensável um país que não garanta a universalização da educação básica e suas condições de acesso e permanência, pelo menos em lei (CURY, 2007).

Para Cury, a afirmação anterior se justifica pelo fato de que,

a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania e tal princípio é indispensável para a participação de todos nos espaços sociais e políticos e para a (re)inserção qualificada no mundo do profissional do trabalho. (CURY, 2007, p. 484)

Devido à mudança significativa neste período nos rumos da política brasileira e a tomada de um novo olhar acerca da questão dos direitos sociais, houve uma ampliação das pesquisas sobre o direito específico à educação no campo das ciências sociais e da educação e, especialmente, sobre como se configura este direito na educação infantil, que é o alicerce desta pesquisa. Para dialogar acerca do direito à educação infantil é necessário compreender duas questões fundamentais: *Qual é a peculiaridade do direito à educação infantil?*

E qual é o conceito de infância, na atualidade, que deveria nortear a proposição e efetivação das políticas públicas para a etapa? Destas questões deriva-se outro questionamento que se traduz em uma das inquietações desta pesquisa: *Se todos têm direito à educação, por que boa parte dos cidadãos não tem este direito garantido?*

Para auxiliar no processo de compreensão destas questões e dar possíveis respostas a elas, é preciso pensar na questão da constituição atual no Brasil do Estado de Direito⁶. Bobbio explana que “O Estado de direito é o Estado de cidadãos”

⁶ Estabelece-se como Estado de Direito, principalmente, “(...) no interesse dos cidadãos e tem por fim especial preservá-los e defendê-los contra a arbitrariedade das autoridades estatais.” (MARTINEZ, 2002, p. 2)

(2004, p. 58), é a forma de garantir os direitos sociais a todos, diferencia-se dos Estados controladores (despóticos e absolutos) pela amplitude de garantias ofertadas aos indivíduos. Uma das principais dificuldades, no que está relacionado com o tema *direito do cidadão*, é a definição do conteúdo destes direitos. Bobbio (2004) aponta como a referência de conteúdo que introduz termos avaliativos “[...] direitos do homem são aqueles cujo reconhecimento é condição necessária para o aperfeiçoamento da pessoa humana” (BOBBIO, 2004, p. 17). O autor expõe que esta avaliação de conteúdo remete ao que é esperado pela “ideologia assumida pelo intérprete” (2004, p. 17). Numa região metropolitana apresentada com condições das mais diversas sociais, econômicas, políticas e que possui um trânsito intenso de demandas sociais, a avaliação do conteúdo e de como se traduzem os direitos humanos é uma tarefa complexa.

Desta forma, Bobbio (2004) indica que atualmente não é necessário saber ou debater em demasia “qual é a natureza e o fundamento do direito” (2004, p. 25), todavia qual é o modo mais seguro para garanti-los e impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam constantemente violados. Diferenças de fundamento quando se trata de buscar este fundamento em um “direito que se tem” ou de um “direito que se gostaria de ter” (BOBBIO, 2004). Esta análise recorre à abordagem realizada pelo autor sobre a realidade europeia e de outros países que constituíram social e historicamente o *Welfare State*⁷..., e que tem por premissa uma menor violação destes direitos. Porém, no Brasil ainda se faz necessária a discussão acerca dos fundamentos do direito, especialmente dos direitos do cidadão.

Há a constituição do Estado de Direito, todavia muitos dos cidadãos ainda possuem direitos não garantidos como é caso que esta pesquisa almeja revelar. Cerca de 80% da população residente no Primeiro Anel Metropolitano não tem o direito à educação, que é garantido na lei, efetivado. De qualquer modo é importante destacar a questão do fundamento do direito humano, quando Bobbio aponta o “direito que se gostaria de ter”, deste modo para a atual constituição dos direitos sociais no Brasil, em especial no *locus* analisado, é preciso saber e discutir o fundamento do direito, para protegê-lo e evitar as constantes burlas e violações.

⁷ Optou-se pela expressão *Welfare State*, porém na literatura especializada encontra-se também o termo *Estado de Bem Estar Social*. (DRAIBE, 1989&1995; SADER&GENTILI, 1995; BOBBIO, 2004)

Neste contexto, Bobbio aponta “para a realização dos direitos do homem são freqüentemente necessárias condições objetivas que não dependem da boa vontade dos que os proclamam, nem das boas disposições dos que possuem os meios para protegê-los.” (2004, p. 43), desta forma o autor explicita ao desenvolver a idéia da garantia dos direitos sociais a dificuldade concernente nas condições de atendimento, realização e efetivação dos direitos.

Neste ponto, a formulação e instauração da CF/88, representou um importante processo de mudança, tanto no teor da lei quanto no âmbito das práticas para a educação infantil. A Carta Magna, especialmente, retirou o atendimento à criança do campo assistencial e o reconheceu como parte do sistema educacional (DAMASO & SOUZA, 2007, p. 01). Incutiu-se nesta mudança o explícito dever do Estado com a etapa, como observado na redação do artigo 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV- atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.” (BRASIL, art. 208 de 08/10/1988) [grifos nossos.]

É possível observar que estas mudanças, no teor da lei, demonstram um grande avanço político ao ter um olhar voltado para a educação da primeira infância.

Draibe (1995) ao analisar avanço proporcionado pela CF/88 no prisma das políticas públicas como um todo, indica algumas positivities contidas na Carta Magna e que refletem diretamente em avanços para a educação infantil, a constar as indicações mais significativas: (1) A ampliação e a extensão dos direitos sociais, (2) A ampliação do sistema de proteção social, (3) Um maior comprometimento do Estado com as políticas públicas.

Além da Constituição Federal, duas outras iniciativas legislativas foram delineadas em defesa dos direitos da infância e pela regulamentação desta etapa do sistema de ensino, na década de 1990: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 instituído em 13/07/1990) instituiu legalmente as políticas referentes ao atendimento às crianças e adolescentes no Brasil, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 1996 (LDB 9394/96).

O ECA, em especial, regulamentou os artigos da CF/88 como forma de garantir uma intensa fiscalização das políticas públicas e das ações por parte da sociedade civil voltadas à infância. Ao regulamentar a assistência a crianças e pais, a LDB 9394/96 transfere para os municípios a responsabilidade pela manutenção da educação infantil, conforme exposto em seu artigo 11, desta lei: “Art. 11. Os

Municípios incumbir-se-ão de: “[...] V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental [...]” (BRASIL, art. 11, LDB 9394/96) [grifos nossos].

No texto da LDB 9394/96 assim como no da CF/88, designam que a União, estados e municípios atuarão entre si na forma de Regime de Colaboração; mantendo ao cargo dos municípios a responsabilidade pela educação infantil. Um avanço frente a realidade anterior desta etapa, uma vez que a educação infantil não era considerada como parte inicial e fundamental da educação básica e estava relegada à assistência social.

O tema descentralização financeira não é foco de análise nesta dissertação, porém sabe-se que suas influências atingem de certo modo as políticas educacionais propostas no *locus* pesquisado. Sabe-se também que é um objeto essencialmente contraditório, tanto para o campo da Educação como para o campo da Ciência Política, por um lado há autores que apontam as positividade que emergem deste processo, como será exposto brevemente a seguir e por outro lado há os autores que criticam este processo. Entretanto é preciso orçar que este processo é contraditório, complexo, diversificado e por muitas vezes desigual (ARRETCHE, 2002) e despenderia uma mudança de foco e a análise nesta dissertação.

Sendo assim, para alguns estudiosos do tema ao se priorizar a autonomia municipal, apesar das diversas críticas à descentralização devido ao município ser o “primo pobre” (ROSEMBERG, 1993) da União, traduz para a educação infantil um acompanhamento mais direto e efetivo do que se ela tivesse de ser submetida ao controle total das instâncias federais. Uma crítica forte à municipalização da educação básica e por consequência da educação infantil se refere ao fato de que a maior parte dos municípios não tem orçamento nem “para além da precária manutenção do ensino fundamental obrigatório” (ZANNINI, 2002, p. 22) e quem sabe para a educação infantil. Todavia o processo de descentralização se aliado a instrumentos de planejamento urbano e de uma gestão mais participativa (que tenha a participação da comunidade), pode tornar-se um alavancador do desenvolvimento local e educacional.

Com base nos seus estudos acerca do Regime de Colaboração, Barbosa (2008) aponta que,

se por um lado a descentralização/municipalização possibilita a aproximação da população com o poder local, na perspectiva de fiscalização e da efetividade das políticas públicas, por outro lado, constituiu-se em elemento de disputa e barganhas clientelistas, gerando a proliferação de programas focalizados, localista e eleitores (...). (BARBOSA, 2008, p. 16).

Logo para Arretche, a descentralização “produziria eficiência, participação, transparência, *accountability*, entre outras virtudes esperadas da gestão pública.” (2002, p. 26) Um novo horizonte de democratização do processo de decisão da esfera pública e na gestão dos recursos públicos, uma vez que o país carregava consigo os resquícios do período de centralização e autoritarismo provenientes da ditadura militar (ARRETCHE, 2002, p. 26).

Mas o que se percebe na atualidade é uma adequação ao processo de descentralização, e a educação infantil é uma parte deste pacote de adequações. Segundo Aguiar, “a União e os Estados podem aplicar recursos financeiros na Educação Infantil, uma vez que mesmo não estando entre suas prioridades de atuação, não há qualquer preceito que diga que não tenham responsabilidades pela garantia da educação infantil” (2002, p. 159).

Os governos estaduais e a União estão desobrigados, constitucionalmente, de oferecer esta etapa e não proibidos de aplicar recursos financeiros em educação infantil. Outros autores detiveram suas pesquisas na análise do regime de colaboração e seu impacto na educação (GADOTTI, 1996; KRAWCZYK, 2005; TAVARES, 2003; ARAÚJO, 2005), todavia esta investigação não se aterá neste aspecto.

Em vinte anos da CF/88 e pouco mais de uma década do ECA e da LDB 9394/96 as condições não são as ideais para etapa, especialmente em termos de cobertura pública e gratuita para todos, mas é inegável o avanço promovido após a promulgação destes três instrumentos legais e do processo de descentralização das políticas e da instituição – mesmo que não efetivado por completo e coerentemente - do regime de colaboração.

Retomando a questão do dever do Estado em garantir a educação e o direito das crianças e pais na exigência do cumprimento do dever, é preciso examinar a relação entre o Estado e os direitos econômicos, sociais, culturais. Segundo Oliveira, “A declaração do direito à educação é hoje reconhecida como um dos direitos fundamentais da cidadania e consagrada na legislação constitucional ou complementar de diversos países” (OLIVEIRA, R. 1995, p. 2).

Esta investigação é centralmente focada na discussão dos direitos sociais. Pensar em direitos sociais imediatamente remete à idéia de necessidade, e o conceito julgado como mais apropriado, neste momento, é o exposto por Figueiredo (1986), apoiado nas análises sobre o *princípio de necessidade* de Miller, ou seja, expõe que o conceito de *necessidade* pode ser definido “como algo cuja falta provocaria um dano.” (FIGUEIREDO, 1986, p. 79)

O dano causado à população, no caso dos direitos sociais, tem relação direta com a falta de cumprimento por parte do Estado de tais direitos (a habitação, saúde, educação, segurança, etc.). O Estado exerce papel fundamental não só na criação e declaração das normas legais que supostamente garantem estes direitos, mas tem o poder de fazer cumprir estas normas. Para que os direitos sociais sejam efetivamente garantidos, e aqui se frisa a garantia do direito à educação infantil pública, gratuita e de qualidade para todos; é preciso um questionamento e pressões mais intensas por parte da sociedade sobre a ação do Estado. No início da década de 1990, com a efervescência da aprovação da CF/88 e da elaboração da LDB 9394/96, muitas reflexões foram postas acerca da realização dos direitos apontados na CF/88.

Coutinho (1994) corroborou nesta discussão, com a análise sobre a efetivação dos direitos, mencionando em seu artigo intitulado “Cidadania, Democracia e Educação”, que

(...) o que aqui se coloca como tarefa fundamental é, muitas vezes, a luta por tornar efetivos tais direitos, já que sua presença na Constituição, seu reconhecimento legal, não garante automaticamente sua efetiva materialização. (COUTINHO, 1994, p. 18)

E a efetivação dos direitos pelo Estado, segundo Ortiz, “depende de variáveis puramente políticas [...] o estabelecimento de mecanismos de garantia e exigibilidade.” (2004, p. 7) Apesar do inegável avanço do sistema de direitos sociais recomendados na CF/88, tais direitos não são contemplados para a maioria da população brasileira, que sofre o dano do não atendimento da sua(s) necessidade(s); afetando sua dignidade e a plenitude de sua existência.

Nesta direção, Oliveira (1995) indica que a negação do direito à educação e a não universalização da escola, por meio do Estado, é um “dos mais complexos casos de contradição ‘essência-aparência’[...] de um lado – o das representações e

do discurso – este direito é garantido; de outro – o da realidade – ele é negado” (OLIVEIRA, R., 1995, p. 22).

Reverter este quadro é fundamental para a efetividade das políticas em curso e nas que serão planejadas. Atender a população em suas necessidades primordiais, especialmente a educação é atender-lhes em seu direito, ou seja, garantir a efetividade destes direitos. Não basta apenas proporcionar à população leis e ações eficazes ou eficientes. Por ações eficientes nas políticas educacionais compreendem-se naquelas ações que traduzem em maior amplitude da oferta com menor investimento. Para Sander, “é o critério econômico que traduz a capacidade administrativa de produzir o máximo de resultados com o mínimo de recursos, energia e tempo” (2007, p. 76).

Uma política para a educação infantil eficiente é aquela que amplia ao máximo o atendimento com o mínimo de custo ou investimento. Desta forma, o administrador implementa a política de modo a ampliar a oferta, o que não deixa de ser um fator positivo, todavia possivelmente precarizando as condições de qualidade porque estas não são ampliadas a mesma medida da oferta.

Por outro lado, uma política educacional eficaz é aquela que contempla os objetivos propostos e postos em ação pelo administrador local levando em conta, decisivamente, o atendimento dos seus objetivos e metas, atingir as mesmas pode ou não levar em conta a premissa de assegurar o direito à educação a todos que o desejarem e neste ponto reside um dos limites das políticas eficazes. Sander menciona que eficácia “é o critério institucional que revela a capacidade administrativa para alcançar metas estabelecidas ou resultados propostos.” (2007, p. 78)

Este é um critério mais voltado à consecução dos objetivos das instituições e, como dito anteriormente, podem não ser o atendimento do direito. A política de abertura de CMEI's e ampliação de vagas, em determinado município, pode estar vinculado a este critério uma vez que atende ao objetivo/meta do poder municipal, porém pode não estar ligado à necessidade de atendimento a toda a demanda que tem direito. Estes critérios são importantes quando pensado no avanço que representam para as políticas atuais referentes à educação infantil, mesmo que de síntese mais quantitativa já torna possível o dimensionamento da ação pública com a etapa. É preferível ações tomadas e geradas de modo eficiente ou eficaz, a nenhuma ação. Estes são critérios importantes, porém não são suficientes para dar

conta de atender toda a demanda social por educação infantil. Para isso se torna imprescindível adotar como horizonte das políticas públicas, a efetividade da política. As ações no campo da Educação devem ser efetivas, ou seja, devem oportunizar as condições de acesso, permanência e manutenção do direito à educação.

As políticas precisam atender as necessidades da população que demanda por este direito, neste caso o direito à educação. Segundo Sander, a *efetividade* é um “critério político que reflete a capacidade administrativa para satisfazer as demandas concretas feitas pela comunidade [...] refletindo a capacidade de resposta às exigências da sociedade” (2007, p. 80). Atender plenamente a necessidade por educação dos indivíduos além de traduzir-se em políticas efetivas é expressão do importante critério de justiça social.

Para Figueiredo (1986) a política pode ser considerada efetiva uma vez que atenda ao critério de produzir impacto adequado e esperado na sociedade a qual foi aplicada. Para tanto, é necessária uma avaliação da política que permita perceber se os benefícios dos produtos e impactos derivados das políticas e das alterações que esta proporcionou nas condições sociais - no caso desta investigação a garantia plena do direito à educação - se são efetivas e atendem ao critério de justiça social.

Ainda existem muitas lacunas na compreensão destes critérios (eficiência, eficácia e efetividade) no campo educacional e até mesmo na literatura especializada, Sander explica estas lacunas mencionando que “é comum confundir-se eficiência com eficácia e eficácia com efetividade [...]” (2007, p. 74); porém discuti-las e inseri-las no debate do direito à educação tendo como perspectiva as bases conceituais apresentadas acaba por encetar uma ação mais coerente em prol da efetividade das políticas para a educação infantil.

Para verificar se há efetividade na garantia do direito à educação é necessário perceber como a política acontece no *locus* desta pesquisa – o PAM – e como se dá o atendimento (quantitativo) da população infantil nos municípios que o compõe. Se há integração entre estes municípios no que se refere à proposição de políticas que garantam o direito efetivo a todos os cidadãos, pais e crianças do 0 aos 6 anos que necessitem deste serviço. Verificar em que medida as relações de poder permeiam estas políticas locais, como é a atuação dos Departamentos Municipais de

Educação Infantil frente às prescrições e leis verticalizadas da União (macro) para os estados e destes aos municípios⁸.

Para entender como estas relações ocorrem no PAM, optou-se por tomar como abordagem explicativa as reflexões de Muller & Surel (2002) acerca de como a política pública acontece-nos diversos espaços. Os autores argumentam que devido ao caráter contraditório que é intrínseco à política, é difícil traçar um quadro normativo coerente das políticas públicas.

E sendo assim, se a decisão na política é uma expressão de poder, a não-decisão constitui-se em expressão também, devido à escolha e opção do poder público de não agir, propor e efetivar determinadas políticas. Sobre esta abordagem da política os autores indicam:

(..) se o agir acarreta, com frequência, efeitos políticos e sociais tão visíveis quanto uma ação em boa e devida forma, não se deve, por isso, evidentemente, considerar que se está diante de uma política toda vez que o governo não faz nada. (MULLER&SUREL, 2002, p. 23)

Deste modo, os autores classificam a *não-decisão* em três formas que são muito apropriadas para a análise das políticas para a educação infantil no PAM e, provavelmente, como ela acontece em nível nacional por tratar-se da mesma etapa, porque contém os mesmos elementos de convergência que a caracterizam em todo o território. Existem três tipos de *não-decisão*, segundo os autores, uma delas é a *não intencional*, ou seja, quando é possível demonstrar com certeza que houve vontade da parte da administração local de optar por NÃO decidir.

Similar a *não-intencional* segue a *não-decisão controvertida* “corresponde a uma situação em que o problema em causa é objeto de controvérsia pública muito viva, para que possa gerar as condições de produção e/ou de legitimidade de uma ação pública.” (2002, p. 24) Esta forma de *não-decisão* está mais relacionada às intenções da política com relação a temas mais polêmicos e que o não decidir do poder público legitima a ação e não contempla as bases que reivindicam a ação. O terceiro tipo é o da *não-execução*, ou seja, é a questão de uma política que tem que ser tomada ou decidida por um ou mais níveis político-administrativos (União, estados, municípios).

⁸ É sabido que nesta rede de prescrições entre os entes federados eles não acabam a partir do momento que chegam aos municípios, uma vez que ainda perpassam as instituições (escolas) e a sociedade civil, mas para efeitos de análise desta pesquisa os municípios serão tomados como um micro-sistema de decisões e efetivação das políticas.

A *não-decisão* é uma expressão de poder das unidades político-administrativas, principalmente se pensado nas relações verticalizadas do poder Público, onde o município é uma das unidades com menor poder de veto. É possível identificar que apesar das prescrições oficiais a prática na administração municipal é de optar por realizá-las nos moldes exigidos pela União e os Estados ou optam por fazer da maneira que consideram mais correta, mais prática e usual e que atenda aos interesses locais ou, principalmente, a interesses partidários e/ou pessoais.

Para MULLER&SUREL mesmo que um tomador de decisão – no caso a esfera municipal e os responsáveis pela educação infantil dos municípios – tentem operar suas decisões, estes serão interpelados por outros tomadores de decisão - partidos políticos, gabinetes superiores, sociedade civil, etc. - resultando muitas vezes em resultados não esperados pelo tomador de decisão local. (MULLER&SUREL, 2002)

Ainda sobre os direitos sociais, a execução e efetivação dos mesmos e as dificuldades concernentes às condições de atendimento e realização de cada direito e tomado aqui em relação ao direito à educação; Bobbio reflete que:

Para a realização dos direitos do homem, são freqüentemente necessárias condições objetivas que não dependem da boa vontade dos que os proclamam, nem das boas disposições dos que possuem os meios para protegê-los. (BOBBIO, 2004, p. 43)

É uma relação complexa se pensado na questão da efetividade da política, torna-se um grande percurso, pois “é preciso superar toda esta política burocrática de tomada de decisão” (MULLER&SUREL, 2002, p. 110) para chegar ao ponto crucial: o atendimento às necessidades dos cidadãos na sua totalidade. Deste modo, o que permeia o critério de justiça social na efetividade do direito à educação e das políticas educacionais?

Para Barzotto (2003) um dos componentes da justiça social é a justiça distributiva - relacionada à idéia de assistencialismo – que emana da necessidade humana, desta forma a justiça social está relacionada à maneira pela qual são distribuídos os direitos e os deveres fundamentais na sociedade.

As políticas deveriam ser implementadas tendo como princípio norteador a necessidade dos cidadãos frente às demandas que se apresentam, ou seja, tendo como elemento balizador os critérios de justiça social, sejam eles distributivos ou comutativos. Assim, Rawls indica que, para que a justiça social ocorra, é preciso avaliar a estrutura básica de uma sociedade através de suas principais instituições e

atribuir-lhes deveres e obrigações. Somente no atendimento à necessidade de determinado grupo, é possível o alcance da dignidade. A justiça distributiva é um dos componentes, aliado à justiça comutativa, que compõe a justiça social porque tem por princípio atender a todos nos seus direitos, visando diretamente o bem-comum⁹ e, indiretamente, alcança o bem individual (2000, p. 7).

Mainardes (2008) menciona em sua tese a dificuldade de apreensão do conceito de justiça social nas políticas públicas, uma vez que “a maior parte dos trabalhos sobre justiça social a considera como conceito plural, com uma variedade de facetas. (2008, p. 143) Este autor aponta para a necessidade de garantir o direito à educação tendo em vista, em especial, as minorias sociais. Porém esta pesquisa dedica-se a afirmar que o direito à educação deve ser concretizado e efetivado, para todos, independente de minorias ou majorias, sem distinção.

Pois ao elevar um ou mais grupos à condição de necessidade acima da coletividade, reforça o caráter de exclusão destes grupos. Assim, esta noção de direito à educação, aqui se apresenta como o direito à educação infantil para todos, não somente a uma camada que precisa de mais “políticas de reconhecimento” (MAINARDES, p. 144) a despeito de outros grupos.

Compreender as políticas públicas federativas e locais, pelo prisma da justiça social acarreta num novo olhar sobre a forma como estas políticas são delineadas, dado que “pensar a mudança significa, pois, no fundo, estudar a ação do Estado de uma maneira diferente em relação às abordagens tradicionais da análise das políticas públicas.” (MULLER & SUREL 2002, p. 145)

⁹ Nesta investigação compreende-se por *bem-comum*, as ações voltadas a atender o direito de todo cidadão à educação ou a garantia deste direito para todos, sem distinção.

1.2 DEMANDA SOCIAL: O REFLEXO DO DIREITO EFETIVADO E O DIREITO A SER EFETIVADO.

O homem é a única criatura que precisa ser educada. Por educação entende-se o cuidado de sua infância (a conservação, o trato), a disciplina e a instrução com a formação. (KANT, 2002, p. 11)

Os resultados da avaliação da política de educação infantil, em especial no que tange ao trânsito populacional no PAM, se pensada na indissociabilidade entre quantidade e qualidade, traduz-se em critério de justiça social. Pensar em uma política educacional efetiva é garantir que a justiça social seja contemplada, a garantia de atendimento do bem-comum. Desta forma, a avaliação de políticas “constitui uma forma particular de pesquisa social que tem por finalidade determinar não apenas se os objetivos propostos foram atingidos, mas também se os objetivos propostos respondem às necessidades dos participantes.” (ROSEMBERG, 2001, p. 05).

A educação infantil não é obrigatória, porém, como já abordado, é um direito das crianças em idade pré-escolar e dos pais destas crianças. Pensar em atendimento do direito é uma forma de priorizar a cidadania destes sujeitos e, “deve-se dizer que o objetivo de aumento da justiça social calibra e contextualiza o objetivo de melhoria da qualidade de vida.” (SOUZA, M. 2006, p. 64). Desta forma, atender as necessidades destes sujeitos tem como horizonte melhorar e ampliar a qualidade de vida.

Considera-se como ponto-chave para a compreensão do direito à educação infantil, como se configura este direito sob a ótica de uma sociedade culturalmente focada na idade adulta. Para desenvolver esta tarefa faz-se necessário refletir acerca do conceito de infância presente nas reflexões do campo da Sociologia da Infância, onde a criança é identificada como um sujeito de direito, e que deve ter assegurados voz e vez na sociedade da qual faz parte.

Pensamento contrário à trajetória histórica da visão de infância e da criança como agente passivo, considerada um adulto em miniatura e que não podia expressar seus desejos e opiniões frente aos seus direitos, a infância é aqui entendida “como uma categoria social autônoma, analisável nas suas relações com a ação e a estrutura social.” (PINTO&SARMENTO, 1997, p. 10)

A infância é uma categoria social, ou seja, uma construção social que se difere de outras categorias, como a juventude, negritude, entre outras; devido suas peculiaridades. Deste modo Silva & Souza (2008) expõe que compreender a infância remete à reflexão complexa sobre a “evolução dos sentidos que o conceito teve nos períodos anteriores” (2008, p. 25), sentidos relacionados à história da humanidade e à grande trama de noções de gênero, raça, classe¹⁰ que complexifica a tarefa de conceituar e definir a infância.

Estes sentidos, significados e imagens relacionados à infância são o que os autores denominam como “o processo de desnaturalização da infância” (2008, p. 26) Tomar esta fase da vida como uma construção social e não como algo dado, pronto e acabado, natural.

Abstrair do sentido usado para designar a infância que é freqüentemente remetido à etimologia desta palavra, ou seja, *aquela que não fala*. O sujeito por pertencer à fase da infância durante os séculos teve seus direitos minimizados por acreditar-se que este não tinha participação na sociedade por *não saber* expressar e determinar os caminhos de sua existência. Atenta-se aqui para o fato que as crianças necessitam sim da mediação e, mais, da orientação de um adulto em seu desenvolvimento, porém há de se levar em conta que mesmo pequeninos são cidadãos de direito. São “indivíduos que devem exercer ativamente a sua cidadania.” (SILVA&SOUZA, 2008, p. 33)

Infelizmente a realidade apresentada na atualidade ainda é das políticas sociais para a infância, pensadas e implementadas em prol dos interesses dos adultos que a planejam e não das crianças, “utilizando-se muitas vezes da máscara do benefício.” (LIMA, 2004, p. 10), políticas essas que emergem de uma sociedade que se organiza somente para a faixa intermediária da população, ou seja, os adultos. A sociedade considerada adultocêntrica, exclui de seus planos políticos ou mascara as ações minimizadas para os extremos da sociedade, no caso, as crianças (principalmente as da coorte etária do 0 aos 3 anos) e os idosos.

Segundo Rosemberg, “(...) esta sociedade, pensada e construída em torno do, e para o adulto, necessita criar soluções parciais para a sua própria sobrevivência, como também a da criança.” (1985, p. 24) Sobre as políticas para a

¹⁰ A pesquisadora sugere, para ampliar a discussão sobre o território, a inclusão da noção de residência e/ou domicílio (urbana, rural, metropolitana etc.) como fator de possível inclusão ou exclusão dos indivíduos das políticas públicas em curso.

educação infantil, Silva & Souza (2008) apontam: “Precisamos re-organizar nossas instituições com outros parâmetros, que levem em consideração o bem estar e as necessidades das crianças e do adolescente como crianças e adolescentes que o são.” (2008 p. 30-31). Deste modo, orientar as ações públicas voltadas ao atendimento efetivo da população infantil é condição fundamental para melhorar as condições atuais e futuras.

Orientar as ações desta maneira não adiciona um caráter pragmático e de consumo imediato nas ações voltadas à infância, mas ocasiona numa nova perspectiva de planejamento para as ações direcionadas às crianças. Com relação aos direitos para a infância, Pinto&Sarmiento (1997) apontam que, entre outras questões, o sistema político de um país e a forma como as crianças são percebidas ou pensadas afeta positiva ou negativamente na efetivação dos direitos básicos.

Não se trata de pensar a política da oferta ampliada somente pela indicação da “possibilidade de efetivação de processos de implementação mais democráticos” (MAINARDES, 2008, p. 145) e sim pelas possibilidades de envolvimento real da comunidade, especialmente daqueles que necessitam mais da ação pública. Há de se pensar a possibilidade de maiores investimentos e priorização da etapa como meio de superação das insuficiências, tanto políticas como da ação e dos resultados da política verificadas na atualidade.

Assim, cabe ressaltar que para conseguir avaliar se os programas e as políticas atuais atendem a demanda dos pais e das crianças pela educação infantil, é preciso verificar como a oferta se apresenta quantitativamente no *locus* investigado. Estas indicações sobre a avaliação dos programas e políticas devem estar vinculadas ao caráter específico da primeira infância, de atendimento e proteção. Para Rosemberg, “(...) a expansão da educação infantil não significa obrigatoriamente um processo de democratização da educação, mas pode significar uma realocação no sistema educacional de segmentos sociais excluídos.” (2000, p. 146)

Alguns dos fatores que influenciam política e historicamente a demanda por vagas em creches em grande parte estão relacionados à mudança da estrutura familiar suscitada pela necessidade/opção e/ou desejo das mulheres de inserção no mercado de trabalho. Também é presente neste aspecto a opção das famílias em proporcionar às crianças experiências diferenciadas das que possuem no âmbito familiar. Esta necessidade surgiu, com maior intensidade, em especial a partir da

segunda metade do século XX, com a participação das mulheres no mercado de trabalho.

Reforçou-se a preocupação do Estado com os cuidados das crianças da primeira infância, antes restrita ao interior da unidade familiar. Nesta perspectiva de mudanças no mundo do trabalho e das relações sociais, é possível identificar diversas pressões da população por vagas nas escolas e por um atendimento e ensino de qualidade e pela indissociabilidade destes dois preceitos. Tal pressão social foi denominada por alguns autores, a constar Fúlvia Rosemberg (1999, 2001), como demanda social. Os estudos desta autora apontam dois tipos de demanda social: a explícita e a latente.

A *demanda explícita*, como o signo enuncia, é a procura explicitada pela sociedade por determinado bem ou serviço. Difere do conceito de demanda latente, que indica a não explicitação por algum motivo da procura pelo serviço, para Rosemberg tem relação com a “distância entre domicílio e equipamento, qualidade ou tipo do serviço oferecido, etc.” (2001, p. 7) entre outros aspectos.

A *demanda latente* tem relação direta com a qualidade do serviço oferecido e com a subjetividade da escolha ou não, dos pais, em matricular seus filhos na educação infantil. Tais preceitos e opiniões vão desde a questão material (se possuem insumos e estrutura adequados), passam pela questão afetiva (do cuidado e atenção que os filhos receberão nas instituições) e chegam a outras questões cruciais, que dificultam a avaliação desta demanda, por exemplo, a distância do domicílio, questões de ordem econômica e sociais diversas e, em particular, o desconhecimento do direito, pois como mostram Martinez e Palhares, referindo-se à questão da pressão dos pais/tutores por vagas em creches, “[...] temos um quadro de pais e mães oprimidos, pouco participativos na dinâmica das instituições e que, antes de tudo, necessitam da creche como um equipamento, não 'podendo' reconhecê-la como um direito, mas aceitando-a como um favor.” (2005, p. 09).

Considerando tais conceitos, acredita-se que a demanda latente é presente nestas situações e que tem relação direta com a questão do direito à educação, é intrínseca ao processo. Deste modo será utilizado para fins de análise o conceito *demanda latente*, ou seja, crianças em idade correspondente à educação infantil e que por algum motivo não estão matriculadas nas escolas de educação infantil. Além da questão concernente a opção dos pais de não matricularem seus filhos na educação infantil, também se inclui neste conceito, como justificativa da utilização do

mesmo, o desconhecimento dos pais em relação ao direito à educação que, pelos mecanismos legais, lhes é assegurado. Por algum motivo não sabem que tem e podem exigir este direito.

Esta face da demanda, não explícita nas conceituações acerca da demanda, se apresenta como dano para os pais/tutores e afeta sobremaneira os planos de vida de cada família. Assim, esta população acaba por não ser contabilizada nos mapeamentos do sistema educacional desconfigurando-se como demanda explícita para o poder público.

Aqui reside a dificuldade na proposição e realização de políticas educacionais que ultrapassem somente a questão do acesso e que contemplem o efetivo atendimento destas demandas, tanto a explícita e principalmente a potencial. Os propositores das políticas devem atentar para o fato da não-desvinculação do direito à educação e de um extenso mapeamento de qualidade no interior das comunidades, para atender a todos sem distinção ou esta falta persistirá na constituição de um dano a estes sujeitos.

É possível considerar, em termos legais, que houve avanço no planejamento e na proposição de ações para a educação infantil no âmbito nacional, superior às décadas anteriores. Um novo olhar sobre as ações menos assistencialistas e mais ligadas ao cuidar e o educar de modo indissociável pode ser observado no conteúdo das leis referentes à infância. Ainda há um longo caminhar para a efetivação real dos direitos dos pais e das crianças à educação, na sua totalidade. A seguir uma análise detalhada do Plano Nacional de Educação (PNE) criado, após a implementação da LDB 9394/96, para orientar as ações na educação básica e principalmente para direcionar objetivos metas a serem desenvolvidos e cumpridos pelas esferas nacional, estadual e municipal.

1.3 A LEI VERSUS A AÇÃO DO PODER PÚBLICO: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Um breve relato do histórico das políticas para a educação infantil emerge da necessidade de verificar como a etapa sofreu alterações e avanços para compreender as ações desenvolvidas atualmente no país e as repercussões das

ações na esfera municipal. Deste modo, como exposto nos itens sobre a configuração e conceituação de demanda social, foi a partir da segunda metade do século XX que a demanda pelos serviços de educação infantil ampliou-se, devido à inserção da mulher no mercado de trabalho. Até meados da década de 1960 a educação infantil estava mais vinculada a um caráter de não-propagação de doenças em espaços destinados às crianças de 0 a 6 anos de idade; a etapa para Vieira “estava restrita à esfera médica, dos sanitaristas e higienistas.” (1988, p. 4)

Para Campos (1992), um avanço entre as décadas de 1960 a 1990 foi o reconhecimento - na CF/88 - da educação infantil como direito a todos os cidadãos que assim desejarem. Reforça o capítulo dos Direitos Sociais, porém apesar deste reconhecimento a década de 1980 ainda foi marcada por um atendimento mais no nível e dimensões assistencialistas, uma marca proveniente da centralização do atendimento, realizada pela Legião da Boa Vontade, nas décadas de 1960 e 1970 até meados da década de 1980; quando o caráter de assistência predominava sobre o pedagógico. (CAMPOS, 1992, p. 6-7)

Acerca da educação infantil anterior à década de 1990, vários estudos de Rosemberg (1985; 1989; 2001), Campos (1992); Kuhlmann (2005); Vieira (1988); Kramer (1980) centralizaram suas análises nos movimentos pró-creches e educação infantil. Nos estudos e artigos referentes à análise no decorrer do século XX, os autores mencionados apontam as primeiras iniciativas da sociedade em prol do direito à educação infantil. Nos anos 1980, Vieira (1988) afirma que “o discurso da participação da comunidade já se faz presente [...] a comunidade é claramente convocada para empreender junto com o Estado a guerra contra a pobreza, o abandono, a subnutrição, a mortalidade infantil.” (VIEIRA, 1988, p. 15)

Na obra intitulada “Creche” sob a organização de Fúlvia Rosemberg (1989) vários autores esboçam o panorama da luta por creches, originadas em movimentos organizados da sociedade. Acrescenta-se a esta lista, na atualidade, a luta pela garantia efetiva do direito à educação infantil pleno e a todos os cidadãos que anseiem pela etapa. A educação infantil passou a ser desvinculada da lógica assistencialista para ser considerada como etapa de práticas de escolarização que antecede o ensino fundamental com mais intensidade nos anos seguintes a aprovação da LDB 9394/96. Este foi o marco para a consolidação da educação infantil como primeira etapa da educação básica.

Os avanços referentes à etapa vêm ao encontro do grande desafio da educação infantil no século XXI, ou seja, um maior equilíbrio entre as ações educativas e da assistência, uma vez que a criança necessita ser cuidada em todos os seus aspectos (físico, intelectual, cultural, afetivo) e deve ter valorizado e incentivado seu desenvolvimento intelectual e social por meio da escolarização formal. Para além dos aspectos cognitivos e pedagógicos a criança necessita como sujeito de direitos que é de serviços e atendimento plenos e que possa ter voz e vez para auxiliar no processo de tomada de decisões acerca das políticas pensadas e direcionadas a ela.

Mesmo com a perspectiva de envelhecimento da população brasileira e a associação com a redução de nascimentos no decorrer dos anos iniciais do século XXI “a demanda por educação infantil e a democratização de sua oferta [...] são razões de preocupação.” (KAPPEL, AQUINO & VASCONCELLOS, 2005, p. 121). A democratização do acesso é preocupante porque não atinge os níveis desejados de cobertura propostos no plano de objetivos e metas propostos pela União para a universalização do direito à educação.

Após a instituição da LDB 9394/96 entrou em vigor, a partir do ano de 2001, o Plano Nacional da Educação (PNE)¹¹. A justificativa para a sua existência se centra na necessidade de se ter um plano que oriente o poder público, a escola e a sociedade civil sobre a educação e foi elaborado de modo a garantir mais um aparato legal ao direito à educação. A indicação dos objetivos e metas para cada etapa da educação básica foi uma das premissas para a existência de um plano que orientasse as ações dos poderes públicos estaduais e municipais frente aos preceitos designados na LDB 9394/96. No próprio PNE há indicação dos motivos da existência destas diretrizes: “Não apenas argumentos econômicos que têm levado governos, sociedades e famílias a investirem na atenção às crianças pequenas.

Na base dessa questão está o direito à educação a partir do nascimento [...] o argumento social é o que mais tem pesado na expressão da demanda e no seu atendimento por parte do Poder Público” (PNE, 2001).

O plano foi elaborado devido às pressões sociais derivadas a partir dos pressupostos gerados pela LDB 9394/96. Valente & Romano (2002) apontam que o PNE ficou “conhecido como *PNE da Sociedade Brasileira*” (2002, p. 97, grifos dos

¹¹ Plano aprovado em 09 de janeiro de 2001, em conformidade ao artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

autores), devido ao caráter social presente na elaboração de pontos que contemplassem o atendimento as indicações presentes na CF/88 por uma educação pública, gratuita, de qualidade e para todos.

Estas pressões sociais não foram amplamente acolhidas pelo então governo Fernando Henrique Cardoso e diversas críticas surgiram devido à aplicação de nove vetos do presidente ao projeto já aprovado no Congresso, que alteraram substancialmente as condições de financiamento da educação e, portanto, de operacionalização do próprio plano (VALENTE & ROMANO, 2002).

Valente & Romano (2002) apontam diversas mudanças nas solicitações *versus* o conteúdo real aprovado. Uma das alterações, que possui ligação direta com esta pesquisa, é a questão da universalização da educação básica proposta pela sociedade do seguinte modo:

Universalizar a educação básica (nos seus diversos níveis e modalidades) e democratizar o ensino superior, ampliando as redes de instituições educacionais, os recursos humanos devidamente qualificados e o número de vagas e fortalecendo o caráter público, gratuito e de qualidade da educação brasileira em todos os sistemas de educação. (VALENTE & ROMANO, 2002, p. 103).

Todavia no conteúdo sancionado no PNE a indicação é somente da garantia plena do ensino fundamental de oito anos obrigatório. Para as outras etapas, níveis e modalidades como a educação infantil, a menção relatada centra-se somente na ampliação da etapa (VALENTE & ROMANO, 2002). Atender somente à ampliação da etapa é um avanço pretendido pelo PNE, entretanto dá a possibilidade de retirada da responsabilidade da União em atender plenamente o direito à educação para todos, preceito mencionado na CF/88 e na LDB 9394/96 tendo em vista não só as condições de acesso, mas também as de permanência e sucesso do aluno. (CURY, 2002).

É mencionado no PNE que,

[...] é de supor que a educação infantil continuará conquistando espaço no cenário educacional brasileiro com uma necessidade social. Isso, em parte, determinará a prioridade que as crianças das famílias de baixa renda terão na política de expansão da educação infantil. (PNE, 2001).

Porém, ao mesmo tempo em que indica a “velha” concepção da educação infantil como assistência social, aponta para os novos caminhos que se esperam

para a etapa. “No entanto, é preciso evitar uma educação pobre para crianças pobres e a redução da qualidade à medida que se democratiza o acesso.” (PNE, 2001) e atenta para o fato que é na escola onde a criança pode receber um atendimento pleno (educacional e de cuidados). Possibilitando uma nova forma de olhar a educação infantil, retirando-a no campo somente assistencial.

Na sequência é apresentado um pequeno histórico sobre a etapa apontando que o direito a educação infantil, mesmo que em etapa não-obrigatória, entrou em vigor com o advento da CF/88, o ECA e a LDB 9394/96. Demonstra que um dos temas importantes do PNE é a preocupação que a educação infantil exerce na formação plena da criança em seus aspectos cognitivos, físicos, intelectuais, sociais e culturais, do zero aos seis anos. De 1987 a 1998 uma grande porcentagem de instituições de educação infantil já fazia parte da esfera municipal e a “[...] demanda de educação infantil poderá ser atendida com qualidade, beneficiando a toda criança que necessite e cuja família queira ter seus filhos freqüentando uma instituição educacional.” (PNE, 2001)

Este plano representou um avanço maior em relação à etapa na LDB, porque previa que 10% dos recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino não-vinculados ao Fundef fossem aplicados prioritariamente na educação infantil. E a partir deste e de outros preceitos e objetivos esboçados, algumas metas foram criadas para atender o conteúdo dos artigos presentes na LDB 9394/96, no documento a justificativa para tais metas “as metas estão relacionadas à demanda manifesta e não à demanda potencial, definida pelo número de crianças na faixa etária, pois a educação infantil não é obrigatória, mas um direito da criança.” (PNE, 2001).

As metas estão baseadas no princípio da melhoria da qualidade, entre outras, a capacitação dos docentes para esta etapa é enfatizada, para uma atuação mais qualificada. No que se refere ao acesso, as metas do PNE prevêm a prioridade às crianças cujos pais possuem menor renda devido às condições sociais, econômicas e culturais que lhes são negadas. Desta forma, o plano aponta para a superação dos níveis elevados de pobreza, através do acesso à escola ou ao direito à educação. Devido às condições concretas, como as limitações dos meios financeiros e técnicos brasileiros, o déficit no acesso ao atendimento ainda é elevado, e este é um dos apontamentos feitos no PNE, a consciência das limitações do poder público em garantir o direito a todos.

Outras metas estão relacionadas à qualidade (das instalações, alimentação, saúde, acompanhamento), na formação do docente que atuará nesta etapa, no estabelecimento de parâmetros de qualidade, na implantação de conselhos escolares e na promoção de debates com a sociedade civil acerca da infância. Algumas metas para a educação infantil, consideradas como indicativos da política em curso nacionalmente são:

(1) Ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, em 5 anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e 60% da população de 4 a 6 anos (ou 4 e 5 anos) e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos. **(2)** Adotar progressivamente o atendimento em tempo integral para as crianças de 0 a 6 anos. (PNE, 2001)

De posse destes dados é possível observar que tais objetivos e metas tinham a validade de cinco anos, ou seja, em meados de 2006 o poder público deveria ter atendido aproximadamente 30% da população infantil do 0 aos 3 anos e 60% da população dos 4 aos 6 anos. No capítulo referente à análise dos dados do Primeiro Anel Metropolitano de Curitiba é possível observar que esta meta não se concretizou, na região, no período indicado.

O estudo de Barreto (2003) aponta que em âmbito nacional esta meta quase se concretizou no período estabelecido para a população dos 4 aos 6 anos, sendo atendidos nesta contagem nacional, aproximadamente, 52,1% das crianças atendidas. Em contraposição somente 10% da totalidade das crianças de 0 a 3 anos foi atendida neste mesmo período. (BARRETO, 2003, p. 59)

No PAM a situação do período 2001-2006 apresenta-se do seguinte modo: em 2006 o atendimento em pré-escola foi de 36%, número inferior a meta estabelecida para o período que seria de 50%. Para alcançar a meta de 80% para a década, neste nível, serão necessários esforços mais incisivos na ampliação da oferta. O quadro mais preocupante é o das creches. Ao que tudo indica, tardará mais de uma década para que a população do PAM possa ser contabilizada como região que atingiu a meta para este nível, proposta no PNE. Em 2006, foi contabilizado um percentual de 14% de crianças atendidas em toda a região, um número bem distante dos 50% almejados e objetivados no Plano Nacional de Educação. Se para a pré-escola os esforços devem ser mais incisivos na ampliação, na creche eles terão de ser despendidos com muito mais ênfase.

A meta dos percentuais a serem atendidos não foi atingida em 2006 por diversos fatores, mas acredita-se principalmente que seja pela insuficiência da efetividade das políticas de atendimento à população metropolitana. Uma crítica pertinente a estes objetivos e metas de atendimento, reside no fato da fragmentação entre o atendimento esperado em dez anos para as creches e para as pré-escolas. A pré-escola apresenta metas delineadas para quase que o atendimento total da população da coorte etária deste nível, com 80% esperado em uma década.

Com relação ao item do atendimento em tempo integral, é preciso que sejam efetivadas as condições mínimas de qualidade para a ampliação do atendimento e a manutenção deste em tempo integral, uma vez que alguns municípios têm optado por reduzir o atendimento para o regime parcial (4 horas) e assim atender, possivelmente de forma precarizada, mais crianças com os mesmos recursos.

Porém, esta é uma análise que precisa ser desenvolvida com mais profundidade e vagar, porque adentram as questões de condições e critérios de qualidade não abrangidos nesta pesquisa.

A crítica exposta é direcionada às contradições apresentadas pelo poder público tanto na fragmentação, que descaracteriza a etapa como única e desvinculada do caráter unicamente assistencialista, quanto na abstração da questão primordial que é a do direito à educação para todos. Ampliar o atendimento na educação infantil é um grande desafio para o PAM e as administrações locais na tentativa de atingir as metas e objetivos propostos no PNE. Muitos esforços deverão ser aplicados tanto pelo poder público – no atendimento às metas propostas e ao direito à educação – como da sociedade, na mobilização e reivindicação do direito.

2 METROPOLIZAÇÃO: A DINÂMICA ENTRE ESPAÇO E SOCIEDADE

“A cidade, onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções...” (SANTOS, 2008, p. 11).

Este capítulo se concentra em identificar e compreender o papel da região metropolitana frente às dinâmicas sociais, políticas e geográficas que permeiam esta composição urbana. E se torna de certa maneira, uma tentativa de aproximar as reflexões do campo da geografia e aliá-las às reflexões do campo da educação, para compreender como se dá a definição, proposição e efetivação de políticas públicas (educacionais), na garantia do pleno cumprimento do direito à educação na região metropolitana.

A teorização e contextualização da região metropolitana¹² no âmbito geral e os movimentos derivados dela, como a metropolização, são importantes à medida que dão subsídios à análise mais aprofundada da política, que ocorre num *locus* com características e influências desenvolvidas pelos sujeitos que ali residem.

A urgência em pensar numa região mais justa e que atenda aos direitos básicos dos cidadãos que compõem os espaços das regiões metropolitanas é um dos alicerces desta pesquisa. Para compreender este movimento,

É preciso refletir e agir levando em conta o que mais importa - a dinâmica das relações sociais, em especial a dinâmica das relações de poder, e os vínculos disso com o espaço, na sua dupla qualidade de produto e condicionante das relações sociais. (SOUZA, M. 2006).

Para apreender estes movimentos entre o espaço geográfico e a política e na tentativa de responder as questões apontadas, fez-se necessária nesta pesquisa uma aproximação aos saberes derivados do campo da geografia urbana e da sociologia urbana, de forma a integrar e ampliar ao campo da educação o debate acerca das composições urbanas, suas peculiaridades e a relação destas com as políticas educacionais.

¹² As regiões metropolitanas brasileiras foram legalizadas através das leis federais complementares nº 14 de 08/06/1973 e pela lei nº 20 de 01/07/1974.

Compreender como a política acontece nas regiões metropolitanas é fundamental para avaliar a política em curso e apontar caminhos para a efetivação delas, levando em conta as peculiaridades das dinâmicas sociais presentes nestes espaços. Na segunda metade do século XX, o Brasil passou por um intenso processo de urbanização do seu território nas cidades mais desenvolvidas como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador, Curitiba, entre outras. Uma das conseqüências deste processo de urbanização foi o aparecimento das regiões metropolitanas, ou seja, acelerou-se o processo de metropolização destas áreas.

Katzinsky aponta, ao argumentar sobre este fenômeno, que “a institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras na década de 1970, impulsionou o crescimento das metrópoles, atraindo uma população de origem rural e acarretando o processo de urbanização” (2004, p. 2).

Compreender o processo de urbanização traz à tona toda a configuração não só territorial do país, como política e os processos que geraram o que hoje conhecemos como regiões metropolitanas, as grandes aglomerações de cidades em torno de um pólo central. Investigar este processo e como se dá a política educacional neste *locus*, para Santos (2008) justifica-se à medida que,

[...] o nível da urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidade a ser analisada à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, assim como das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos (SANTOS, 2008, p. 11).

A análise histórica da configuração da urbanização no Paraná e o crescimento da região metropolitana de Curitiba serão estudados à luz do processo de industrialização, que é antecedita historicamente pela urbanização, porém é inegável que a expansão da industrialização acelera e torna mais intenso o andamento da urbanização (OLIVEIRA, D. 2001, p. 9). A investigação tomará como base histórica as décadas de 1960 e 1970, até os dias atuais. Sendo assim, não é necessário retomar a análise desde os primórdios da industrialização no Brasil e em algumas cidades paranaenses (início do século XX), uma vez que a temporalidade da pesquisa concentra-se nas ações derivadas do contexto de crescimento e efetivação da política neste *locus*.

A Região Metropolitana de Curitiba foi composta primordialmente pelos movimentos migratórios oriundos da população do interior do estado, que migrou da

vida no campo para buscar melhores condições de vida na capital. Porém, o elevado custo de vida e de moradia neste município fizeram com que estes sujeitos procurassem melhores condições nas cidades do entorno. Este movimento foi percebido em meados da década de 1950 e 1960, na atualidade este processo de grandes movimentos migratórios tem entrado em declínio, uma vez que “[...] os fluxos migratórios mais numerosos estão vinculados às dificuldades, que mesmo centros urbanos vêm encontrando na sustentação da sua população.” (KLEINKE, WERNECK, MOURA & DESCHAMP; 2000, p. 29).

Urbe é o termo derivado do latim para designar a *cidade*, de modo geral e nos diferentes tipos de aglomerados humanos, sendo assim o termo urbanização sugere a idéia de uma ação sobre a cidade, sobre a *urbe*. Ligado ao conceito de metrópole e metropolização encontra-se o Urbanismo. É uma das áreas da Arquitetura que também é voltada às questões sociais e econômicas – mais centrada no campo da política - indo além das questões físico-territoriais da geografia (SOUZA, M.; 2006).

Planejar cidades e assim ordenar a vida em comunidade é papel do urbanismo, enquanto campo de pesquisa e atuação, porém não acarreta um desafio político tão somente local, mas global, porque envolve as perspectivas de vida dos sujeitos que formam estas cidades, tem relação intensa com o desejo dos indivíduos e a configuração territorial das cidades na garantia da qualidade de vida.

Para Firkowski, a urbanização paranaense ocorreu de acordo com as seguintes tendências:

[...] o fortalecimento das espacialidades de aglomeração, formando uma mancha urbana que ultrapassa os limites político-administrativos do pólo; a formação de grandes aglomerados urbanos, metropolitanos ou não com destaque ao aglomerado metropolitano de Curitiba, representando um movimento concentrador de população nesse espaço; tal aglomerado possui características espaciais mais complexas: Grande capacidade de atração populacional e concentração industrial, descompasso de ações de planejamento urbano municipal e de uma escala maior, ou seja, a do aglomerado metropolitano e suas conseqüências (FIRKOWSKI, 2002, *apud* KATSINKY, 2004, p. 23.).

Desta forma, o fenômeno de expansão das regiões metropolitanas ocorreu de forma mais intensa nas décadas de 1950 e 1960, tendo como desencadeador o processo de industrialização. A industrialização trouxe como conseqüência o aumento da população urbana e o êxodo rural. Para Alves “[...] a ilusão de que a vida melhoraria na ‘cidade-grande’ foi alimentada em grande parte, nos anos 1960,

pelo próprio Estado e pelas multinacionais interessadas e dispostas a conseguir mão-de-obra abundante e conseqüentemente, barata” (ALVES, 1993, p. 17).

É importante ressaltar que *industrialização* não pode ser tomada, nesta análise, somente pelo seu sentido exato de fundação de indústrias ou atividades industriais nas cidades,

[...] mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terceirização) e ativa o próprio processo de urbanização (SANTOS, 2008, p. 30).

Considerando o objeto deste estudo, é importante ressaltar que o processo de industrialização no Paraná em grande parte colaborou, especialmente na década de 1980, com o processo de metropolização de Curitiba. A saída do campo e o aumento das atividades dos setores secundários e terciários propiciaram a vinda de migrantes do interior do estado para as regiões periféricas da capital. Este movimento ocorreu em grande parte pelo custo elevado das áreas urbanas em Curitiba, fazendo com que esta população migrante se deslocasse para as proximidades, formando a região metropolitana.

Oliveira (2001) indica que além da industrialização e da migração, outro indicador de metropolização na região de Curitiba é a *conurbação*¹³, “[...] à medida que vai declinando a área rural dos municípios, em proveito do crescimento da malha urbana, e decai a proporção de habitantes na zona rural, a sua fusão se torna mais comum” (OLIVEIRA, D., 2001, p. 10-11).

Durante as décadas de 1970 e 1980 as indústrias se instalaram em maior número na RMC. Um dos municípios que mais recebeu indústrias nesta época foi Araucária, recebendo uma estatal de grande porte – a Petrobras. Foi neste período que o bairro Cidade Industrial de Curitiba foi criado pelo então prefeito Jaime Lerner, o que proporcionou um incremento à vinda das indústrias para a região sul da capital e conseqüentemente para Araucária. Ao final da década de 1990, este processo foi ampliado, mas para outros municípios como é o caso de São José dos Pinhais.

Inicia-se a nova lógica de localização do setor secundário na RMC e segundo Firkowski (2002) “está diretamente associada à emergência da indústria automobilística e dos novos processos produtivos” (2002, p. 80). A definição destas

¹³ “É a unificação da malha urbana de duas ou mais cidades, em conseqüência do seu crescimento geográfico.” (Fonte: Wikipédia www.pt.wikipedia.org , em 08/07/2008).

áreas que receberiam novas indústrias ocorreu tomando por base aspectos para além da questão do uso do solo apenas, mas considerando as necessidades e características destas empresas. A indústria automobilística se insere nos novos moldes da grande indústria moderna, “[...] se insere no contexto da acumulação flexível, utiliza-se de tecnologia avançada e organiza sua produção não mais a partir de determinações fordistas e sim flexíveis” (FIRKOWSKI, 2002, p. 85).

Desta forma ocorreram os processos de implantação da Região Metropolitana de Curitiba e este foi um esboço das características que formaram e continuam a influenciar na metropolização do PAM. Entende-se por metropolização o processo em que as cidades do entorno de uma determinada região metropolitana chegam à condição de metrópole. Metrópole deriva do grego e significa *mãe das cidades*¹⁴, funciona como um elemento articulador e integrador entre as cidades da região metropolitana e a cidade pólo de atração, e é responsável de certa forma pela vida econômica, social, cultural e política dos municípios que a compõe (ALVES, 1993).

Viver no entorno das grandes cidades proporciona aos habitantes uma amplitude de possibilidades sociais, econômicas e culturais que em pequenas ou médias cidades não teriam a oportunidade de encontrar ou teriam dificuldade pelas poucas opções existentes. Este é um dos motivos – busca por serviços, cultura e melhores condições de renda e emprego - pelos quais os indivíduos sujeitam-se a viver nas regiões periféricas destas cidades pólos de atração, as regiões metropolitanas.

É nas regiões metropolitanas e grandes centros urbanos que as desigualdades sociais são mais perceptíveis, assim como nos grandes centros urbanos, variadas dicotomias para os cidadãos como saúde e doença, atendimento e descaso, fartura e miséria, conforto e miséria, escola e falta dela, entre outras (ALVES, 1993). A opção de utilizar como recorte a região metropolitana de Curitiba e especificadamente o PAM deu-se pelo fato de neste espaço ser mais visível a não-integração entre os municípios no conjunto das possibilidades sociais, culturais e econômicas, com pouca integração no que diz respeito às políticas específicas de transporte, urbanização e utilização do solo. É visível a necessidade de uma melhor e maior integração entre o PAM e Curitiba no que diz respeito às políticas educacionais. Um contingente intenso de sujeitos desloca-se diariamente para a

¹⁴ Da língua grega *metropolis*, *meter* = mãe, ventre e *polis* = cidade. (Disponível em: www.pt.wikipedia.org)

capital em busca de serviços públicos, trabalho e outras condições mais favoráveis presentes na capital, ou seja, no pólo de atração. Estes sujeitos promovem a integração com a cidade central por meio da mobilidade ou trânsito cotidiano em busca destes *bens comuns*.

Entre os motivos para o deslocamento populacional, mantendo as cidades de origem somente como *dormitório*, esta investigação concentra-se no conceito de *cidade-dormitório* de Moura & Ultramari (1994) e Alves (1993). Estes autores indicam que a formação destas cidades está ligada à periferização das áreas metropolitanas e que não estão necessariamente distantes do centro do pólo de atração, mas são locais/cidades que apresentam baixas taxas de concentração de renda ou precariedade de serviços essenciais, desta forma ocasionando o deslocamento desta população diariamente ao pólo. Os cidadãos retornam somente para dormir nas cidades de origem, gerando o conceito de “cidade-dormitório”. Há procura por serviços educacionais de qualidade para os filhos, proximidade das escolas com o emprego destes sujeitos e as maiores possibilidades econômicas e culturais, muitas vezes escassas ou insuficientes de onde provêm estes indivíduos. É possível observar no PAM esta situação de trânsito populacional, não só com a cidade-pólo, mas também com cidades próximas, pertencentes ao grupo de municípios do PAM, e que possuem estas características de provimentos de serviços essenciais e almejada qualidade de vida.

2.1 REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Assim como uma caracterização geral foi desenvolvida no item anterior acerca das regiões metropolitanas e os processos derivantes e derivados desta composição urbana, este item tem a finalidade de caracterizar a região metropolitana de Curitiba, na tentativa de aproximar o olhar sobre o PAM e suas relações com a mobilidade populacional e os intensos trânsitos sociais que ali ocorrem.

A RMC foi criada em 1973, pela Lei Complementar Federal nº 14, está localizada no estado do Paraná, no primeiro planalto paranaense e sua área urbana é de 1.051,31km² (COMEC, 2008).

O crescimento da população dos municípios do PAM aproxima cada vez mais os limites geográficos destas cidades com Curitiba, sendo um dos motivos para a análise do trânsito intenso de pessoas em busca de oportunidades das mais diversas em Curitiba e entre as próprias cidades que constituem o Primeiro Anel Metropolitano.

Nelson Rosário Souza (1999), em sua tese sobre o processo de urbanização em Curitiba, argumenta que o planejamento urbano é uma forma de intervenção e legitimação do grupo técnico que precisa institucionalizar para a população seu plano de intervenções urbanas e naturalizar as *dominações político-espaciais* (1999, p. 5). Indica que os estratos sociais, as camadas da população, têm relação com o planejamento urbano em Curitiba, à medida que,

[...] mais do que criar uma identificação entre dois elementos (cidade e habitantes) o planejamento urbano parece ter desenhado, a partir da concepção de 'necessidade', diferentes grupos de habitantes, seus espaços e as formas de relação dos administradores municipais com cada segmento desta 'população' cuidadosamente classificada e distribuída (SOUZA, N. 1999, p. 6).

Seguindo a linha de raciocínio do autor, que aponta a existência da idéia de um urbanismo curitibano e os efeitos sobre a constituição da cidade e do seu entorno, é possível hipotetizar sobre a criação da SMAM como um órgão previsto para manter as relações existentes entre a capital e sua região metropolitana, sem que haja intervenção das cidades perpassando seus limites, modificando assim o urbanismo e as relações administrativas, políticas e sociais provenientes de um planejamento urbano personalista e homogeneizador dos espaços “pela funcionalização da diferença, ou seja, por meio dela constituem-se procedimentos de classificação, de sujeição e classificação dos espaços” (SOUZA, N. 1999, p. 96).

E apesar de tratar-se de uma metrópole, ainda é perceptível a forma isolada de tratamento dos problemas municipais que circundam a metrópole, políticas de cada município por si, não tratando de maneira global e interligada os problemas decorrentes destas cidades e que afetam os cidadãos que ali residem.

2.2 A PERMEABILIDADE DE LIMITES: O MOVIMENTO DE DISSOLUÇÃO DOS LIMITES TERRITORIAIS

Conforme analisado no item anterior, Curitiba possui um conjunto de municípios que circundam seus limites e os habitantes destes municípios buscam freqüentemente os serviços e outras condições de vida oferecidos na capital e nos municípios do entorno, por não encontrarem ou devido estes serviços serem insuficientes e/ou inexistentes onde residem. Após a suposição de componentes que indicam a não-integração e a falta de políticas que compreendam a RMC como praticamente integrada socialmente a Curitiba, principalmente no que se relaciona à proposição e ao atendimento real das demandas pela educação infantil nestes municípios, inclui-se nesta investigação o conceito de *permeabilidade de limites*.

A permeabilidade de limites é o conceito que indica o movimento populacional ou trânsito populacional em busca de melhores condições de vida ou de políticas que atendam suas necessidades ou ainda na busca por trabalho ou serviços e produtos que contemplem o interesse comum independente de onde se encontram (se na metrópole ou nas cidades de origem). A permeabilidade de limites aponta para a insuficiência de tentar explicar as relações políticas somente pensando nos limites geográfico-territoriais, dado que não explicam as relações políticas e a proposição das políticas, uma vez que eles tornaram-se meros elementos gráficos para indicar onde acaba a metrópole e iniciam as cidades metropolitanas. No cotidiano o que se percebe é a estreita ligação, a união social e territorial da RMC com a metrópole - Curitiba.

Os limites territoriais são extrapolados pelos movimentos populacionais em direção aos locais/municípios onde seus direitos e necessidades serão a priori atendidos efetivamente. Desta forma, este movimento de dissolução dos limites territoriais acaba por gerar demandas sociais urgentes, que ultrapassam os limites dos municípios. Devido a este movimento de permeabilidade de limites, os sujeitos que moram nos municípios do PAM e na capital, não isolam mais os limites, separando o que pertence a um ou outro, sendo assim as políticas não podem mais ser pensadas, propostas e efetivadas tendo em vista somente as ações isoladas dos municípios, a relação intermunicípios deverá ocorrer para que as políticas públicas de fato atendam a população deste *locus* independente do município de origem. Um

caminho para a efetivação deste movimento é a integração das políticas públicas, em especial, as educacionais de modo a atender o bem-comum. Nesta perspectiva, portanto, fez-se necessário um mapeamento das condições de oferta da Educação Infantil no Primeiro Anel Metropolitano. Para verificar a validade das hipóteses levantadas, delimitou-se a análise somente aos municípios que fazem limite político-administrativo ou são muito próximos da capital e devido ao conceito de permeabilidade de limites são pertinentes na apreensão da análise desta realidade.

Foi tido como hipótese inicial que era possível existir uma busca pela educação infantil inter-municípios do PAM, tomando Curitiba como ponto de concentração desta procura. Porém ao serem coletados os dados empíricos foi possível observar que é desconhecida pelo poder público municipal a configuração desta demanda. Poucas crianças foram registradas, mas é mantido como hipótese¹⁵ que a procura existe, porém o que não ocorre é a efetivação do direito, uma vez que a família e a criança oriunda de algum município do entorno é barrada em outros municípios devido à maioria deles estabelecer como critério para concorrer à vaga, em alguma instituição de educação infantil (pública), a residência no município onde se localiza a escola.

A hipótese é mantida devido ao próprio conhecimento por parte de alguns responsáveis pelos departamentos de educação infantil do PAM, a burla feita pelas famílias para conseguir matricular ou concorrer à vaga no município que por algum motivo (trabalho, localização da escola, qualidade do serviço prestado, etc.) não é o seu município de origem.

É um dado importante a ser tomado como referência na questão de dissolução das fronteiras, devido a possível busca do atendimento na educação infantil, e em outros serviços como saúde, habitação, trabalho; na capital ou em outros municípios do PAM. Esta demanda é desconhecida por parte dos municípios e configura-se numa população que necessita de alguma forma e em qualquer município que seu direito seja assegurado. A permeabilidade de limites indica o movimento em busca da contemplação não só da educação, mas de todos os outros serviços aos quais os indivíduos têm garantido o acesso ou fruição por lei.

¹⁵ O detalhamento e análise desta hipótese serão desenvolvidos ao longo do Capítulo III.

3 OFERTA E DEMANDA: UM RETRATO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PAM

“(...) o direito à educação se concretiza para o sujeito num espaço concreto, mas como resultado da intervenção das três esferas governamentais quer seja nas condições de oferta quer seja no atendimento da demanda.” (NUPE, 2007)

Nos capítulos anteriores foi apontado que o direito à educação – e para efeitos desta pesquisa, à educação infantil – é uma das principais demandas sociais nas metrópoles nos dias atuais; independente se o direito pode ser efetivado na cidade de origem do cidadão ou nas cidades vizinhas, incluindo as metrópoles. Desta forma, a região metropolitana, configuração urbana singular, tem participação significativa na composição deste movimento.

Um dos questionamentos desta pesquisa se atém em analisar qual é o grau de influência que esta configuração urbana (região metropolitana), particularmente, exerce na proposição e efetivação das políticas educacionais, por meio dos órgãos públicos e se estes dão respostas às demandas da população por educação infantil nesta região metropolitana.

3.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO PAM - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta investigação, de caráter exploratório¹⁶ buscou, concomitante à construção das bases teóricas desta investigação, realizar uma coleta dos dados de matrícula em creches e pré-escolas dos municípios do PAM. Esta opção foi feita devido à premissa que um olhar sobre como se dá a oferta nesta região, demonstra um viés importante da quantificação da política em curso para a educação infantil. É uma face importante da política na medida em que expõe os esforços do poder público em garantir maior cobertura a um número maior de sujeitos.

¹⁶ Pesquisa exploratória “é aquela que se efetua quando o objetivo é analisar um tema ou objeto de pesquisa pouco estudado (...) serve para familiarizar o pesquisador com fenômenos ainda não suficientemente conhecidos, podendo determinar tendências, contextos e situações de estudo. Caracteriza-se também por ter maior flexibilidade na sua metodologia” (SAMPIERI, et al., 1998, apud SOUZA, N. N., 2008).

Para dar significado a esta premissa, esta pesquisa utilizou alguns procedimentos metodológicos como a coleta de dados de matrícula nos bancos padronizados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a coleta dos dados de população projetada no banco padronizado do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

O período selecionado para a coleta e análise dos dados foram os anos de 2001 a 2006. A delimitação da escolha do ano de 2001 como inicial ocorreu devido ao fato do vínculo com a pesquisa-mãe do NuPE, que determina como início para as análises, acerca dos impactos da política educacional, o ano escolhido. A princípio justificou-se pela delimitação da constituição de uma série histórica de dez anos no qual serão produzidos bancos de dados sobre o perfil da educação paranaense e que são atualizados constantemente. Tal estudo trabalha com o período 2001-2010, porque se volta a analisar os impactos das políticas educacionais no estado do Paraná e nas suas regiões metropolitanas (Curitiba e Londrina), durante a década sobre a qual trata o Plano Nacional de Educação – PNE.

Esta dissertação, outrossim, encerra o período anteriormente àquele por óbvias razões da sua terminalidade, mas também excluiu o ano de 2007 pelo fato de os dados não estarem consolidados nos bancos consultados e pela alteração da etapa, retirando as crianças com 6 anos do atendimento na educação infantil e passando-as para o ensino fundamental de nove anos¹⁷.

Os dados empíricos utilizados na pesquisa advém, além das informações sobre oferta e demanda educacional, de entrevista com a responsável pelo Departamento de Educação Infantil (DEI) da Secretaria Municipal de Educação (SMEC) de Curitiba, de questionários com o objetivo de elencar elementos sobre as políticas para a educação infantil aplicados diretamente aos responsáveis pela etapa nos diferentes municípios do PAM e uma análise de fontes documentais da COMEC e SMAM¹⁸.

As análises referentes aos documentos coletados nas bibliotecas destes órgãos não foram utilizadas na análise da política de oferta no PAM. A princípio

¹⁷ “Art.32 – O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão [...]” (BRASIL, Lei nº 11.274, 06/02/2006). Esta Lei altera o art. 32 da LDB 9394/96 e estabelece que todos os municípios, estados e o Distrito Federal deverão implementar a obrigatoriedade da etapa de nove anos até 2010.

¹⁸ Órgãos públicos, o primeiro estadual e o segundo municipal, responsáveis por gerir e acompanhar o desenvolvimento de ações integradas na RMC.

havia a hipótese que as informações levantadas apontariam para respostas às questões elencadas, mas a insuficiência de dados acerca da permeabilidade de limites e que revelassem a integração entre os municípios inviabilizou a utilização dos documentos para fins analíticos. Buscou-se então compreender o impacto da política de oferta da educação infantil no PAM, por meio da análise detalhada dos municípios que compõem este espaço, delineados pelos dados obtidos nos bancos padronizados do INEP/MEC, IPARDES e IBGE e na construção de gráficos, tabelas e mapas que deram concretude e significado ao levantamento de dados.

Para iniciar o cotejamento e as inferências sobre o tema, foi realizado um mapeamento acerca da distribuição da oferta e o crescimento populacional nos municípios do PAM. Desta forma, foi possível verificar a cobertura da educação infantil e a possível efetividade da garantia do direito à educação. A análise foi realizada por município separadamente, na tentativa de flagrar e perceber qual o grau de integração das políticas de atendimento e a participação de cada um na composição do todo, o PAM.

A cobertura total da etapa (creches e pré-escolas) foi calculada tendo como base a contabilização das matrículas das dependências pública e privada. É sabido e esperado que todos tenham direito a uma vaga pública, mas para efeitos de quantificação do atendimento às crianças, optou-se por inserir o atendimento na rede privada para flagrar uma das faces da política. Deste modo é possível verificar que a cobertura efetivada por esta rede diminui a pressão e a responsabilidade do poder público, que a utiliza como justificativa para a redução da responsabilidade, pois é uma opção familiar.

Além das taxas de cobertura foi desenvolvida uma projeção para observar quando, possivelmente, ocorrerá a universalização da oferta levando em conta o crescimento e/ou decréscimo da população, ou seja, da demanda nos municípios do PAM separadamente, abrangendo a totalidade da região.

A projeção do período foi calculada tendo como fonte o procedimento metodológico de cálculo de estudos anteriores da pesquisa do NuPE (DAMASO, 2008). Este cálculo foi padronizado para todos os municípios para obter as taxas de crescimento ou decréscimo de matrícula e população. A seguir, o exemplo das fórmulas utilizadas no cálculo das projeções para as variáveis de matrícula e população, resultando assim na taxa de crescimento ou decréscimo do período:

Taxa de Aumento de Matrículas:

$$Tx_{mat} = \frac{Mat_{2006} \times 100}{Mat_{2001} - 100}$$

Onde:

Tx_{mat} = taxa de crescimento de 2001-2006 das matrículas.

Mat_{2001} = matrículas 2001.

Mat_{2006} = matrículas 2006

Taxa de Crescimento Populacional:

$$Tx_{pop} = \frac{Pop_{proj. 2006} \times 100}{Pop_{proj. 2001} - 100}$$

Onde:

Tx_{pop} = taxa de crescimento de 2001 - 2006 da população projetada

$Pop_{proj. 2001}$ = população projetada 2001.

$Pop_{proj. 2006}$ = população projetada 2006.

FONTE: DAMASO, A., 2008.

A tabela a seguir apresenta o exemplo de cálculo realizado para as taxas de crescimento no PAM, no período entre 2001 e 2006:

TABELA 1 – TAXAS DE CRESCIMENTO DE MATRÍCULA NO PAM (2001 - 2006)

ANO	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	TOTAL
2001	8.148	23.458	31.606
2002	8.451	24.350	32.801
2003	7.642	28.039	35.681
2004	7.316	30.314	37.630
2005	7.662	31.871	39.533
2006	8.596	31.270	39.866
Crescimento	5,5%	33,3%	26,1%

FONTE: INEP E IPARDES (2008) E NUPE (2007).

E com base nos estudos anteriores do NuPE sobre projeção e a tomada da análise pelos dados quantitativos de oferta e demanda, Damaso & Souza (2007) apontam que é “[...] importante se destacar que essa projeção não se efetivará desta forma, pois as taxas de crescimento populacional e de matrículas encontradas e/ou projetadas não se manterão estáveis, uma vez que há diversas outras variáveis não consideradas [...]” (2007, p. 6) e “[...] é preciso verificar que a universalização pode ser antecedente a esta projeção, se forem consideradas as alterações decorrentes do índices de natalidade e de migração populacional para esta região” (2007, p. 6).

Outro ponto que deve ser destacado é o fato desta investigação não se fixar nos casos particulares devido à intenção da pesquisa que é analisar a permeabilidade de limites na região. É possível identificar diferenças com relação à

oferta em cada um deles, entretanto uma análise minuciosa sobre a política foi necessária para tentar apreender os motivos das coberturas no período pesquisado e dar significado às hipóteses levantadas.

O questionário (Anexo 1) foi elaborado tendo em vista levantar aspectos importantes na análise da permeabilidade de limites, dos esforços da esfera municipal para a etapa e como os gestores responsáveis por ela se posicionam frente à demanda oriunda de outros municípios do entorno. A solicitação de preenchimento foi feita através de meio eletrônico (e-mail), e os questionários não foram devolvidos de maneira uniforme, sendo que em alguns municípios foi preciso entrar em contato por diversas vezes para que houvesse o retorno do mesmo preenchido. O preenchimento dos questionários dos municípios de Colombo e Pinhais foi feito *in loco* devido à justificativa, dada pelos responsáveis pela educação infantil destes municípios, de não dispor de tempo para responderem por meio eletrônico.

Após a leitura das respostas obtidas, foi desenvolvida uma seleção de informações relevantes à descrição de cada município e que contribuíram para as discussões acerca do PAM. Elementos presentes numa abordagem qualitativa e que contribuíram no cotejamento dos dados obtidos nos bancos de dados, construindo assim uma reflexão mais preponderante sobre a realidade apresentada.

Deste modo, este capítulo é composto pela descrição e análise dos dados coletados dentro dos possíveis limites de prazo para esta pesquisa. O capítulo está dividido da seguinte forma: a princípio uma análise detalhada sobre a educação infantil no PAM, a oferta e a demanda para esta etapa tomando o conjunto dos municípios e as análises derivadas das particularidades dos mesmos. Após esta leitura por município, as conclusões apresentadas tendo o PAM analisado na sua totalidade.

3.2 OS MUNICÍPIOS PERTENCENTES AO PAM: UM OLHAR SOBRE A DIVERSIDADE

A análise exposta a seguir foi orientada através do olhar acerca dos dados pesquisados dos municípios que compõem o PAM e da política em curso na região. É evidente que nesta região ocorre um grande trânsito populacional entre os

municípios, mais perceptível e freqüente que nos municípios mais distantes da metrópole. Este movimento de integração entre os municípios e a metrópole ou vice-versa, a permeabilidade de limites, ocorre devido à localização geográfica e principalmente pelo almejado compartilhamento de serviços públicos (transporte, saúde, segurança, educação, etc.), pela população residente nesta região.

A hipótese inicial desta pesquisa é a de que haveria algum grau de integração na educação infantil do PAM, onde os municípios receberiam hipoteticamente matrículas de crianças oriundas dos municípios do entorno, o que comprovaria minimamente a esperada integração entre os municípios e a ação do poder público tendo em vista esta demanda, pois há evidente fluxo populacional entre os municípios pesquisados.

Este fluxo populacional também se comprova segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IBGE aponta que a RMC possui 3.469.820 habitantes e o PAM (incluindo a capital) 2.948.332 habitantes. A região responde por 29% da população do estado, demonstrando assim a necessidade de políticas pensadas e postas em ação para uma parcela significativa e representativa no contexto estadual. A tabela a seguir apresenta a população estimada nos doze municípios do PAM:

TABELA 2 – POPULAÇÃO ESTIMADA – PAM (2007)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO
Almirante Tamandaré	93.055
Araucária	109.943
Campina Grande do Sul	35.396
Campo Largo	105.492
Campo Magro	22.325
Colombo	233.916
Curitiba	1.797.408
Fazenda Rio Grande	75.006
Pinhais	112.038
Piraquara	82.006
Quatro Barras	18.125
São José dos Pinhais	263.622
TOTAL	2.948.332

FONTE: IBGE (2008).

Esta análise preliminar tem por premissa que,

A análise das políticas educacionais exige, quando o foco é um determinado período ou modalidade não-obrigatória da educação, o cotejamento com as

diferentes demandas. Os dados de crescimento de matrículas não podem ser dissociados, de um lado, das possibilidades de atendimento e, de outro, das necessidades da população em relação àquele bem ou serviço (DAMASO & SOUZA, 2007, p. 01).

Desta forma, as análises aqui apresentadas representam o conjunto de informações coletadas sobre o período, relativas à questão da oferta e da demanda explícita e potencial por educação infantil no PAM. A coorte etária abrangida é a faixa do 0 aos 6 anos, no período entre 2001 a 2006 e é acompanhada da coleta de dados de projeção da população (IPARDES) e oferta educacional (INEP).

Esta coleta apresentou dados interessantes acerca de uma das hipóteses levantadas: a não integração dos municípios do PAM na proposição, definição e efetivação das políticas para a educação infantil. Cada município organiza suas ações limitando-se a pensar individualmente, desconsiderando as demandas dos outros municípios.

Neste ponto adentram outras questões que influenciam na oferta e abertura de novos estabelecimentos de educação infantil. Nos doze municípios (incluindo Curitiba) existem diferentes condições de distribuição financeira, PIB, IDHM, taxas de crescimento populacional, os quais influenciam sobremaneira esta suposta integração e a forma como a política acontece nestes espaços. Neste sentido, Gouveia & Souza demonstram, tomando esta discussão pelo viés do financiamento da Educação na RMC, que “as condições dos municípios (mesmo vizinhos) são bastante diversas, especialmente no que tange às condições de financiamento das políticas sociais e, ainda mais particularmente nas regiões metropolitanas” (GOUVEIA & SOUZA, 2005).

Os dados de matrícula, aqui considerados, refletem a oferta total, ou seja, das redes pública e privada da região, e esses indicadores foram cotejados aos dados da população projetada da região. É sabido que a política acontece por intermédio dos sujeitos que compõe o espaço, desta forma pensar as relações variadas da análise quantitativa como prisma da realidade apresentada torna a reflexão acerca das relações sociais e dos esforços do poder público em atender as demandas derivadas destas relações, um objeto a ser investigado com maior detalhamento.

Como apontado anteriormente, os municípios que compõem o PAM possuem realidades sociais e econômicas diversas e a realidade educacional também é diferente, apesar de pertencerem à mesma região metropolitana. Devido às hipóteses levantadas e à análise dos dados coletados é possível verificar que esta

região possui demandas sociais urgentes, inclusive de vagas e atendimento à demanda potencial na educação infantil.

Desta forma, detalhar como a oferta se dá neste espaço, representa o empenho que o poder público deve fazer para dar conta de atender, além dos 26% da população da coorte etária da educação infantil, os outros 74% que por algum motivo estão fora da escola, não tendo assegurado o que lhes é de direito.

3.2.1 ALMIRANTE TAMANDARÉ

Situada na região norte do Primeiro Anel Metropolitano, Almirante Tamandaré tem população estimada de 93.055 habitantes (IBGE, 2008), a população infantil (0 a 6 anos) em 2006 era de 17.546 crianças ou 15% dos habitantes do município. Seu IDH-M em 2000, segundo dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), era de 0,728 ficando em 245º lugar no ranking estadual e em último entre as cidades do PAM.

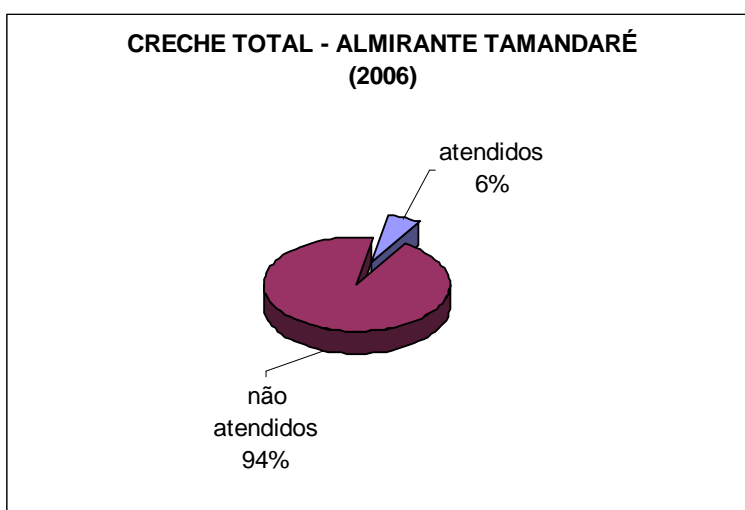
O município tem revelado estas características de carências econômicas e sociais e que interferem nas políticas desenvolvidas neste *locus*. Com relação à composição e história da educação infantil no município, não foi possível detalhar a análise devido à indisponibilidade dos dados no levantamento devolvido (ANEXO 2).

Desta forma, de posse dos dados de matrícula captados nos bancos do INEP/MEC, foi possível verificar uma parte da configuração da etapa no município. A cobertura total no município, em 2006, foi de 14% e é possível observar um crescimento lento da etapa e que não é possível compreendê-lo, na sua totalidade, devido à falta de informações apresentadas no questionário. No período foi observado um crescimento de 1% na oferta da etapa em Almirante Tamandaré. A seguir um detalhamento da cobertura nas creches e pré-escolas do município.

Uma ampliação do atendimento em creches públicas ocorreu no período, das 409 crianças em 2001 o município passou a atender 481 crianças em 2006, porém estes números representam 5% da população infantil do 0 aos 3 anos deste município. Com vistas ao direito à educação, outras 9.094 crianças e suas famílias que procuram por vagas em creches públicas de Almirante Tamandaré, ainda não tinham seu direito efetivamente garantido.

As creches privadas atenderam no mesmo período, 57 crianças em 2001 e 66 crianças em 2006. Tanto na rede pública como na rede privada foi verificado um crescimento de 1% na oferta, tendo a primeira como maior provedora deste serviço no município. De posse destes dados é possível observar que apenas 6% da população infantil de Almirante Tamandaré tinha seu direito garantido em 2006 contra 94% das crianças que não estavam em alguma creche. O gráfico a seguir demonstra esta proporção:

GRÁFICO 1 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL - 2006



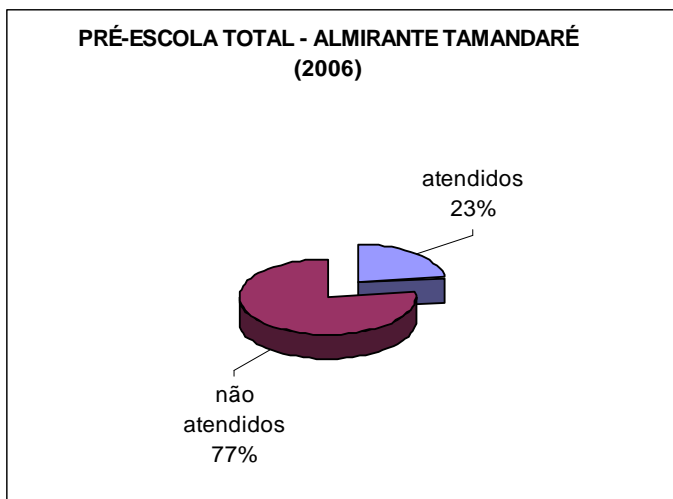
FONTE: INEP E IPARDES (2008).

A pré-escola, apesar de ter um atendimento maior, ainda está aquém de atender toda a população infantil dos 4 aos 6 anos. É possível verificar que, no ano de 2006, 1.680 crianças foram atendidas, mas 6.291 ainda não tinham uma vaga garantida, em pré-escolas públicas do município. A porcentagem de atendidos nos CMEI's, em Almirante Tamandaré dos 4 aos 6 anos, era de 21%.

A rede privada do município cresceu lentamente no período, com ampliação do atendimento, porém é uma faixa pequena da população assim como nas creches da mesma rede. Em 2001 foram atendidas 203 crianças dos 4 aos 6 anos e em 2006 ocorreu uma redução nesta oferta, passando para 150 atendimentos contabilizados. A união das redes pública e privada respondem por 23% da população infantil da coorte etária da pré-escola e que são atendidas. Há um esforço mais significativo da rede pública em atender suas crianças e famílias, porém ainda não é suficiente para dar conta do direito à educação para todos. Esta situação

mantém Almirante Tamandaré entre os municípios com menores índices de atendimento as demandas sociais do PAM.

GRÁFICO 2 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS TOTAL – 2006



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

A política que parece ser enfatizada, para a etapa, no município está relacionada mais com a questão da qualidade do serviço. Com as informações recebidas fica pouco provável uma análise aprofundada sobre os avanços desta suposta qualidade mencionada, uma vez que não há dados esboçados sobre a configuração da oferta e de qualidade, anteriores, que revelariam dados sobre o período pesquisado.

As metas apontadas pela responsável pela etapa na Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Almirante Tamandaré foram centradas na questão dos insumos (material escolar), formação continuada dos docentes, ampliação, reforma e construção de CMEI's e construção das Diretrizes Curriculares Municipais para a etapa. Não houve menção se elas foram atendidas e na questão de ampliação e construção parece ser uma meta proposta para o período atual (2007-2008).

Pensando na questão da permeabilidade de limites e com base nas respostas às questões 2 e 3 do levantamento, é possível observar que não há conhecimento e contabilização pelo poder público do registro de crianças oriundas de outros municípios do PAM que buscam pela educação infantil em Almirante Tamandaré. Esta é uma indicação da não-integração, das políticas de atendimento à demanda deste município e dos outros com os quais tem limites territoriais.

De posse destas informações e análises e cruzando a taxa de crescimento do município à taxa de crescimento da população, é possível hipotetizar a universalização da etapa, em Almirante Tamandaré, como exposto na tabela abaixo:

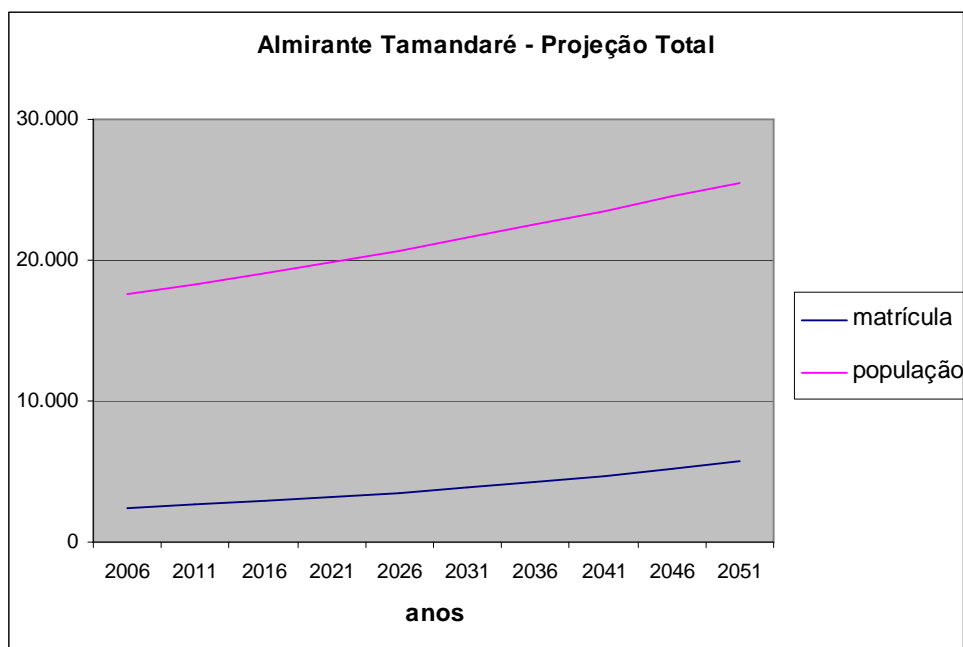
TABELA 3 – PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Almirante Tamandaré	Tx Projeção								
Ano		2006	2011	2016	2021	2026	2031	2036	2041
Matrícula	10%	2.377	2.618	2.884	3.177	3.499	3.854	4.245	4.676
População	4,2%	17.546	18.291	19.068	19.878	20.723	21.603	22.521	23.478

FONTE: NUPE(2007).

NOTA: Taxa de crescimento utilizada para a projeção de 10% para as matrículas e 4,2% para população, a cada 5 anos (índice verificado entre 2001 e 2006).

GRÁFICO 3 – PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ALMIRANTE TAMANDARÉ



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Pelas projeções, desconsiderando outras variáveis sociais e econômicas, pode-se observar que o crescimento das matrículas acompanha o crescimento populacional, mantendo as variáveis paralelas, entretanto não convergentes. Sendo assim, tomando a análise somente das variáveis de população e matrículas é possível dimensionar que o direito à educação não será efetivado brevemente neste município, levando em conta somente as variáveis apresentadas.

3.2.2 ARAUCÁRIA

Cidade situada ao sudoeste do Primeiro Anel Metropolitano, possui 109.943 habitantes (IBGE, 2008) e no ano de 2006 as crianças de 0 a 6 anos totalizavam 13% da população da cidade ou 16.232 habitantes. Apresenta índices de desenvolvimento humano municipais similares aos da metrópole (Curitiba) e ocupa o 23º lugar no ranking do Paraná, ficando atrás apenas de Curitiba e Pinhais. O IDHM-M deste município é de 0,801 (IPPUC, 2000) mantendo o município em terceiro lugar entre as cidades do PAM com bons índices de desenvolvimento humano municipais. Apresenta a peculiaridade de possuir um grande número de indústrias na sua área urbana, inclusive uma refinaria de petróleo da Petrobras. Esta característica amplia a arrecadação financeira do município e por consequência o valor revertido à educação também é mais significativo em relação a outras cidades que não possuem esta característica.

Segundo dados obtidos no levantamento encaminhado ao município, a educação infantil em Araucária passou para a Secretaria Municipal de Educação no ano de 2002. Foi citado que este processo foi normatizado pelo Conselho Municipal de Educação e que esta ação ampliou os atendimentos em CMEI's e deu mais agilidade e autonomia nos processos de renovação, criação e funcionamento destes espaços que antes eram mantidos pela Secretaria de Ação Social.

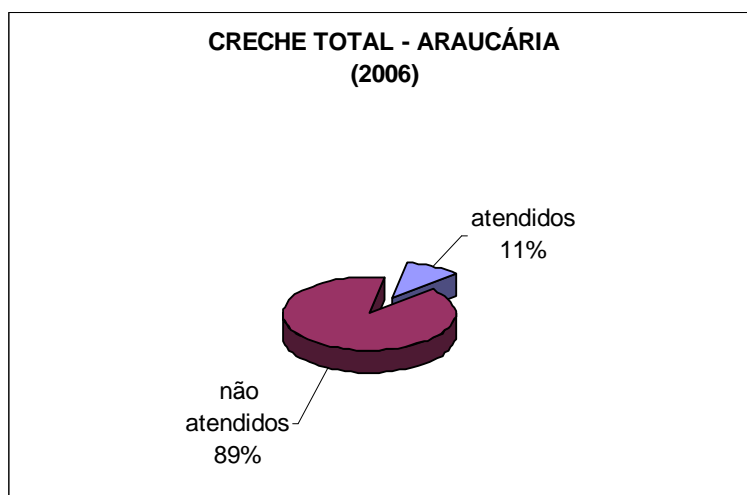
Um dos pontos importantes do levantamento foi a indicação da importância de não desvincular o cuidar do educar nesta etapa, o que pode ser analisado como uma preocupação do poder público em dar sentido e significado à etapa, como primeira parte da educação básica de forma integrada com o cuidar e o educar indissociáveis.

No período pesquisado, através dos dados do INEP/MEC e IPARDES foi possível verificar um crescimento de 5% na cobertura total do município entre 2001 e 2006, com a cobertura total do município em 2006 de 26% da população infantil de 0 a 6 anos. Os números referentes à cobertura em Araucária demonstram a preocupação com a ampliação do atendimento, entretanto ainda não contemplam toda a demanda potencial do município.

O olhar sobre os dados revelou que as creches públicas em Araucária atendiam 677 crianças ou 7% da população infantil do município que era de 9.139 crianças em 2001. Em 2006 o número de crianças atendidas passou para 853 crianças e ocorreu uma redução da população infantil do 0 aos 3 anos, ou seja, somente 10% das 8.823 crianças foram atendidas. Esta redução da natalidade pode estar relacionada à tendência nacional, mencionada anteriormente, de redução da população infantil nos municípios brasileiros.

Foram contabilizadas em creches privadas em Araucária, respectivamente 33 crianças em 2001 e 87 crianças em 2006. Deste modo, a rede pública foi a que garantiu o acesso a mais crianças de 0 a 3 anos no período. Contabilizando o atendimento nas duas redes o que pode ser percebido é uma pequena garantia do direito à educação. Em 2006 somente 11% da população infantil desta coorte etária tinham o direito assegurado e 89% da população infantil de 0 a 3 anos não tinham garantido o direito a creche em Araucária, como representado no gráfico a seguir:

GRÁFICO 4 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL – 2006

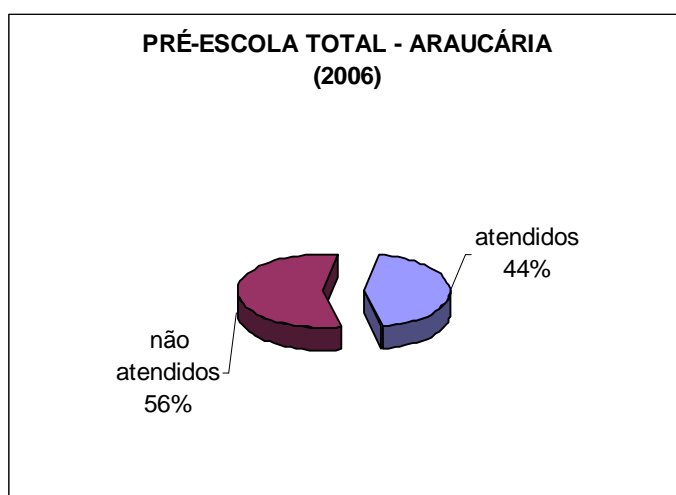


FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Em compensação a pré-escola teve um crescimento de 4% da sua cobertura total no período, passando de 40% em 2001 para 44% de atendimento em 2006. Pode revelar uma priorização deste nível, uma vez que a população da coorte etária dos 4 aos 6 anos subiu no período ao contrário da população da coorte etária das creches.

A pré-escola pública do município atendeu 23% da sua população em 2006 e a pré-escola privada ficou responsável por 21% da oferta neste mesmo ano. Apesar de atender mais crianças da coorte etária deste nível, abrange 44% da população, outros 56% são mantidos excluídos do direito a uma vaga pública, por motivos variados sendo um deles a não-oferta de mais vagas para atender a demanda potencial. O gráfico a seguir indica como se deu a cobertura total de pré-escolas em 2006:

GRÁFICO 5 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS TOTAL – 2006



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

A expressão da demanda potencial deste município é significativa, porém há de se considerar o avanço e as tentativas de redução das listas de espera feitas pelos municípios, como mencionado no levantamento:

(...) visto que as listas de espera reduziram, pois quatro novos CMEI's foram criados e houve revitalização em grande parte dos já existentes, ampliando consideravelmente os atendimentos. (ANEXO 3; QUESTIONÁRIO 2)

Dentre as questões respondidas no levantamento, a qualidade na educação infantil de Araucária foi um item mencionado brevemente e focalizado no eixo da formação continuada dos professores e na criação de um plano de carreira para os docentes da etapa.

Analisando os dados de crescimento populacional aliados ao crescimento das matrículas é possível traçar a projeção da universalização do atendimento na educação infantil em Araucária:

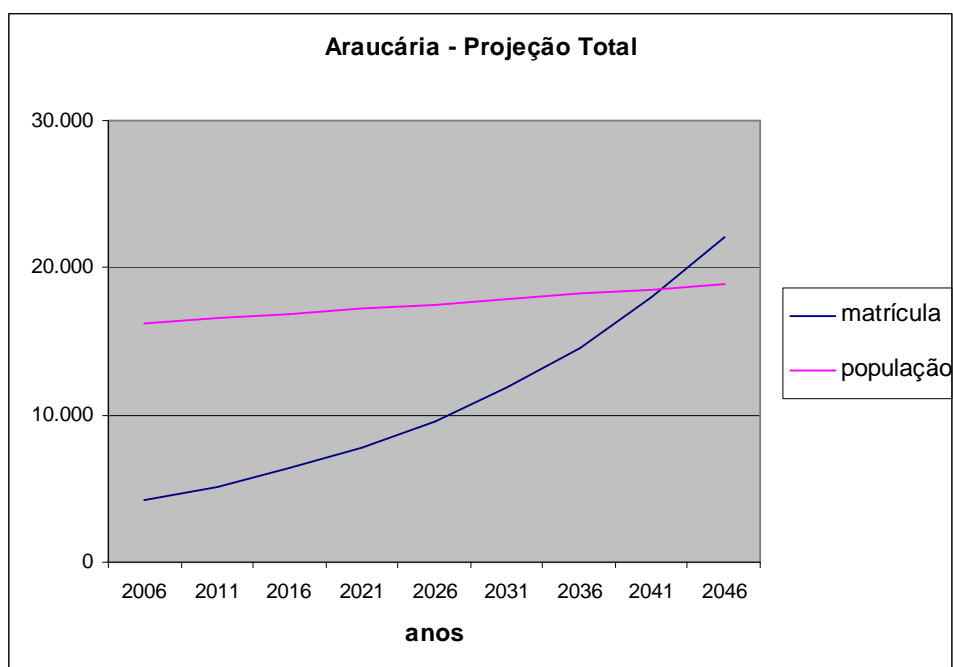
TABELA 4 – PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Araucária	Tx Projeção									
Ano		2006	2011	2016	2021	2026	2031	2036	2041	2046
Matrícula	23%	4.196	5.165	6.357	7.825	9.631	11.854	14.591	17.960	22.106
População	1,9%	16.232	16.546	16.866	17.192	17.525	17.864	18.209	18.561	18.920

FONTE: NUPE(2007).

NOTA: Taxa de crescimento utilizada para a projeção de 23% para as matrículas e 1,9% para população, a cada 5 anos (índice verificado entre 2001 e 2006).

GRÁFICO 6 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA EM ARAUCÁRIA



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

De acordo com esta projeção a universalização em Araucária ocorrerá em meados do ano de 2046, ou seja, 40 anos adiante. E pensando a permeabilidade de limites, Araucária destaca-se por possuir um número pequeno de crianças que residem em outros municípios e são contabilizadas pelo poder público.

Esta demanda é oriunda da metrópole (Curitiba) e de Contenda, municípios limítrofes ao analisado. O departamento de educação infantil aponta que são apenas dez crianças contabilizadas e que estão matriculadas nos CMEI's que têm por

característica a proximidade com os municípios citados, entretanto apontam que não existem políticas de atendimento que ultrapassem os limites territoriais.

Uma das justificativas apresentadas é a da incapacidade do município em atender sua demanda. Este atendimento que ultrapassa as fronteiras não é pauta imediata de prioridades, assim como em outros municípios.

3.2.3 CAMPINA GRANDE DO SUL

Município situado na região nordeste do Primeiro Anel Metropolitano e em 2007 tinha em seu território aproximadamente 35.396 habitantes (IBGE, 2008). Destes cidadãos, 7.145 eram crianças do 0 aos 6 anos o que representava 14% da população total. O município possui a peculiaridade de não fazer limite direto com a metrópole Curitiba, entretanto encontra-se muito próximo da capital e sendo assim faz parte das hipóteses levantadas nesta investigação, com relação à permeabilidade de limites. Com relação ao seu IDH-M possui o índice de 0,762 pontos ficando em 120º lugar no ranking do estado e em 9º lugar dos municípios do PAM.

A oferta da educação infantil no município também não acompanha a demanda potencial, ou seja, as crianças da faixa etária para esta etapa no município que por algum motivo não estão matriculados, sejam eles desconhecedores do direito, por escolha dos pais ou por incapacidade do município em atender toda sua demanda. Analisando o compêndio dos dados de matrícula e população das creches e pré-escolas e a cobertura referente ao período no município, é possível observar uma redução de 2% no atendimento no período entre 2001 e 2006.

Apesar dos esforços relatados pelo departamento de educação infantil de Campina Grande do Sul, o direito à educação, que é antecedente à questão da qualidade na etapa, não é assegurado e tem reduzido a chance da população de ter atendimento em seu município de residência.

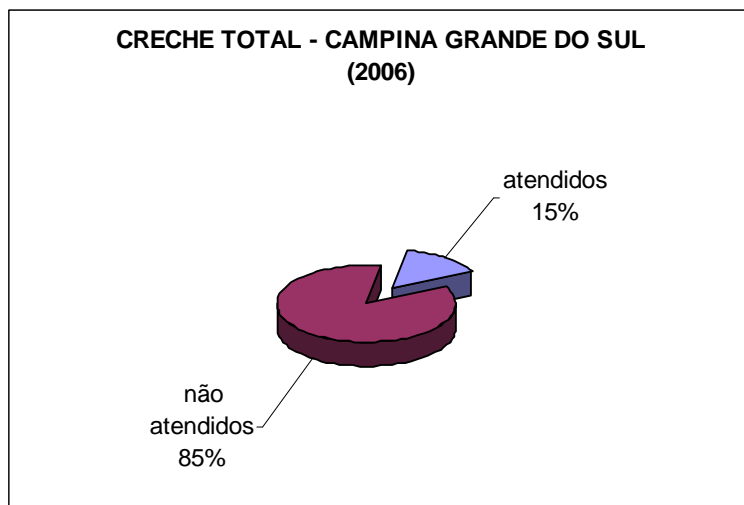
Do mesmo modo como em Almirante Tamandaré, não foi possível agregar aos dados coletados nos bancos do INEP/MEC, devido à falta de informações acerca da configuração da educação infantil no município, no levantamento solicitado. Para a análise deste município no que tange à cobertura nos dois

períodos da etapa, é possível contar com os dados de matrícula e população e as respostas dadas à questão da permeabilidade de limites.

A cobertura total de Campina Grande do Sul marcou os 18% em 2006, mas sofreu um decréscimo de 2% no período. Para entender o decréscimo na oferta seriam necessárias pesquisas mais aprofundadas acerca da política neste município. Uma melhor compreensão sobre esta redução da garantia à educação dos sujeitos que ali residem poderia ter sido melhor verificada se houvesse dados apontados acerca das políticas desenvolvidas em Campina Grande, ou melhor, a partir de um aprofundado estudo de caso. Estes dados não foram disponibilizados no questionário deste município.

Sendo assim, resta a análise dos dados que se apresentaram nos bancos padronizados. As creches do município atenderam a princípio 7% da população em 2001 e, em 2006 garantiram o atendimento a 15% das crianças de 0 a 3 anos. Deste percentual, 14% da oferta eram de creches públicas em 2006. O gráfico a seguir demonstra a cobertura total no município:

GRÁFICO 7 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL – 2006.

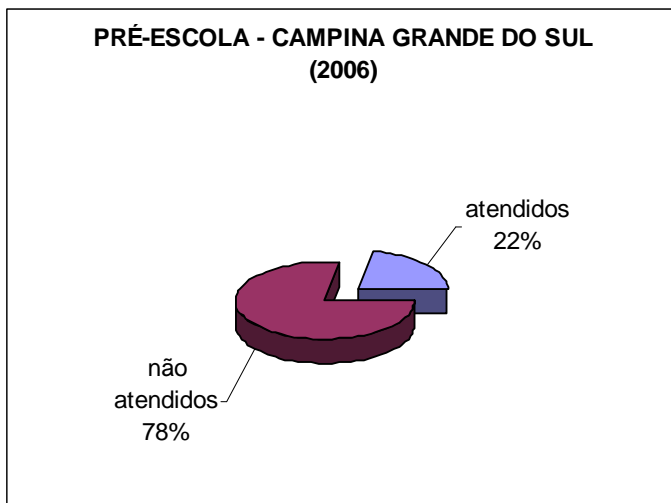


FONTE: INEP E IPARDES (2008).

De 2001 a 2006, a pré-escola teve uma redução nos atendimentos tanto da rede pública quanto da privada, passou de 37% de cobertura em 2001 para 22% em 2006. A redução não acompanha o crescimento da população da coorte etária dos 4 aos 6 anos, passou de 2.634 crianças em 2001 para 3.299 em 2006 (ver ANEXO 15).

A rede pública atendeu em 2006 o montante de 20% da sua população, ficando a rede privada responsável por somente 2% dos atendimentos neste mesmo ano. Observando o cotejamento dos dados é possível verificar que na pré-escola, como nas creches do município, o nível de atendimento também era pequeno e abrangendo 22% da população infantil dos 4 aos 6 anos:

GRÁFICO 8 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS TOTAL – 2006



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Seguindo este ritmo de crescimento das matrículas, na faixa dos 5% no período 2001/2006, a projeção da universalização da etapa é alarmante, a universalização da educação infantil - desconsiderando outras variáveis – parece que não ultrapassará a oferta. Sempre faltarão vagas neste município o que pode ser um indício de busca em outros municípios vizinhos ou na metrópole por este serviço.

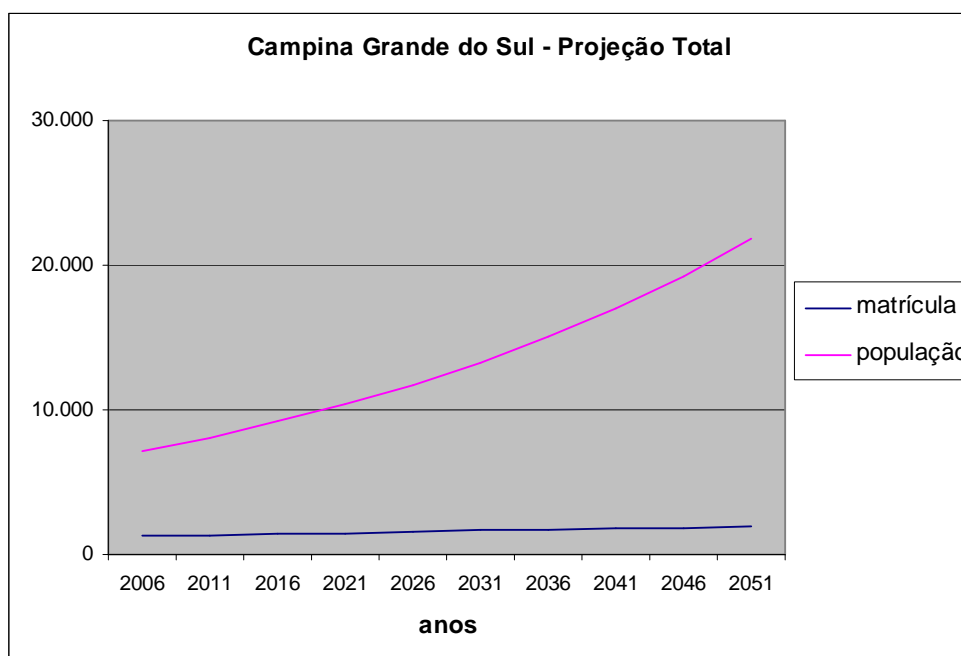
TABELA 5 – PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Campina Grande do Sul	Tx Projeção										
		Ano	2006	2011	2016	2021	2026	2031	2036	2041	2046
Matrícula	5%	1.295	1.356	1.419	1.486	1.556	1.628	1.705	1.785	1.868	1.956
População	13,2%	7.145	8.089	9.158	10.368	11.739	13.290	15.046	17.035	19.286	21.834

FONTE: NUPE(2007).

NOTA: Taxa de crescimento utilizada para a projeção de 5% para as matrículas e 13,2% para população, a cada 5 anos (índice verificado entre 2001 e 2006).

GRÁFICO 9 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CAMPINA GRANDE DO SUL



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Apesar deste forte indício de busca de atendimento em outros municípios, a resposta dada pelo município acerca da permeabilidade, é que não há crianças de outros municípios matriculadas em Campina Grande do Sul. E afirma que não há integração para pensar a política de atendimento das crianças em lista de espera, quanto menos da demanda potencial.

3.2.4 CAMPO LARGO

A cidade está localizada na região oeste do Primeiro Anel Metropolitano, fazendo fronteira ao norte com Campo Magro e ao sul com Araucária. Em 2007, apresentava uma população estimada de 105.998 habitantes (IBGE, 2008), sendo que 12.725 constituíram a população infantil do município ou 12% da população total (IPARDES, 2008). Campo Largo possui o IDH-M de 0,774 (IPPUC, 2000) ficando desta forma em 5º lugar do PAM e em 75º lugar no ranking paranaense; é uma cidade considerada de médio desenvolvimento humano segundo as classificações

do PNUD. Além destes dados é um dos municípios mais antigos da RMC, sua criação é datada no ano de 1870.

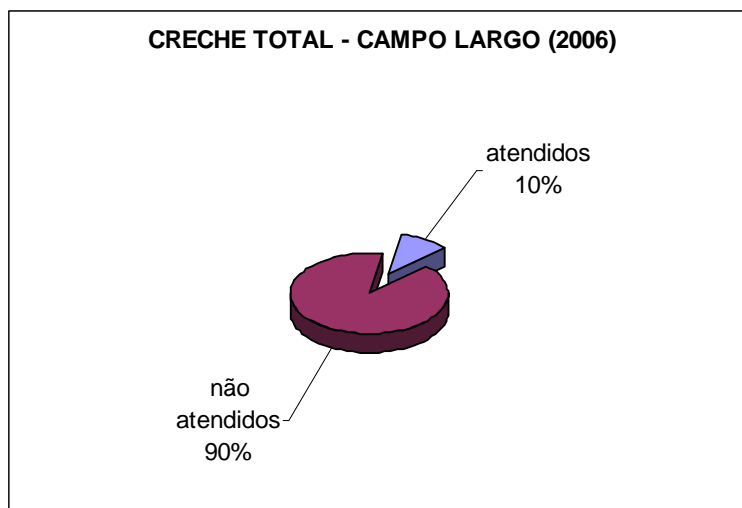
No questionário respondido à pesquisadora, não há menção detalhada e aprofundada acerca da configuração das políticas, para a etapa, no período 2001/2006. Deste modo as informações contidas não fizeram parte desta introdução e são analisados somente os dados referentes à coleta das matrículas e população nos bancos do INEP/MEC e IPARDES.

A oferta na educação infantil caracteriza-se da seguinte forma em Campo Largo: a rede pública responde pela maioria das vagas desta etapa totalizando 3.678 vagas no ano de 2006 e a rede privada possuía, neste mesmo ano, 875 vagas na educação infantil (ver ANEXO 15). A cobertura total de Campo Largo foi de 28% em 2001 e de 36% em 2006, Foi possível identificar um crescimento na etapa de 8% no período analisado, estes números representam um dos maiores índices de atendimento da população infantil no PAM.

O atendimento em creches públicas deste município abrangia em 2001 o percentual de 5% da população e em 2006 foram 6% da população infantil. As creches privadas ficaram responsáveis por um percentual estável no período, mantendo-se em 4% de atendimento tanto em 2001 como em 2006.

No período o crescimento da cobertura foi de somente 1%, mas no levantamento encaminhado ao município foi possível perceber uma preocupação em ampliar o atendimento para as crianças do 0 aos 3 anos, porém pela justificativa da demanda explícita ser grande. É um avanço se pensado em termos da política em ação, todavia está longe de se tornar uma política efetiva de atendimento à demanda explícita e a demanda potencial, já que todas as crianças têm direito à educação.

GRÁFICO 10 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL - 2006



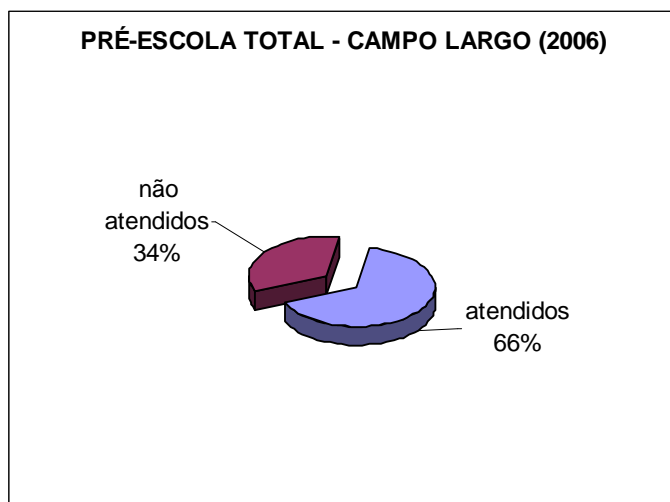
FONTE: INEP E IPARDES (2008).

A cobertura total neste nível foi de 10% em 2006, como representado no gráfico anterior, desta forma os 90% restantes da população infantil ainda não eram atendidos no seu direito. Mais esforços deverão ser dedicados à ampliação do direito às creches em Campo Largo, uma vez que a população infantil do 0 aos 3 anos superava em 1.039 crianças a população infantil dos 4 aos 6 anos em 2006 (ver ANEXO 15).

A cobertura total das pré-escolas em Campo Largo no ano de 2006 superou em mais da metade da sua população infantil dos 4 aos 6 anos, atendendo 66% das crianças desta coorte etária. Um considerável crescimento de 12% entre 2001/2006, a maior cobertura do PAM neste nível se considerados os municípios com a quantidade da população semelhante.

Deste modo é possível afirmar que as ações da gestão responsável pela educação infantil focaram-se mais na ampliação do direito à pré-escola, assegurando o direito à educação a mais crianças no município.

GRÁFICO 11 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS TOTAL – 2006



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Tendo como ponto de partida estes dados é possível traçar a provável universalização do atendimento na educação infantil em Campo Largo. Na tabela 6 e no gráfico 9 os indicadores da universalização, devido aos índices de cobertura mais altos e a taxa negativa de 8,3% de crescimento da população - desconsiderando outras variáveis - a universalização da educação infantil no município ocorrerá em meados de 2031.

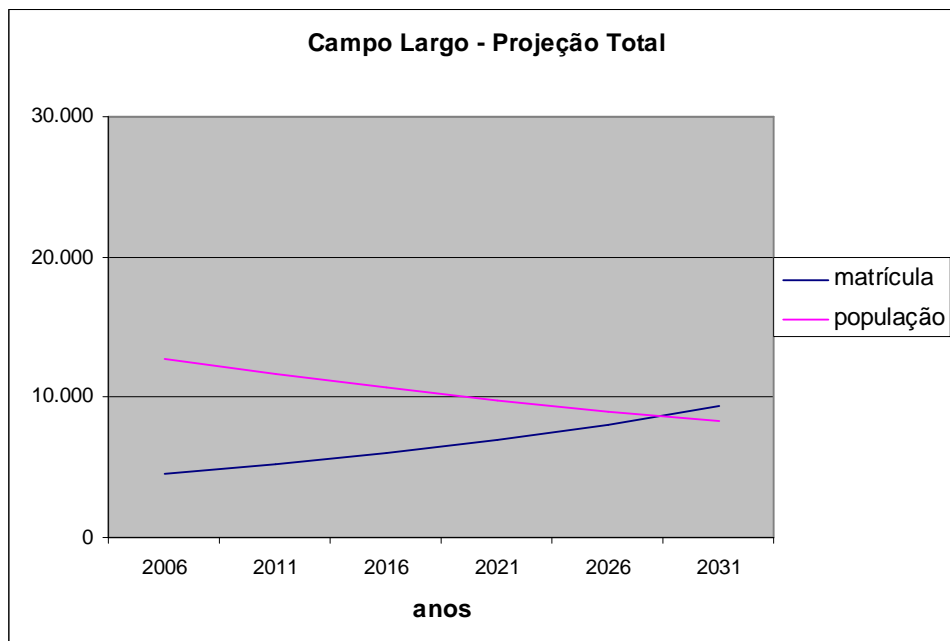
TABELA 6 - PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Campo Largo	Tx Projeção						
Ano		2006	2011	2016	2021	2026	2031
Matrícula	15,5%	4.553	5.259	6.074	7.015	8.103	9.358
População	-8,3%	12.725	11.670	10.703	9.816	9.002	8.256

FONTE: NUPE(2007).

NOTA: Taxa de crescimento utilizada para a projeção de 15,5% para as matrículas e – 8,3% para população, a cada 5 anos (índice verificado entre 2001 e 2006).

GRÁFICO 12 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CAMPO LARGO



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Como observado, este município conserva um dos índices mais altos de cobertura do PAM, mesmo que não atendendo a totalidade da população, garante de certa forma o direito à educação para mais sujeitos. Com relação à permeabilidade de limites, o município aponta que não há crianças oriundas de outros municípios em Campo Largo e incluem que estas vagas não são disponibilizadas somente no caso da família requerente vir a residir em Campo Largo.

Sobre a integração das políticas no PAM, foi apontado que aconteceram momentos de reflexão entre as cidades próximas (Balsa Nova, Contenda e Lapa) sobre a implementação do ensino fundamental de nove anos. Sendo assim, não há integração entre Campo Largo e os municípios componentes do PAM no que tange as políticas educacionais.

3.2.5 CAMPO MAGRO

Cidade localizada geograficamente a noroeste da Região Metropolitana de Curitiba e do PAM, faz limite com Campo Largo e Almirante Tamandaré. É o mais novo município a compor a RMC, foi criado em 1997 e incorporado a RMC no mesmo ano, anteriormente fazia parte do município de Almirante Tamandaré. O índice de desenvolvimento humano municipal desta cidade é de 0,740 pontos, mantendo-a em 199º lugar do estado e 11º lugar do PAM, ficando a frente somente de Almirante Tamandaré na região e assemelha-se a este município pelas características de carências sócio-econômicas. A população estimada do município em 2007 era de 28.599 habitantes (IBGE, 2008), sendo que 5.502 eram crianças do 0 aos 6 anos ou 19% da população (IPARDES, 2008).

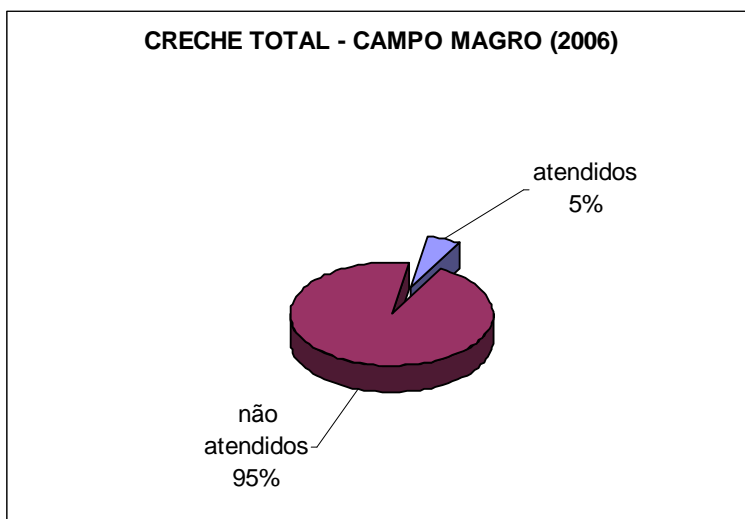
De posse dos dados recebidos no levantamento deste município é possível verificar que a educação infantil do município passou a ter uma contagem consolidada dos dados de atendimento a partir do ano de 2003. A preocupação em apontar o percentual de crianças “com” e “sem” escola neste período, também é uma positividade demonstrada pelo poder público. Estes dados fazem parte do fragmento retirado do Plano Municipal de Educação datado de 2007 e encaminhado pela responsável pelo DEI deste município.

A análise dos dados obtidos nos bancos do INEP/MEC e IPARDES revelou que, no período analisado, Campo Magro teve um crescimento de 3% na oferta da educação infantil pública, passou de 11% em 2001 para 14% em 2006. Foi apontada educação infantil pública porque a cobertura foi ofertada totalmente nesta rede, já que a rede privada não tem registros de matrículas em pré-escolas em 2001 no município e no ano de 2006, tanto em creches como em pré-escolas. O esforço de ampliação do atendimento se concentra nas vagas públicas.

Com relação às creches do município um incremento de 3% foi verificado no período, sendo que em 2001 a cobertura foi de 2% e em 2006 registrou-se a cobertura de 5% da população infantil. O aumento e os esforços de ampliação do município frente as suas características sócio-econômicas foram significativos, mas ainda são insuficientes frente à demanda que se apresenta.

O gráfico 10 representa a proporção entre atendidos e não-atendidos nas creches em Campo Magro, no ano de 2006 :

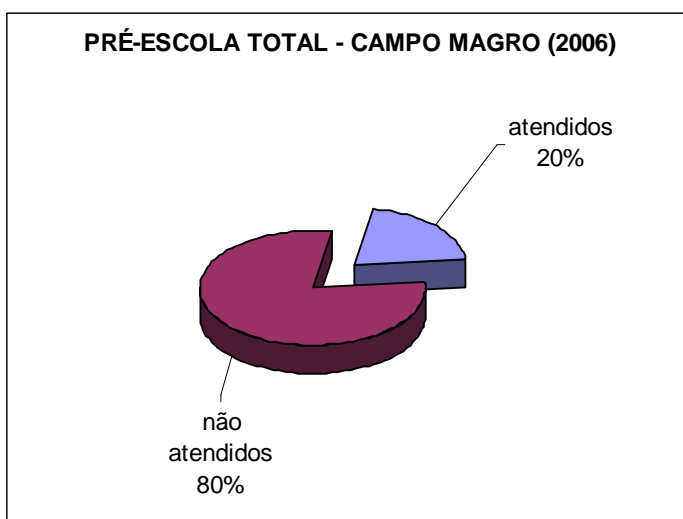
GRÁFICO 13 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL – 2006



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

O atendimento na pré-escola deste município tem semelhanças na cobertura revelada nas creches. A taxa de crescimento revelou que a oferta foi ampliada em 2% entre 2001 e 2006, ou seja, 20% das crianças do município foram atendidas em pré-escolas. Entretanto 80% da população infantil ainda não são atendidas, o crescimento da oferta é insuficiente e não acompanha a proporção de crescimento da população desta coorte etária.

GRÁFICO 14 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS TOTAL – 2006



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Devido às baixas taxas de atendimento apresentadas, e os valores projetados para os próximos anos, a provável universalização da educação infantil neste município ocorrerá somente após o ano de 2061, desconsiderando outras variáveis.

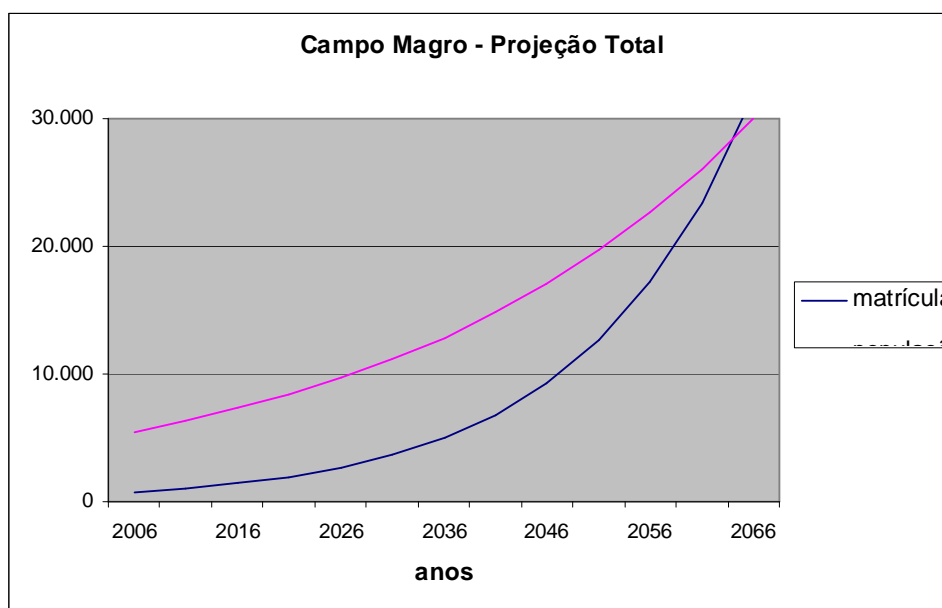
TABELA 7 – PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Campo Magro	Tx Projeção								
Ano		2006	2011	2016	2021	2026	2031	2036	2041
Matrícula	36%	783	1.066	1.452	1.977	2.692	3.666	4.993	6.799
População	15,2%	5.502	6.338	7.302	8.412	9.690	11.164	12.861	14.815

FONTE: NUPE(2007).

NOTA: Taxa de crescimento utilizada para a projeção de 36% para as matrículas e 15,2% para população, a cada 5 anos (índice verificado entre 2001 e 2006).

GRÁFICO 15 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CAMPO MAGRO



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

A hipótese levantada sobre a procura de atendimento nos municípios vizinhos (Almirante Tamandaré, Campo Largo e Curitiba) não se confirma no caso de Campo Magro, não há registros oficiais desta busca nos municípios vizinhos e destes em Campo Magro. Foi apontado no levantamento a similitude que Campo Magro apresenta com os demais municípios, que é a demanda potencial ou as listas de espera do município. O poder público pensa o atendimento tendo em vista esta população reclamante do direito.

Pontos acerca da priorização de uma educação de qualidade também foram mencionados pela respondente, outra positividade verificada é a proposição de objetivos e metas para a etapa, destacando a organização municipal em pensar a etapa, destacam-se aqui as seguintes metas:

- Elaborar e efetivar planejamentos em consonância com a proposta político-pedagógica que defende os princípios de inclusão, democratização e parceria entre a família e a escola, percebendo a criança como sujeito de direitos.
- Oportunizar a formação permanente e continuada dos profissionais que atuam nas instituições de Educação Infantil.
- Ampliar a oferta de vagas para a educação infantil, na zona urbana e rural com a aplicação de recursos específicos (...) no prazo de 5 anos. (ANEXO 7).

Outras metas e objetivos se concentram na qualidade dos serviços oferecidos e não foram mencionados devido não serem foco desta pesquisa. Como em alguns dos outros municípios analisados, não há registro no período de crianças originárias de outros municípios matriculadas em Campo Magro. Sobre a questão da integração das políticas a respondente aponta que “a integração com outros municípios só se faz através de cursos de formação para coordenadores de educação infantil dos municípios pertencentes ao núcleo regional da área norte” (ANEXO 6, QUESTIONÁRIO 5) e para o atendimento da demanda não há integração entre as políticas locais e dos outros municípios.

3.2.6 COLOMBO

Situado na região norte da Região Metropolitana de Curitiba, Colombo tem população estimada de 238.537 habitantes (IBGE, 2008), a população infantil em 2006 era de 33.380 crianças ou 14% dos habitantes do município. É o terceiro município mais populoso do PAM, ficando atrás apenas de São José dos Pinhais em número de habitantes. Seu IDH-M em 2000, segundo dados do IPPUC (2000), era de 0,764 ficando em 107º lugar no ranking estadual e em 7º lugar do PAM, sendo considerado um município de médio desenvolvimento humano (PNUD, 1998).

É uma das cidades mais antigas da RMC e foi criada em 1890, concentrando atualmente uma grande variedade de comércio varejista com filiais de grandes redes

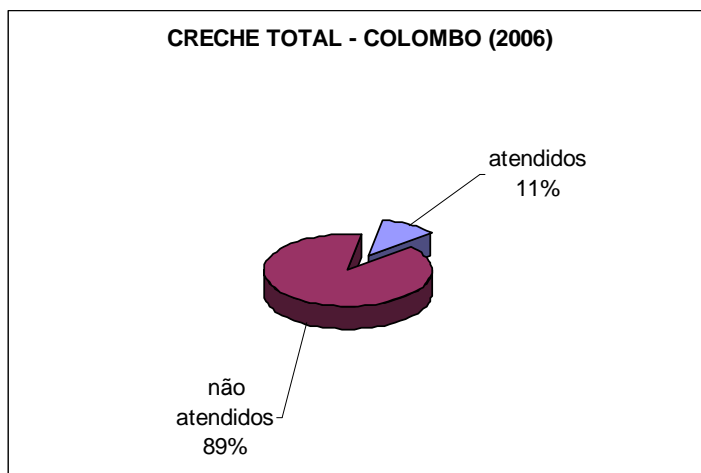
presentes na capital. Katzinsky (2004) tem por tese a não existência de limites político-administrativos entre Curitiba e Colombo, devido à integração desta cidade com a capital e a extensa gama de atividades comerciais que se assemelham a um bairro de Curitiba e não mais a uma cidade da RMC (KATZINSKY, 2004, p. 3).

Sobre a educação infantil, o relato apresentado no levantamento de Colombo aponta para a transição iniciada em 2003 desta etapa, da Assistência Social para a Secretaria Municipal de Educação. O ano de 2005 foi o marco para o início da adequação à parte pedagógica como forma de superar a dualidade cuidar x educar herdada da concepção na qual era mantida a etapa até o ano de 2003. Alguns dados do período, especialmente entre 2001 e 2002 não podem ser consolidados, uma vez que o município possuía nove CMEI's em funcionamento e que não eram autorizados pelo município.

Desta forma, aliando os dados do levantamento com os dados de matrícula do INEP/MEC e de população do IPARDES, obtém-se um panorama da educação infantil em Colombo. É possível constatar o avanço na cobertura da educação infantil em Colombo. A cobertura total da educação infantil neste município foi de 24%, a ampliação da oferta foi de 3% no período pesquisado.

Com relação à rede pública e nos níveis que compõe a etapa, as creches públicas contabilizaram um crescimento de 3% no período, sendo mais expressivo que o crescimento das pré-escolas públicas que se mantiveram estáveis. As creches privadas responderam por 2% da cobertura em 2006, com um crescimento de 1% no período. Um crescimento lento para o período de ambas as redes, porém apropriado se levada em conta a transição e a adequação à SMED, com duração de aproximadamente quatro anos (2001-2004).

GRÁFICO 16 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL – 2006.

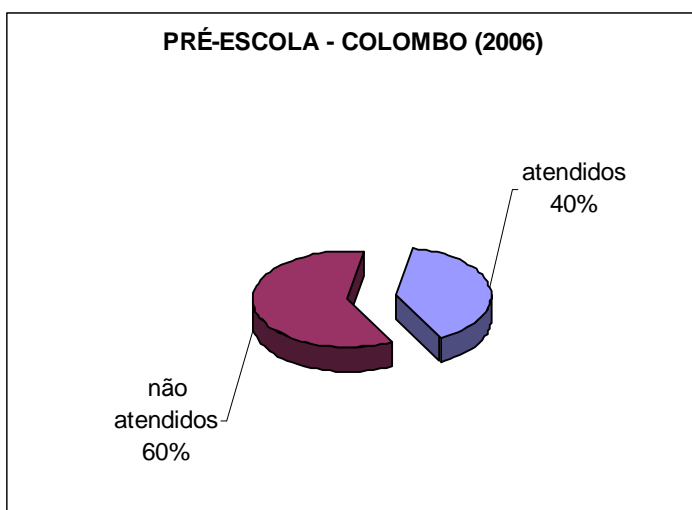


FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Deste modo tem-se por hipótese que uma análise mais aprofundada sobre as creches só poderá ser efetivada do ano de 2007 em diante. Assim, se 11% das crianças foram atendidas em 2006, 89% da população infantil de 0 a 3 anos não tinham acesso a uma vaga nas creches em Colombo.

A situação da pré-escola apresentou-se com a manutenção dos 40% de oferta no período, ou seja, 60% ainda não tinham o direito assegurado. Um dos apontamentos feitos no levantamento é da não existência de filas de espera para as crianças dos 5 anos em diante no município atualmente. Uma das possíveis explicações para o fato é a possível transição das crianças de 6 anos para o ensino fundamental de 9 anos ou estarem matriculados em escolas privadas ou, a não procura dos pais por vagas para seus filhos, de cinco anos, que não estão matriculados e que pode estar relacionado ao desconhecimento do direito à educação, entre outros fatores.

GRÁFICO 17 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS TOTAL – 2006.



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Com o cruzamento das taxas de crescimento populacional e crescimento de matrículas, foi possível estabelecer uma possível universalização da educação infantil em Colombo, como apresentado a seguir:

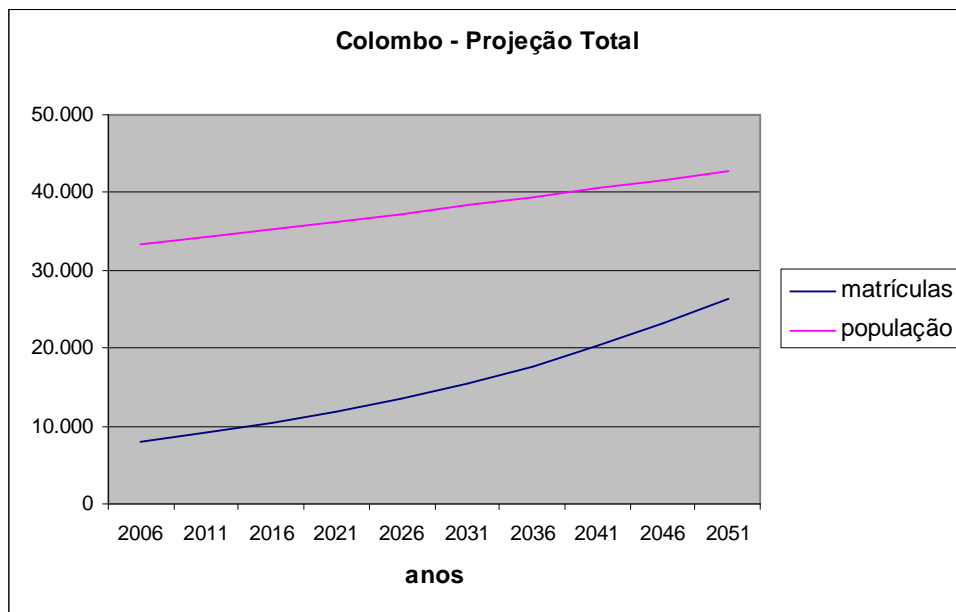
TABELA 8 – PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Colombo	Tx Projeção	2006	2011	2016	2021	2026	2031	2036	2041
Ano									
Matrícula	14%	7.956	9.091	10.387	11.868	13.561	15.495	17.705	20.229
População	2,8%	33.380	34.316	35.277	36.266	37.282	38.327	39.401	40.506

FONTE: NUPE(2007).

NOTA: Taxa de crescimento utilizada para a projeção de 14% para as matrículas e 2,8% para população, a cada 5 anos (índice verificado entre 2001 e 2006).

GRÁFICO 18 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM COLOMBO



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Com esta projeção é possível verificar que somente após mais de meio século, e desconsiderando outras variáveis, a oferta se universalizará em Colombo.

Apesar da apresentação deste quadro não muito otimista da universalização da etapa em Colombo, há avanços observados com relação à proposição de metas, objetivos e melhorias na qualidade dos serviços ofertados. A respondente apontou diversas intenções oficiais que estão em pauta para o desenvolvimento da educação infantil no município. O atendimento ainda é realizado, assim como em outros municípios do PAM, pela contabilização da demanda explícita justificada como sendo a possibilidade e a capacidade de atendimento do município.

Com relação à permeabilidade de limites, foi indicado que a prioridade é dada aos cidadãos que residem em Colombo e que existem políticas integradas com os outros municípios para atendimento da população infantil da região metropolitana. Porém um dado relevante foi apresentado nos dados cedidos pelo Departamento de Educação Infantil de Curitiba, nos quais constam, no registro da capital, dezesseis crianças oriundas de Colombo que estão matriculadas em CMEI's de Curitiba. Do mesmo modo, Colombo aponta a existência de uma matrícula, atualmente, de uma criança provinda de Curitiba em sua educação infantil municipal. Este caso é considerado uma exceção pelo município, uma vez que a matrícula foi efetivada via dispositivos intra conselhos tutelares e não pelas secretarias de educação.

Este fato demonstra que há desconhecimento do poder público da busca da população do seu município pelo direito em outro município, apesar de ser um universo pequeno de análise.

3.2.7 CURITIBA

Município pólo da RMC, é a metrópole desta região e capital do estado. O município tinha em 2007 uma população aproximada de 1.797.408 habitantes segundo dados do IBGE (2008). Possui 646.484 habitantes a mais que a soma de toda a população dos outros onze municípios do PAM. Destes habitantes, 10% eram a população infantil do município ou um total de 179.716 crianças (IPARDES, 2008). Curitiba é a metrópole ou pólo que gerou a RMC em seu entorno, desta forma atrai os cidadãos das outras cidades que vêm a Curitiba em busca de serviços não ofertados ou insuficientes na cidade que residem, supostamente em maior número que os municípios do PAM entre si.

O IDH-M da cidade é o maior da RMC e do PAM, deixando-a em 1º lugar no ranking por unidade da federação e também em 1º lugar no PAM. Seu IDH-M é de 0,856 e o município é considerado de alto desenvolvimento humano municipal, segundo classificação do PNUD (1998).

Pode-se dizer, a princípio, que o município de Curitiba atende mais a demanda populacional que o conjunto de municípios do PAM, tendo em vista sua capacidade sócio-econômica e a população mais elevada, em número de habitantes ora uma maior capacidade de atendimento. Na entrevista cedida pela responsável pelo DEI, ainda é possível verificar o fato de Curitiba atender uma parcela pequena da população do PAM, que não pode ser desconsiderada se pensado na possibilidade do movimento de permeabilidade de limites e de atendimento a uma demanda que extrapola seus limites político-administrativos.

No campo da educação, assim como nos outros municípios do PAM, o poder público da metrópole só trabalha com os dados da demanda explícita para a abertura e ampliação da cobertura na educação infantil. No período analisado a cobertura total teve um crescimento de 7%, sendo que em 2001 a cobertura total era

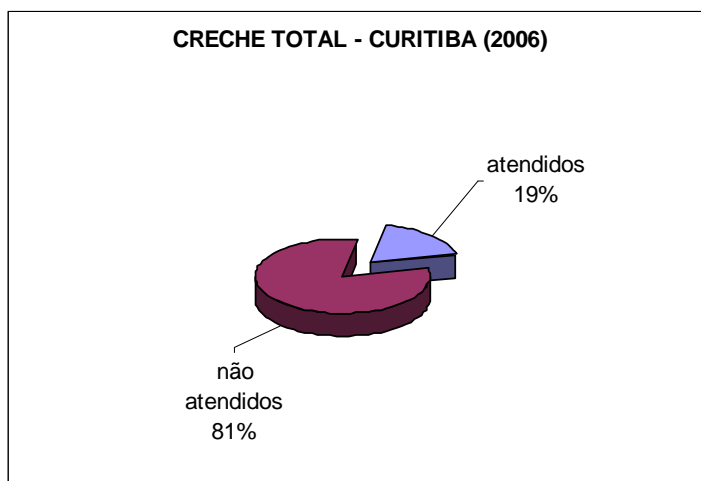
de 20% da população infantil do município e em 2006 subiu para 27% de atendimentos nas redes pública e privada.

O atendimento em creches públicas¹⁹ teve um crescimento de 3% no período 2001/2006 passando de 8% no atendimento em 2001, para 11% de atendimento em 2006. As creches da rede privada ficaram responsáveis por 6% da cobertura em 2001 e 8% em 2006, uma ampliação de 2% no período.

Este é um dado que chama atenção, uma vez que a rede privada tem aproximado sua cobertura a da rede pública na capital. Sendo assim é necessário que o poder público tenha ações mais incisivas de abertura e garantia do direito à população, como é seu dever constitucional, não deixando a cargo da sociedade civil e, por consequência, diminuindo a responsabilidade do poder público em arcar com a garantia do direito.

Apesar do atendimento mais significativo que em outros municípios do PAM, Curitiba garantiu creches a somente 19% da sua população infantil e deixou de assegurar o direito a educação infantil a 81% das crianças e suas famílias em 2006.

GRÁFICO 19 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL – 2006



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

É possível verificar que apesar da oferta superior a muitos outros municípios do PAM, se pensando na totalidade de atendimento da sua população; Curitiba ainda cobre somente 11% da sua população em creches públicas. De certo modo

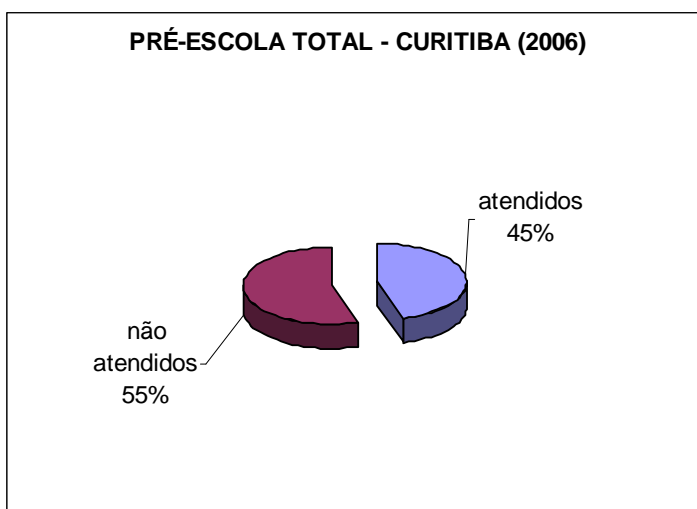
¹⁹ A contagem de vagas em creches e pré-escolas públicas municipais, da capital, é o total da soma das matrículas nas dependências municipais, federais e estaduais. Esta é uma exceção, entre os outros municípios, possuir a oferta nestas dependências públicas.

esta cobertura tem justificativa, frente à explicação do DEI para a tomada de variáveis para a ampliação da oferta neste nível. A SMEC e o DEI trabalham somente com os dados da demanda explícita para atender a cobertura.

Por outro lado o atendimento em pré-escolas públicas municipais em Curitiba teve um crescimento de 5% no período passando de 11% de atendimento em 2001, para uma cobertura de 16% em 2006. O atendimento privado em pré-escolas, no ano de 2006 contemplava 20% da população infantil dos 4 aos 6 anos, ou seja, 4% a mais da população infantil dos 4 aos 6 anos eram atendidas na rede privada.

Com estes dados é possível demonstrar a cobertura total nas pré-escolas em Curitiba, um pouco mais da metade da população infantil ou 55% não tinha assegurado uma vaga em pré-escolas da capital.

GRÁFICO 20 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS TOTAL – 2006



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

De posse dos dados de demanda e oferta e as taxas utilizadas nos outros municípios para a universalização da educação infantil em Curitiba, foi possível encontrar a seguinte projeção:

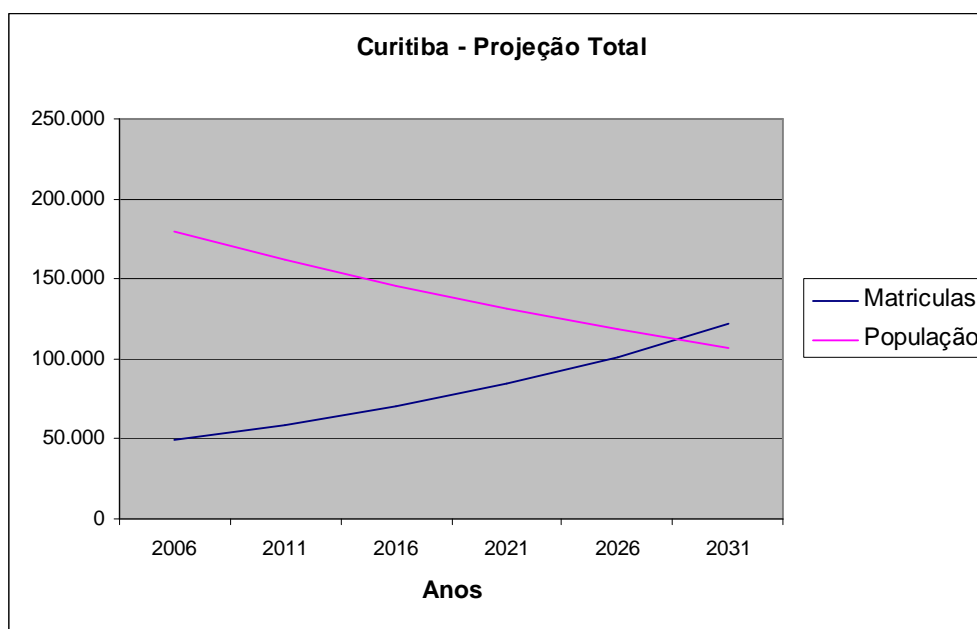
TABELA 9 – PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CURITIBA	Tx Projeção						
Ano		2006	2011	2016	2021	2026	2031
Matrícula	20%	48.804	58.575	70.302	84.377	101.270	121.545
População	-9,9%	179.716	162.005	146.040	131.648	118.674	106.979

FONTE: NUPE(2007).

NOTA: Taxa de crescimento utilizada para a projeção de 14% para as matrículas e 2,8% para população, a cada 5 anos (índice verificado entre 2001 e 2006).

GRÁFICO 21 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CURITIBA



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Os dados apontam que aproximadamente em vinte e três anos, a educação infantil de Curitiba estará universalizada se tomadas somente as variáveis citadas anteriormente. A responsável pela educação infantil em Curitiba, em entrevista (ver ANEXO 9), comentou que o número estimado de crianças matriculadas em centros conveniados de educação infantil em Curitiba gira em torno de 150 crianças, oriundas da RMC. Já nos Centros Municipais de Educação Infantil de Curitiba (CMEI), este número é menor, como pode ser observado na tabela abaixo:

TABELA 10 - CRIANÇAS ORIUNDAS DA RMC NOS CMEI's DE CURITIBA (2008).

CIDADE	EM ATENDIMENTO
ALMIRANTE TAMANDARÉ	28
CAMPINA GRANDE DO SUL	2
CAMPO LARGO	3
CAMPO MAGRO	1
COLOMBO	16
FAZENDA RIO GRANDE	2
PINHAIS	3
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	4
OUTRA	2
TOTAL	61

FONTE: SME/DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (2008).

Perguntada sobre o grau de integração entre o DEI e as secretarias da educação dos municípios da RMC, a entrevistada respondeu que não há reuniões ou encontros para discussão das políticas educacionais relacionadas à educação infantil, tendo mencionado um único momento proporcionado pelo DEI no ano de 2007, que foi o *1º Seminário Municipal de Educação Infantil* com caráter mais pedagógico. Alertou para o fato que foram convidados todos os secretários responsáveis pela educação infantil nos municípios da RMC, para participarem deste ciclo de debates, palestras e cursos. Dos 26 municípios, compareceram somente os representantes de Almirante Tamandaré, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais.

Neste momento a secretaria afirma sentir falta de uma maior integração entre os municípios da RMC e Curitiba para que mais situações de trocas e políticas afirmativas pudessem ser desenvolvidas em conjunto entre as cidades, principalmente na questão do atendimento aos pais com vagas no local de origem. Disse sentir falta de uma integração, não só nas questões das políticas educacionais, mas das políticas públicas como um todo.

Acerca do critério de ingresso das crianças nos CMEI's e se era autorizada a matrícula de crianças oriundas da RMC, a entrevistada apontou que não é proibida a matrícula das crianças da RMC, porém dá-se preferência aos residentes em Curitiba e que atendam aos critérios de seleção da vaga, como renda per capita de até 3 salários mínimos e principalmente que estejam em situação de risco. Uma das formas de reduzir a burla por sujeitos oriundos da RMC, que se utilizam das mais

diversas formas para matricular seus filhos nos CMEI's e comprovar que residem na capital, são as visitas domiciliares. A entrevistada apontou que já ocorreram casos de mães de Curitiba denunciarem ao Departamento a existência da burla por parte de mães da RMC, para garantir a vaga nos CMEI's.

Neste momento a entrevistada foi questionada a respeito das listas de espera em Curitiba, se era possível o acesso a estes dados, uma vez que crianças da RMC poderiam constar nesse número de solicitantes e a pesquisadora teria uma idéia de quais municípios provêm os sujeitos que se deslocam da RMC em busca de vagas de educação Infantil na capital. A entrevistada mencionou que não poderia ceder estes dados, com a justificativa que a SME está implantando um banco de dados digital para a otimização desta lista de espera, sendo assim os dados não estão disponíveis para consulta. Apontou que a previsão de entrega do sistema informatizado é o final do ano de 2008. Discorreu um pouco mais sobre o sistema, indicando a melhoria no que se refere à redução dos cadastros duplos e/ou triplos do sistema, dando mais possibilidades de garantia de vagas nos CMEI's no local onde os solicitantes residem.

Um fato interessante foi o comentário feito pela entrevistada que todos têm direito à vaga independente de serem de Curitiba ou da RMC, mas que o município não tem dado conta nem de atender toda a sua demanda e que fica inviável atender a demanda de municípios vizinhos ou próximos, reafirmando a situação de não integração das políticas na região, demonstrada nesta pesquisa. Assim, como nos outros municípios do PAM, a metrópole atualmente ainda não tem condições de atender sua demanda potencial, muito menos a demanda oriunda dos outros municípios do PAM.

3.2.8 FAZENDA RIO GRANDE

Localizada ao sul da RMC e do primeiro anel metropolitano, Fazenda Rio Grande possuía em 2007 a contagem de 112.870 habitantes e 15% da população ou 17.877 habitantes são pertencentes à população infantil, segundo dados do IBGE (2008) e IPARDES (2008). O município está localizado próximo a uma região muito populosa da capital, a região sul, e cresceu concomitantemente ao desenvolvimento

desta área. Faz limite ao leste com Araucária e ao oeste com São José dos Pinhais, ficando no ponto médio de três grandes pólos industriais (Curitiba, Araucária e São José dos Pinhais).

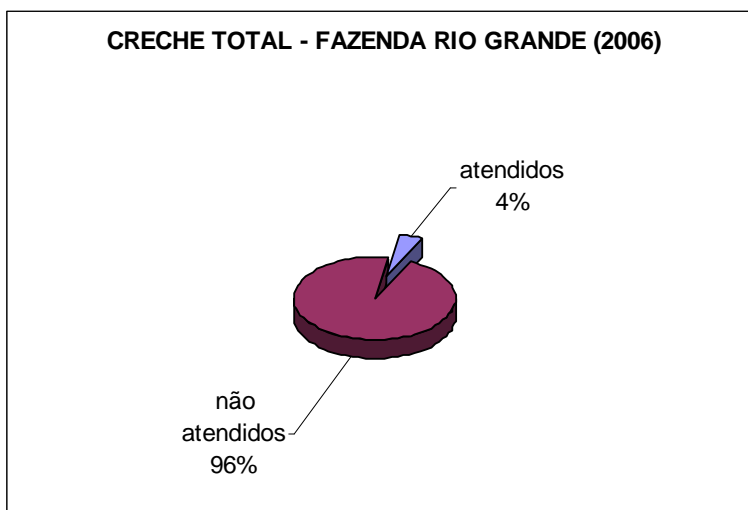
O IDH-M deste município é de 0,763 pontos, considerado como local de desenvolvimento mediano (PNUD,1998); seu PIB encontra-se na faixa dos mais baixos do PAM. Esta no 112º lugar do ranking por unidade da federação e em 10º lugar no PAM. A cidade foi incorporada à RMC somente em 1993, ou seja, uma criação recente assim como Campo Magro.

Segundo dados coletados no levantamento deste município, a partir de 1998 a educação infantil tem se desenvolvido de maneira satisfatória na secretaria de educação municipal, foi o primeiro dos municípios do PAM a integrar a educação infantil à secretaria de educação. No levantamento foi identificada uma condição diferente para a configuração da educação infantil atual. É apontada como meta atingida a retirada das crianças de cinco anos dos CMEI's e a inserção em escolas do município. Mas esta é uma meta recente, importante de ser mencionada, porém não interfere na análise dos dados do período proposto nesta pesquisa.

A educação infantil de Fazenda Rio Grande entre 2001 e 2006, sofreu decréscimo da cobertura total no município de 3%, esta porcentagem revela uma redução de 16% de atendimento em 2001 para 13% em 2006, no compêndio das matrículas públicas e privadas.

A situação é peculiar no município no que se refere à oferta de vagas nas creches públicas. Em 2006, somente um universo de 4% da população infantil desta coorte etária foi atendida no município. Outro dado peculiar é a afirmação que neste período não foram construídas creches no município, dado obtido no levantamento e que reforça a idéia de não atendimento da população de 0 a 3 anos. Tanto as creches públicas quanto as creches privadas atenderam em 2006, 4% da população infantil. Isso indica, que no período pesquisado, quase toda a população infantil do 0 aos 3 anos não tinha o direito à educação pública e gratuita assegurada, como pode ser verificado no gráfico 22:

GRÁFICO 22 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL – 2006

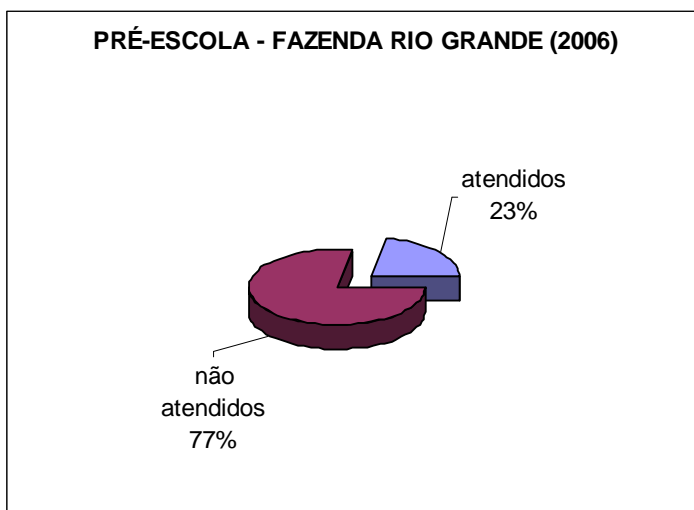


FONTE: INEP E IPARDES (2008).

A pré-escola da rede pública, em Fazenda Rio Grande, atendeu em 2001, o equivalente a 29% das crianças dos 4 aos 6 anos e em 2006, 18% das crianças desta faixa etária, uma redução de 11% na oferta deste nível no período 2001/2006. Esta redução pode estar veiculada à transferência das crianças de 6 anos para o ensino fundamental de nove anos e, possivelmente, o início da transferência dos alunos de 4 e 5 anos para as escolas municipais, como relatado no levantamento.

Já a rede privada, cobriu o percentual de 4% de atendidos em 2001 e 5% em 2006, uma ampliação de 1% no período. Contabilizando a oferta pública e a privada em Fazenda Rio Grande é possível afirmar que 23% das crianças são atendidas em pré-escolas, entretanto 77% ainda não têm garantido este acesso.

GRÁFICO 23 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS TOTAL – 2006.



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Considerando estes dados de oferta e demanda do município, as taxas calculadas para o período demonstraram uma projeção do período com um crescimento estimado de 8% para as matrículas e uma taxa de 33,3% de crescimento populacional, sem levar em conta outras variáveis, não analisadas para o cálculo de projeção. O gráfico e a tabela demonstram esta disparidade, a população crescerá de maneira exponencial enquanto a oferta de matrículas crescerá lentamente não acompanhando a demanda.

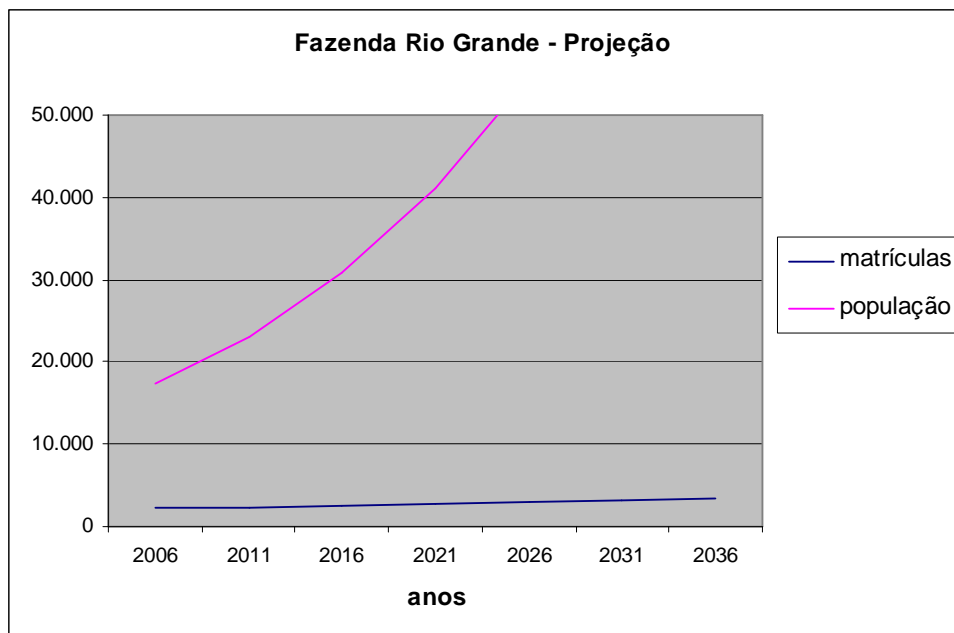
TABELA 11 – PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Fazenda Rio Grande		Tx Projeção							
Ano		2006	2011	2016	2021	2026	2031	2036	2041
Matricula	8%	2.194	2.371	2.563	2.770	2.994	3.235	3.497	3.779
População	33,3%	17.316	23.077	30.756	40.988	54.626	72.801	97.023	129.305

FONTE: NUPE(2007).

NOTA: Taxa de crescimento utilizada para a projeção de 8% para as matrículas e 33,3% para população, a cada 5 anos (índice verificado entre 2001 e 2006).

GRÁFICO 24 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM FAZENDA RIO GRANDE



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Deste modo, a possível universalização da educação infantil em Fazenda Rio Grande não ocorrerá nem um século adiante deste. Esta indicação de universalização vai ao encontro das afirmações do levantamento recebido que apontam para a preocupação do município com a demanda latente. Há a indicação de parceria com o governo federal para a construção de duas novas creches.

Uma medida interessante, tomada também por Curitiba, para a diminuição dos cadastros duplicados é a implementação de um cadastro único de vagas para identificar a demanda potencial, porém apesar dos esforços do município em melhorar as condições de oferta na educação infantil, há um longo percurso para que possam atender toda a demanda potencial. Deste modo, foi possível verificar que não há condições do município integrar suas políticas de atendimento aos outros municípios do PAM, pela pouca capacidade que tem de atender seus próprios cidadãos. Os dados da pesquisa também apontaram que não há matrículas de crianças dos outros municípios do PAM em Fazenda Rio Grande.

3.2.9 PINHAIS

O município está localizado a leste do Primeiro Anel Metropolitano e da RMC, está situado no ponto médio entre Curitiba, São José dos Pinhais, Piraquara, Colombo e Quatro Barras. A população deste município em 2007 era de 123.128 habitantes (IBGE, 2008), sendo que 15.436 habitantes eram da população infantil ou 15% dos habitantes do município. Possui o IDH-M igual a 0,815 (IPPUC, 2000), ou seja, uma região de alto desenvolvimento humano, ficando atrás somente de Curitiba e classificada como a segunda cidade no ranking das cidades do PAM.

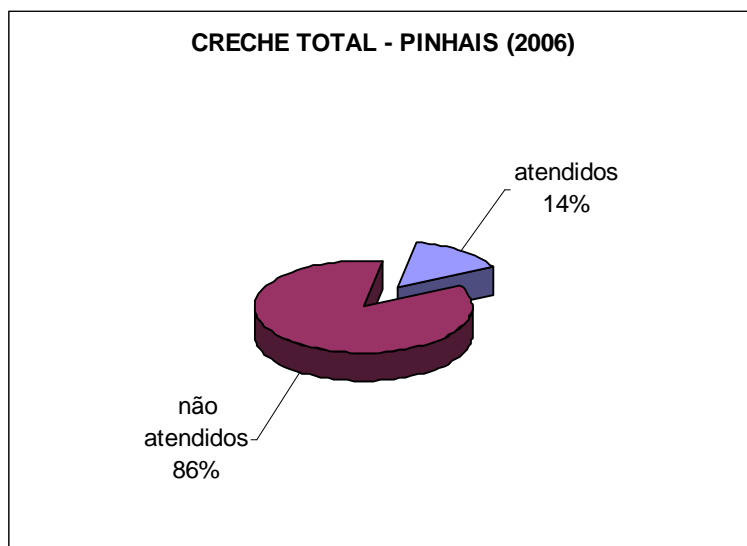
Os dados acerca da configuração da etapa no período pesquisado foram obtidos no levantamento do município. Como em outros municípios do PAM, somente em meados dos anos 2000 que a educação infantil passou a ser responsabilidade da secretaria municipal de educação, uma transição do caráter assistencialista para a configuração de primeira etapa da educação básica. Um plano educacional para a etapa foi necessário para atender as indicações do MEC que constam na LDB 9394/96, com padrões para a educação infantil a serem seguidos pelos estados e municípios.

Deste modo a educação infantil em Pinhais, entre 2001 e 2006, teve um acréscimo de 11% no atendimento total, considerando-se as redes pública e privada. Em 2001, atendia 18% da população infantil total do município, e em 2006 passou a atender 29% da população infantil do 0 aos 6 anos. Este é um dos melhores índices de crescimento da cobertura dos municípios do PAM, ficando atrás somente de Campo Largo e Curitiba na proporcionalidade do atendimento à população infantil.

As creches públicas ampliaram em, somente, 1% o atendimento no período. Em 2006, a cobertura apresentou 10% de abrangência da população infantil do 0 aos 3 anos. Estas crianças, conforme dados do levantamento, estavam distribuídas em 12 CMEI's e somente em meados de 2007-2008 que três novos CMEI's foram construídos. No gráfico abaixo a indicação do percentual de atendimento.

Por outro lado as creches da rede privada ficaram responsáveis por 4% da cobertura total em 2006, que foi de 14% em Pinhais. Infelizmente este percentual revela que outros 86% da população de 0 a 3 anos não estava sendo atendida em 2006 no município.

GRÁFICO 25 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL – 2006



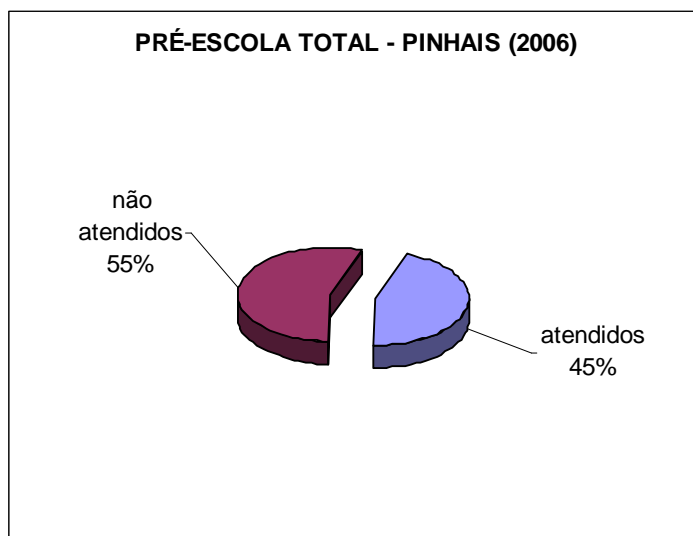
FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Parece, através da reflexão sobre os dados levantados, que o município dá prioridade à ampliação das matrículas nas pré-escolas públicas e mantém o atendimento – insuficiente – nas creches. As pré-escolas tiveram ampliação da cobertura total correspondente a 22% entre 2001 e 2006, ou seja, de 23% de atendimentos em 2001, passou a atender 45% da população infantil em 2006.

Em 2006 as pré-escolas públicas atenderam 35% da população desta coorte etária e as privadas cobriram 10% das crianças desta coorte etária. Esta ampliação é significativa para o município e na comparação dele com outros municípios do PAM, porém ainda não é o atendimento aspirado, se pensando no direito que toda a população infantil tem garantido oficialmente, ou seja, a uma vaga pública na educação infantil.

Levando em conta esta reflexão proposta como foco de análise desta pesquisa, em Pinhais no ano de 2006, pouco mais da metade das crianças estavam excluídas do direito à escola pública e gratuita.

GRÁFICO 26 - ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLA TOTAL – 2006



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Em posse destes dados é possível perfazer uma projeção da universalização da etapa em Pinhais. O quadro do município é mais ameno se comparado aos outros municípios já analisados e que não atendem nem 30% da sua população infantil em pré-escolas. O cálculo da taxa de crescimento populacional revelou a taxa negativa de -3,9% em cinco anos que colabora, se tomadas somente estas variáveis, para uma universalização mais recente da etapa. A taxa de crescimento de matrículas obteve um índice de 56% de crescimento, como exposto na tabela a seguir:

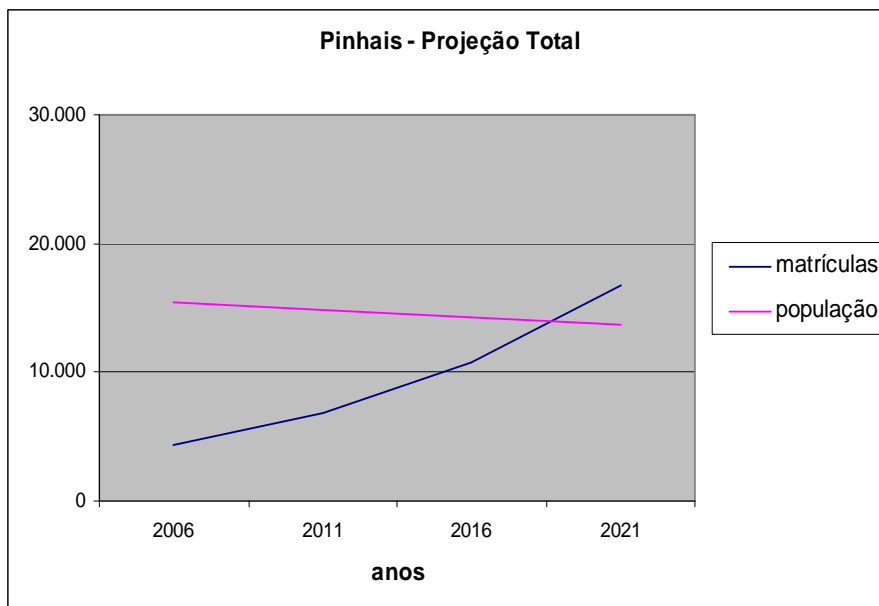
TABELA 12 – PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Pinhais	Tx Projeção					
Ano		2006	2011	2016	2021	2026
Matrícula	56%	4.402	6.879	10.749	16.797	26.248
População	-3,9%	15.436	14.838	14.263	13.711	13.180

FONTE: NUPE(2007).

NOTA: Taxa de crescimento utilizada para a projeção de 56% para as matrículas e -3,9% para população, a cada 5 anos (índice verificado entre 2001 e 2006).

GRÁFICO 27 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM PINHAIS



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Se a projeção acontecesse desta forma, a universalização da educação infantil em Pinhais aconteceria em 20 anos em média. A melhor projeção de universalização do PAM, dadas as condições de crescimento das matrículas e decréscimo populacional apresentadas no período analisado.

A indicação, no levantamento do município, é da educação infantil como prioridade da gestão responsável pelo período pesquisado. É clara a indicação, apesar da disparidade entre a cobertura das creches e pré-escolas, que o município aparenta preocupar-se com o desenvolvimento qualitativo da etapa. Este fato pode ser observado pela indicação das metas pensadas pelo município, como a formação continuada dos professores e a formação mínima no Magistério (Normal) para atuar nas instituições públicas de educação infantil; a integração entre comunidade e a escola; disponibilização de material didático aos alunos, políticas de inclusão, etc.

Do período pesquisado à atualidade, a menção é do atendimento voltado à demanda explícita, não há referência clara ao atendimento da demanda potencial a não ser pelo fato da menção a não existência de critérios sócio-econômicos para a população solicitar uma vaga na educação infantil de Pinhais. O único critério é a residência no município.

A questão da permeabilidade de limites é comum a dos outros municípios analisados: o poder público não tinha conhecimento e contabilização de crianças oriundas de outros municípios na sua educação infantil. Uma procura ínfima ainda é feita por pais residentes em Piraquara, município que faz limite com Pinhais, mas a menção é que esta procura tem diminuído consideravelmente pelo fato de o município não atendê-la. A indicação é que não há integração entre as políticas educacionais locais com as políticas educacionais dos municípios do PAM, a referência feita é que cada município deve preocupar-se com o atendimento da sua população.

3.2.10 PIRAQUARA

Cidade situada ao leste do Primeiro Anel Metropolitano, possui 126.133 habitantes (IBGE, 2008), e no ano de 2006 as crianças totalizavam 16% da população da cidade ou 19.749 habitantes. Ocupa o 183º lugar no ranking por Unidade da Federação, ficando, no PAM, à frente apenas de Campo Magro e Almirante Tamandaré. O IDHM-M deste município é de 0,744 (IPPUC, 2000) mantendo o município em décimo lugar entre as cidades do PAM.

Piraquara tem como peculiaridade ser o município que tem em seu território o maior número de mananciais hídricos da RMC – é conhecida popularmente como *Capital da Água* - abastece praticamente toda a região leste da RMC e Curitiba. Todavia esta característica não lhe confere retorno econômico como nos municípios que mantêm pólos industriais (Araucária e São José dos Pinhais) e um dos motivos é que devido a proteção dos mananciais hídricos, não é permitida a instalação de indústrias neste município (PDI, COMEC, 2002).

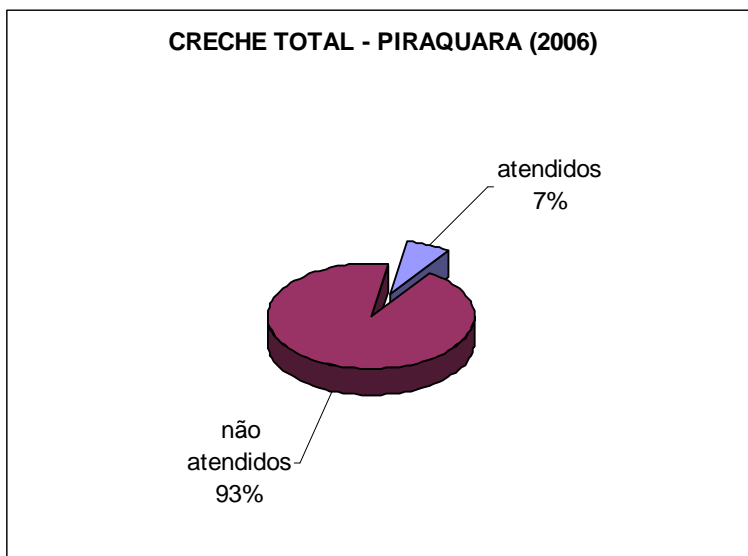
No campo da educação, a etapa analisada tem índices de ampliação da oferta similar a de municípios com índices mais baixos de cobertura, no PAM. Em resposta às questões do levantamento, o departamento de educação infantil do município aponta que a partir de 2001, o atendimento foi assumido pela Secretaria Municipal de Educação, mencionando que anteriormente a função era centralizada nos cuidados assistenciais unicamente.

Com relação ao atendimento, é mencionado que a partir de 2005 algumas escolas começaram a atender as crianças de 6 anos, ampliando assim as vagas para as crianças de 3 a 5 anos nos CMEI's. O cotejamento das informações recebidas com as informações obtidas no INEP/MEC e IPARDES aponta que durante o período analisado o município atendeu a 12% da sua população infantil, contabilizando as redes pública e privada, e teve uma ampliação na faixa de 1% no atendimento total, uma das menores da região.

As creches, em Piraquara, atendiam em 2001 um percentual de 6% da população de 0 a 3 anos e no ano de 2006 cerca de 7% da população desta coorte etária, um crescimento de 1% da cobertura. Este é um dos mais baixos atendimentos do direito a uma creche pública do PAM. Esta ampliação de 1% no período pode indicar a diminuição dos esforços do município em atender e ampliar o atendimento nas creches públicas de Piraquara.

De posse destes dados é possível observar que apenas 7% da população infantil de 0 a 3 anos eram atendidas em Piraquara, em 2006, e cerca de 93% das crianças e suas famílias estavam excluídos do direito à Educação.

GRÁFICO 28 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL – 2006



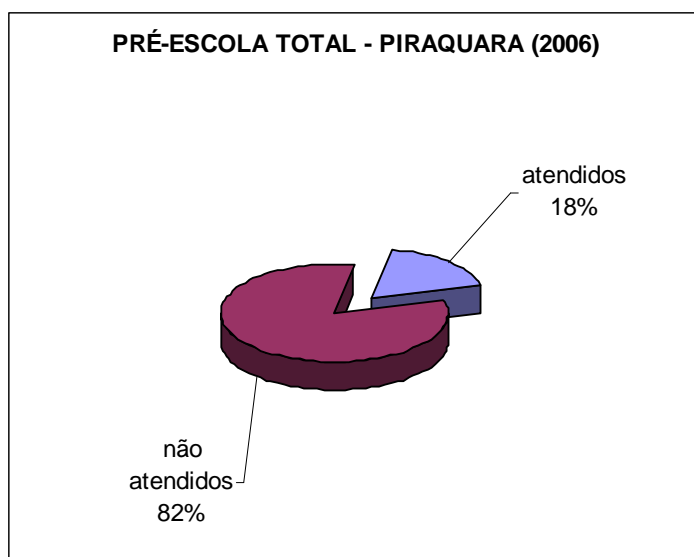
FONTE: INEP E IPARDES (2008).

A situação das pré-escolas públicas e privadas, no período 2001/2006, não é muito distinta das creches de ambas as redes no município. Foi registrado um crescimento de 2% na cobertura pública do período, sendo que em 2001, 11% da

população infantil e em 2006, 13% da população foram atendidas nesta rede. Já na rede privada, 7% da população infantil foram atendidas em 2001 e 5% em 2006.

O município aparenta não fazer incrementos significativos no período para a garantia do direito a pré-escola pública e a rede privada aparenta não poder atender uma parcela maior de sujeitos deste município devido às condições sócio-econômicas do mesmo que inviabiliza a abertura e manutenção de escola desta rede. O gráfico a seguir aponta a parcela da população infantil atendida e não atendida em Piraquara, no ano de 2006:

GRÁFICO 29 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS – 2006



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

No ano de 2006, um percentual de 18% de crianças dos 4 aos 6 anos tinham garantido seu direito, não se sabe ao certo em que condições e outros 82% não possuíam este direito assegurado.

Deste modo, com a observação dos dados de matrícula e população desse município é possível traçar a provável universalização da etapa em Piraquara:

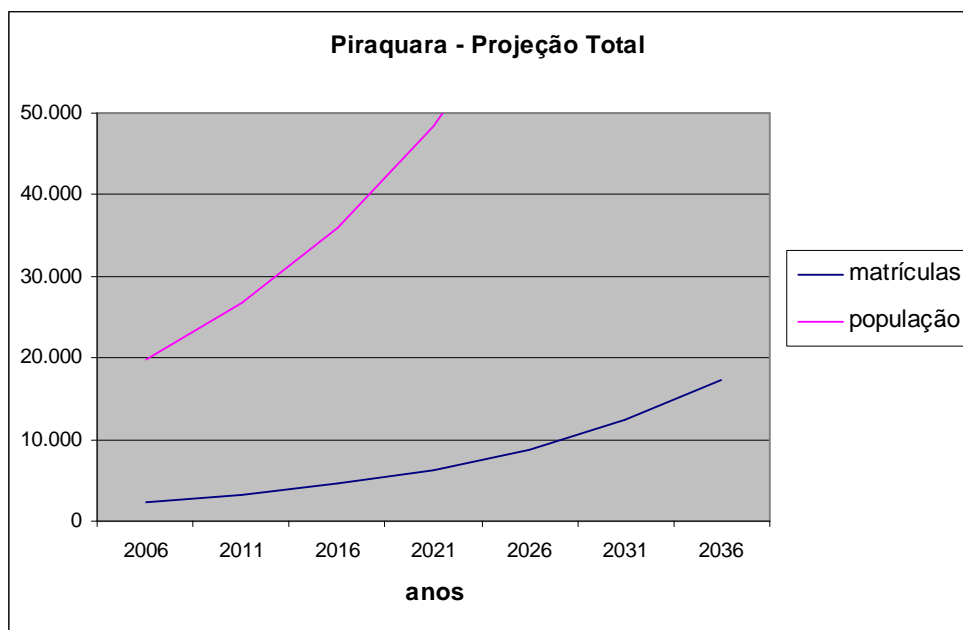
TABELA 13 - PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Piraquara		Tx Projeção							
Ano		2006	2011	2016	2021	2026	2031	2036	2041
Matrícula	40%	2.309	3.229	4.516	6.316	8.833	12.354	17.278	24.164
População	34,8%	19.749	26.625	35.894	48.390	65.237	87.949	118.568	159.847

FONTE: NUPE(2007).

NOTA: Taxa de crescimento utilizada para a projeção de 40% para as matrículas e 34,8% para população, a cada 5 anos (índice verificado entre 2001 e 2006).

GRÁFICO 30 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM PIRAQUARA



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Com uma taxa de crescimento calculada de 40% no período 2001/2006 e de 34,8% de crescimento populacional, desconsiderando outros fatores, a universalização da educação infantil em Piraquara poderá ocorrer mais de meio século adiante deste, ou seja, se não houverem esforços em reverter esta disparidade entre o crescimento populacional e os esforços em garantir o direito à todos. O gráfico aponta o crescimento das variáveis, porém elas não se encontrarão, provavelmente a ampliação da oferta não convergirá para o atendimento da totalidade da demanda do município.

Apesar da possível universalização da etapa em Piraquara ser distante do esperado, o município revelou certa preocupação com o atendimento da população infantil. Foi apontada no levantamento, a proposta de ampliação da cobertura como plano de trabalho da gestão 2009/2012 e o planejamento de metas para a etapa

visando o atendimento da demanda potencial²⁰. As questões referentes à qualidade na educação infantil no município também foram citadas e a formação (continuada) de professores é uma das metas prioritárias, além dos insumos e ampliação do atendimento.

Com relação à permeabilidade de limites, parece mesmo que não há integração para pensar o atendimento da demanda entre Piraquara e os municípios do PAM. E não há registros de crianças oriundas de outros municípios e nem a possibilidade de concretização desta integração devido às dificuldades de atendimento da demanda do município, conforme mencionado pela respondente e na representação formulada através do cotejamento dos dados do INEP/MEC e IPARDES.

3.2.11 QUATRO BARRAS

O município de Quatro Barras está situado na região nordeste do PAM e da Região Metropolitana de Curitiba. É um dos municípios do PAM que não faz limite direto com a capital, porém adentra a análise pela hipótese da busca por serviços dos cidadãos na capital e em municípios vizinhos como Pinhais, Colombo e Campina Grande do Sul. Em 2007, sua população era de 21.598 habitantes e 2.849 habitantes eram crianças do 0 aos 6 anos ou 13% da população da cidade. O IDH-M deste município é igual ao de Campo Largo, atingindo 0,744 pontos porém as condições de atendimento ao direito à educação para os sujeitos de Quatro Barras é a metade do que é efetivado em comparação a Campo Largo.

Segundo dados obtidos na análise do levantamento do município, somente em 2001 que a educação infantil começou a se configurar como instituição educativa, para a secretaria municipal de educação anteriormente a este ano as ações nos CMEI's de Quatro Barras eram direcionadas somente ao cuidado, sem uma preocupação pedagógica mais presente e por consequência com políticas mais voltadas ao assistencialismo.

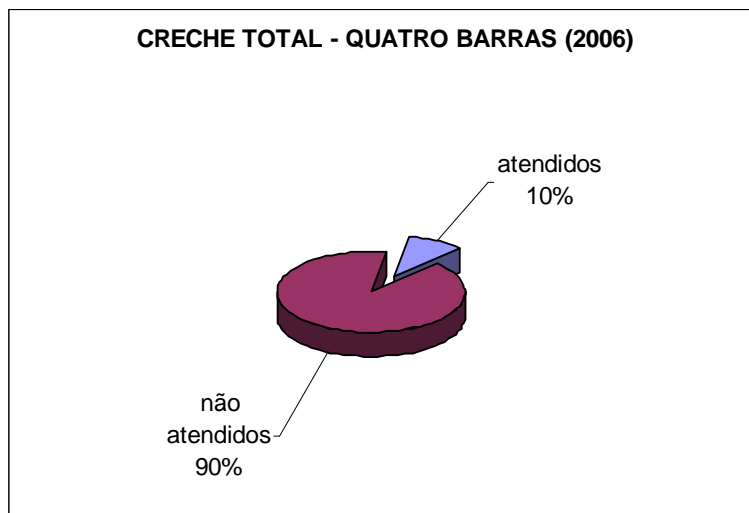
²⁰ Um detalhe interessante no levantamento é a menção pela respondente sobre a grande lista de espera na educação infantil do município, o que possibilita a interpretação de possíveis avanços com relação a pensar no atendimento desta demanda potencial.

De posse dos dados obtidos nos bancos de dados do INEP/MEC e IPARDES, é possível esboçar um panorama da educação infantil em Quatro Barras, entre 2001 e 2006. A etapa teve um crescimento total de 5% no período, contabilizando-se as redes pública e privada, passando de 22% de cobertura em 2001 para 27% de cobertura em 2006.

Neste período as creches públicas de Quatro Barras atendiam 7% da sua população infantil do 0 aos 3 anos, em 2001. Já em 2006, este número passou para 9% da população infantil. Uma ampliação de 2% no período. O crescimento das matrículas por parte do poder público, para este nível, pode estar atrelado à redução da população desta coorte etária. Foi observado que a população infantil do 0 aos 3 anos (1.549 crianças), em 2006, era menor que em 2001 (1.557 crianças); de qualquer modo o atendimento – apesar de insuficiente – é mais efetivo no final do período analisado.

As creches da rede privada atenderam 1% da população em 2006, não há contabilização do atendimento em 2001, pois não há registros de matrículas nesta rede no banco de dados do INEP/MEC, neste ano. Com estes dados é possível afirmar que no ano de 2006, em média, 90% das crianças da idade adequada a freqüentar a creche não tinham o direito assegurado.

GRÁFICO 31 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL – 2006

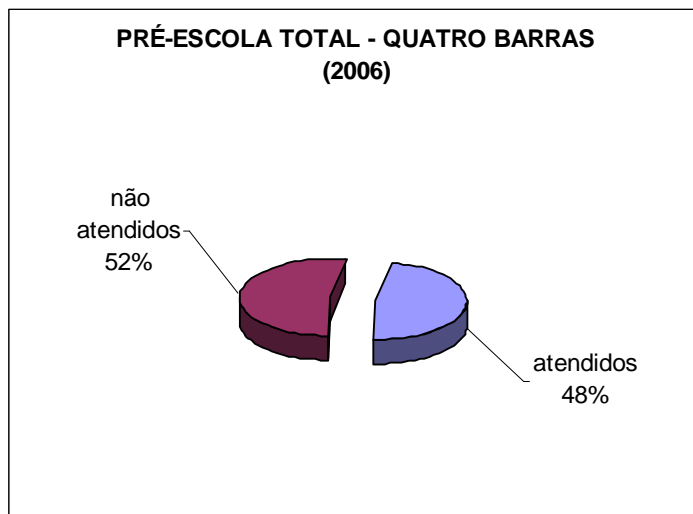


FONTE: INEP E IPARDES (2008).

O atendimento nas pré-escolas é mais significativo na rede pública de Quatro Barras ou os esforços estão mais concentrados na ampliação deste nível na

educação infantil. Foi registrada uma ampliação de 7% no período resultando na cobertura de 38% em 2006. Na rede privada a cobertura foi de 10% tanto em 2001 como em 2006; resultando assim numa cobertura total de 48% no ano de 2006. A seguir o gráfico que demonstra o percentual de atendimento das pré-escolas de Quatro Barras:

GRÁFICO 32 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS TOTAL – 2006



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

O gráfico demonstra que o município está caminhando para atender pelo menos a metade de sua demanda potencial e com esforços maiores para que estes indivíduos sejam atendidos na rede pública.

Considerando os dados referentes à rede pública e às taxas de crescimento de matrículas e populacional do período 2001/2006, é possível traçar a projeção da universalização da educação infantil em Quatro Barras. As taxas utilizadas para esta rede foram de 32% para as matrículas e 5,2% para a população.

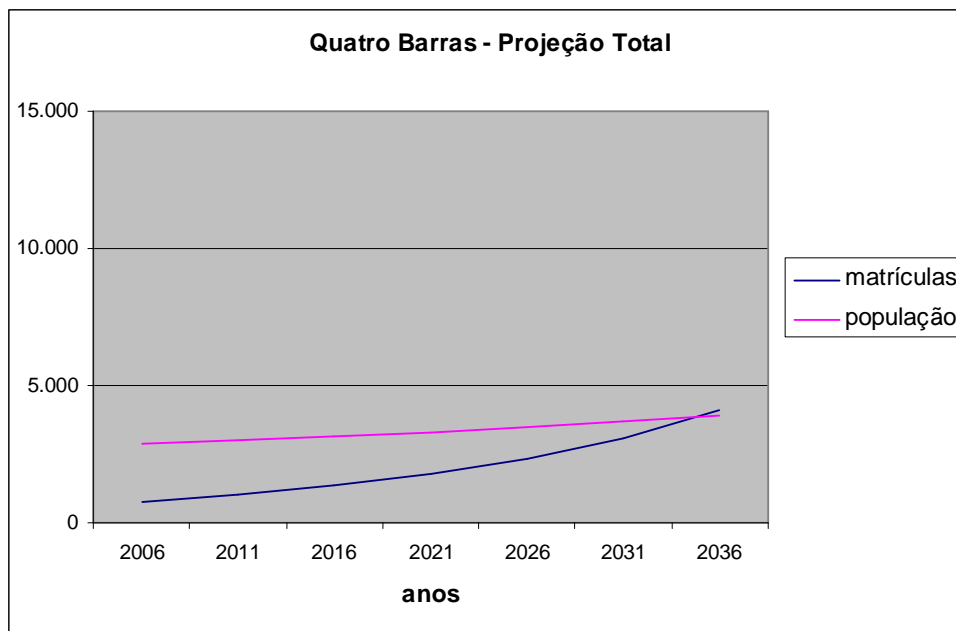
TABELA 14 – PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Quatro Barras	Tx Projeção							
Ano		2006	2011	2016	2021	2026	2031	2036
Matrícula	32%	771	1.018	1.344	1.774	2.342	3.092	4.082
População	5,2%	2.849	2.998	3.156	3.321	3.495	3.679	3.872

FONTE: NUPE(2007).

NOTA: Taxa de crescimento utilizada para a projeção de 32% para as matrículas e 5,2% para população, a cada 5 anos (índice verificado entre 2001 e 2006).

GRÁFICO 33 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM QUATRO BARRAS



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

De posse destes dados é possível verificar uma universalização da etapa em Quatro Barras em 2036, a oferta ultrapassará provavelmente a demanda potencial. Se tomadas as projeções como horizonte, desconsiderando outras variáveis de análise políticas, econômicas e sociais; Quatro Barras estará a frente de muitos municípios do PAM em atendimento efetivo da sua população e assegurará o direito a mais cidadãos. Mas se pensado no atendimento que extrapola os limites dos municípios, o município mantém a condição de pensar somente nas políticas locais.

Foi constatado no levantamento a seguinte afirmação que reforça a análise anterior: *“O município não atende solicitação de vagas de crianças oriundas de outros lugares, pois entende que é dever de cada município atender sua demanda.”* (ANEXO, QUESTIONÁRIO 11; grifos nossos)

Esta é uma das questões que representam a dificuldade de percepção do município como parte de um todo, de uma região específica. Perpetuando assim as políticas localizadas e isoladas, sem articulação com os municípios vizinhos e na totalidade do PAM.

3.2.12 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Localizado a sudeste da Região Metropolitana de Curitiba e do PAM, São José dos Pinhais tinha em 2007 uma população total aproximada de 271.876 habitantes (IBGE, 2008). As crianças do 0 aos 6 anos contabilizavam 35.539 habitantes ou 13% da população total. O município é um dos mais antigos da RMC tendo sua integração/criação efetivada no ano de 1852.

Tem IDH-M de 0,796 e é considerada uma cidade de médio desenvolvimento humano; das cidades do PAM ocupa a 4ª posição e no ranking por unidade da federação, fica em 23º lugar. Tem como característica importante o fato de ser o município que proporcionou, junto com Araucária, o segundo momento da industrialização no Paraná e na RMC. Em meados dos anos 1990 e 2000 recebeu indústrias automobilísticas que contribuem com a reversão dos impostos para este município, ampliando o IDHM-R do município, mantendo-o à frente de Araucária (IPPUC, 2000).

No campo da educação o município incorporou em 2001 a educação infantil como primeira etapa da educação básica, como forma de superar a dualidade cuidar *versus* educar. Inicialmente, em 2001, a demanda que foi encaminhada da promoção social era atendida nas escolas municipais, somente em meados de 2006 este atendimento passou a ser realizado em CMEI's.

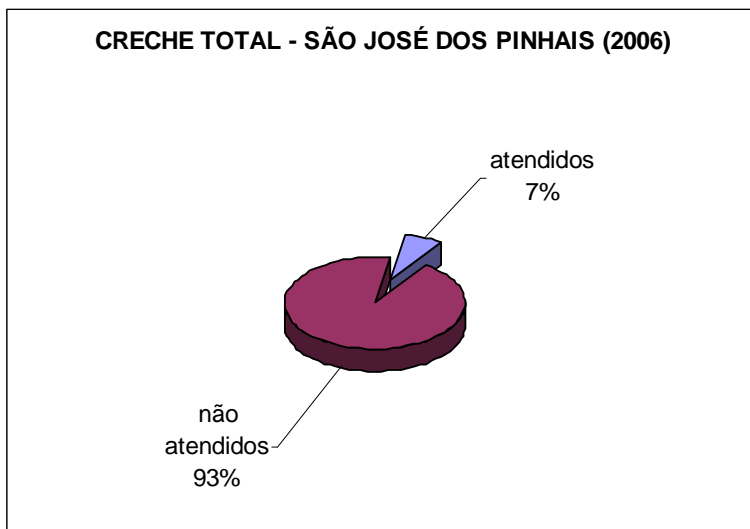
A análise dos dados do INEP/MEC e IPARDES, respectivamente, oferta na educação infantil e população da coorte etária, revelou que a etapa no município apresentou um crescimento total de 7% no período 2001/2006. A cobertura total na etapa era em 2001 de 18% e passou para 25% no ano de 2006. É possível observar um crescimento da oferta, na tentativa de garantir o direito à educação.

Neste período as creches públicas do município tiveram um decréscimo da cobertura pública, dos 10% atendidos em 2001, somente 5% da população infantil foi atendida em 2006, uma queda significativa de 5% no período. A rede privada ficou responsável por 1% de atendimento no ano de 2001 e 2% em 2006, mostrando que a rede pública concentrava um montante mais eficiente de atendimentos.

No município, neste período, uma redução no crescimento populacional da coorte etária do 0 aos 3 anos. De 19.628 crianças contabilizadas em 2001, foram registradas 19.192 em 2006 reforçando a hipótese já apresentada de que a redução

populacional interfere na ampliação das matrículas na rede pública dos municípios. Esta é uma tendência nacional, como apontado anteriormente, porém esta possibilidade não justifica a redução da oferta, pois 93% da população infantil de São José dos Pinhais, não possuíam o direito à educação independente de redução da natalidade.

GRÁFICO 34 – ATENDIMENTO EM CRECHES – 2006

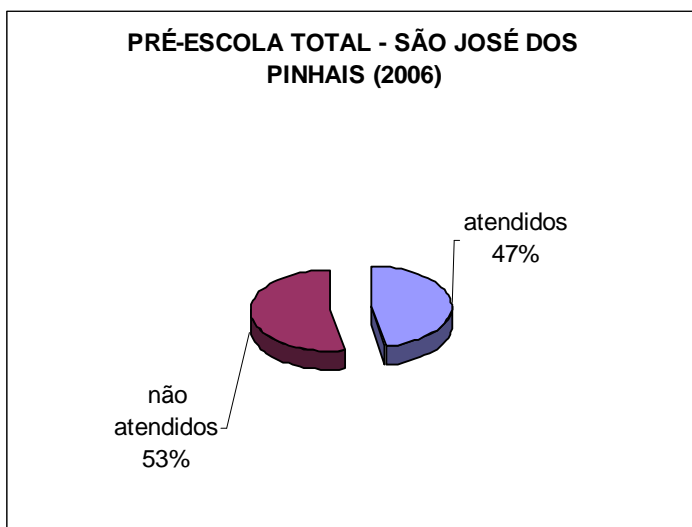


FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Em compensação, o atendimento em pré-escolas públicas do município, teve um crescimento de 20% no período, diferenciando-se da oferta da creche que entrou em decréscimo. No ano de 2001 o equivalente a 18% da população infantil dos 4 aos 6 anos era atendida, em 2006 este número subiu para 38%.

A rede privada ficou responsável por 19% da cobertura total no ano de 2006, com uma ampliação de 9% no período entre 2001 e 2006. Os esforços de atendimento concentram-se na rede pública, o que pode ser considerado como um avanço tendo em vista o anseio pela cobertura total da demanda potencial ser pública e gratuita. Apesar da significativa ampliação da cobertura em pré-escolas no município (47% atendidos), foi contemplada um pouco menos da metade da demanda potencial deste município, todavia pode ser considerada uma das maiores coberturas, na pré-escola, entre vários municípios do PAM.

GRÁFICO 35 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS – 2006



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Desta forma, foi possível projetar a universalização em São José dos Pinhais, tomando como variáveis as taxas de crescimento de matrículas e populacional. A tabela e o gráfico abaixo demonstram esta projeção:

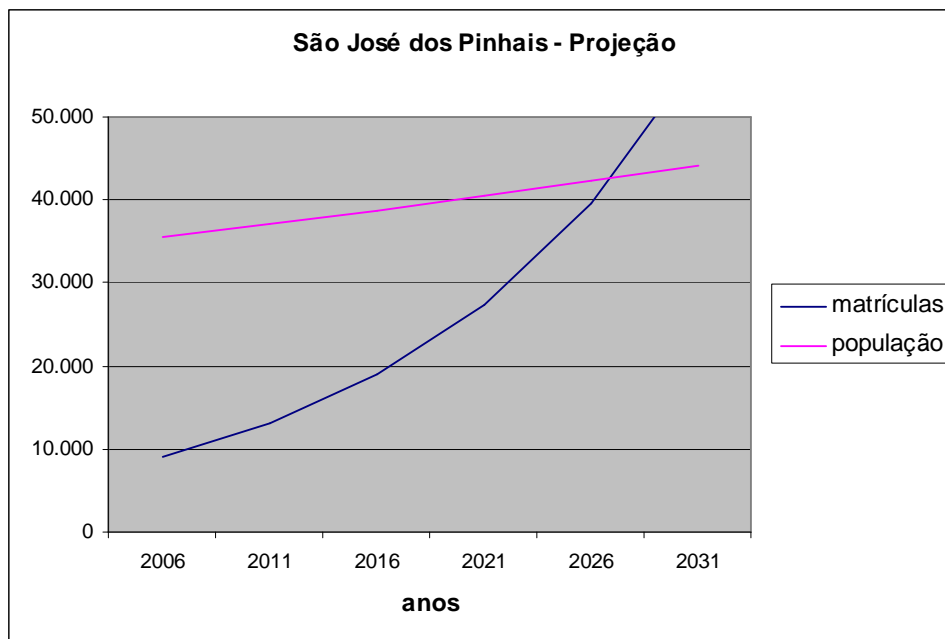
TABELA 15 – PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

São José dos Pinhais		Tx Projeção					
Ano		2006	2011	2016	2021	2026	2031
Matrícula	45%	9.030	13.067	18.910	27.365	39.600	57.306
População	4,4%	35.539	37.106	38.742	40.451	42.235	44.097

FONTE: NUPE(2007).

NOTA: Taxa de crescimento utilizada para a projeção de 45% para as matrículas e 4,4% para população, a cada 5 anos (índice verificado entre 2001 e 2006).

GRÁFICO 35 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Em 2031 toda a demanda possivelmente será atendida. Apesar da projeção apresentada é possível perceber um avanço referente ao atendimento na etapa na tentativa de consolidá-la como primeira etapa da educação básica, efetivamente, em São José dos Pinhais.

As positivities verificadas no levantamento são relacionadas à proposição de objetivos e metas para a etapa pelo poder público e merecem destaque pela relação intrínseca com a pesquisa:

- 2 – Garantir o direito constitucional da criança e sua família à educação infantil no sistema público de ensino.
- 4- Projetar, construir, ampliar, reformar e manter estrutura adequada para o atendimento da educação infantil com qualidade. (ANEXO, QUESTIONÁRIO 12; grifos nossos)

O item grifado é uma exceção aos outros municípios analisados, porque aponta a questão da garantia do direito à educação presente na Constituição, apesar do atendimento do período 2001/2006 ter sido insuficiente é uma meta e um provável reconhecimento pelo poder público, que pode ser considerado como um avanço tem termos da política em ação.

Com relação à permeabilidade de limites, não houve resposta por parte da responsável pelo DEI no questionário. Foram feitos outros contatos por meio eletrônico para o levantamento destes pontos do levantamento, todavia em vão, não se obteve retorno por parte do município.

3.3 PAM – O TODO COMPOSTO POR PARTES (DES)ARTICULADAS.

O Primeiro Anel Metropolitano é composto pela totalidade dos dados apresentados nas análises anteriores, onde cada município desta região foi observado de maneira isolada para que as relações com os índices de cobertura, do todo, pudessem ser compreendidos de modo mais abrangente e de acordo com as hipóteses levantadas. É possível verificar um lento caminhar na direção do avanço no que se referem às políticas, a oferta e/ou a garantia do direito à educação infantil no PAM.

Este movimento de avanço acompanha a realidade nacional uma vez que a etapa foi incorporada e reconhecida como primeira etapa da educação básica, há poucos anos. É sabido, as mudanças no campo da educação, requerem certa periodicidade para gerarem produtos e impactos no cotidiano e na formulação de políticas, pelo poder público. O processo de transferência da educação infantil, principalmente as creches, da assistência social para a educação foi realizado com mais intensidade após a promulgação da LDB 9394/96, porém foi somente a partir do ano de 2001 que os municípios enfatizaram as ações para a adequação da etapa aos preceitos legais que norteiam a etapa.

Passados oito anos destas mudanças, boa parte dos municípios ainda se adequa às exigências para a etapa. Estas mudanças exigem profundas modificações na forma como a etapa foi identificada por décadas, que não se caracterizava como instituição educativa, mas sim de um local onde as crianças recebiam cuidados e assistência. Esta identidade era menos ligada ao direito para todos não desvinculado do cuidar e educar e mais ligado a concepção de um plus ofertado pelo Estado às famílias mais carentes.

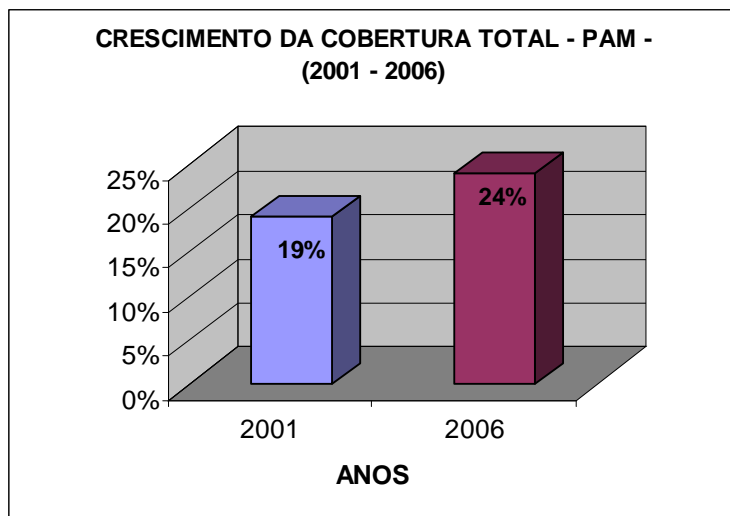
Em comparação a outras etapas da educação básica – como o ensino médio – é possível verificar que, apesar da insuficiência na garantia da educação, os

avanços para a efetiva concretização da educação infantil para todos são pensadas e aos poucos tem ganhado espaço na agenda dos municípios.

Esta afirmação é construída pensando na cobertura anterior, das décadas de 1970, 1980 e meados da década de 1990, onde a contabilização por parte dos bancos de dados era insuficiente e não consolidada, devido à falta de condições de efetivo registro das crianças e pelo caráter de não pertencimento da educação infantil como primeira etapa da educação básica.

Atualmente, pouco mais de 24% das crianças da coorte etária da educação infantil são atendidas, mas nas décadas anteriores este número era ainda menor. Verificando o conjunto de dados dos municípios do PAM, é possível perceber que a região teve um crescimento da cobertura total entre 2001/2006. O gráfico abaixo demonstra este crescimento da oferta:

GRÁFICO 36 - COBERTURA TOTAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PAM – 2001/2006

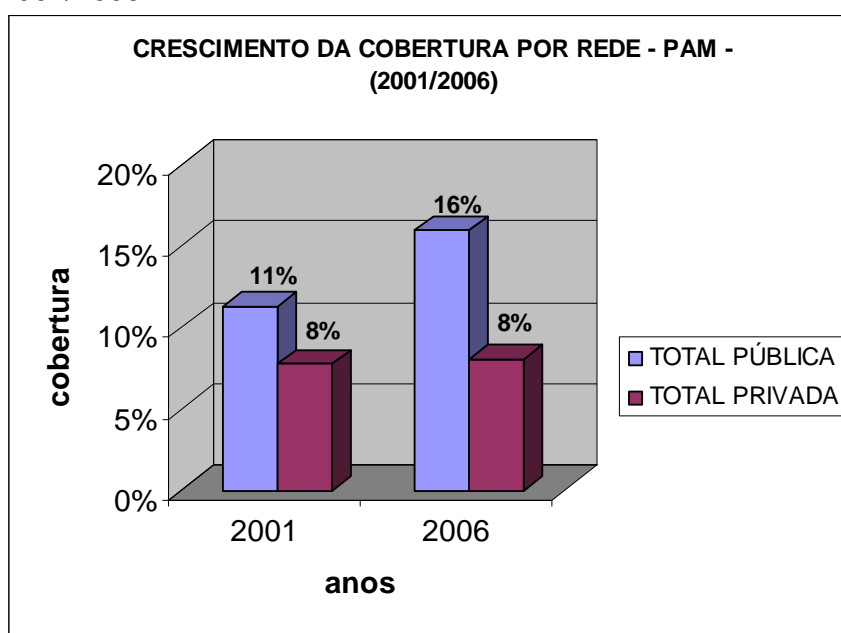


FONTE: INEP E IPARDES (2008).

No período analisado a cobertura do PAM passou de 19% em 2001, ou 70.350 crianças, para 24% de atendimento em 2006 ou 87.186 crianças atendidas, nas redes pública e privada desta região. Esta cobertura supera a média da cobertura estadual para a etapa, que é de 15% no período, “este aumento é considerável, já que esta etapa não é obrigatória e não recebe recursos específicos.” (DAMASO, 2008, p. 8)

Outro fator importante nesta análise é o aumento considerável da rede pública entre 2001 e 2006 no PAM e que colaborou nesta ampliação de 5% da cobertura total. Entre 2001 e 2006 a rede privada, na contabilização dos 12 municípios, não cresceu sua oferta mantendo em 8% a cobertura. Por outro lado a rede pública passou de 11% de atendimentos em 2001 para 16% em 2006. Este crescimento pode confirmar os esforços do poder público, na ampliação do atendimento na rede pública, ao direito à educação para a população desta região.

GRÁFICO 37 – COBERTURA DA EDUCAÇÃO INFANTIL POR REDE NO PAM – 2001/2006



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Certamente que este crescimento é alavancado em maior número devido os esforços mais concentrados de alguns municípios do PAM e melhores condições sociais e econômicas de parte dos municípios em detrimento de outros, que possuem baixas taxas de cobertura da sua população infantil.

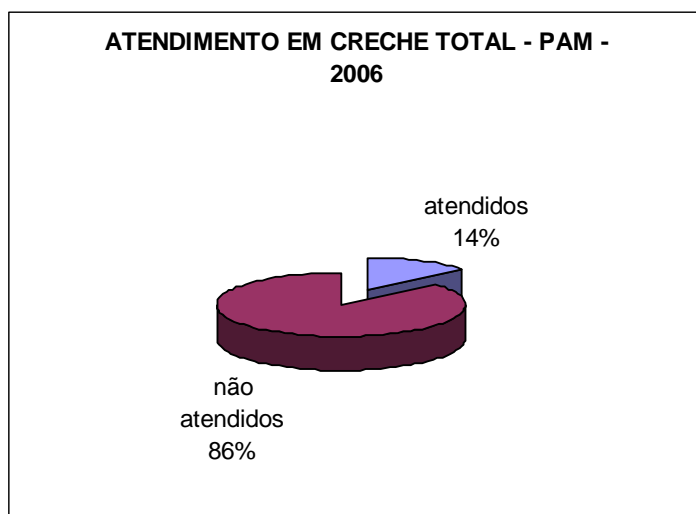
A relação é direta entre os baixos índices de desenvolvimento de alguns municípios do PAM e seus índices baixos de cobertura na educação infantil, especialmente nas creches. Nesta perspectiva, da não priorização da oferta em creches em comparação com o incremento da oferta em pré-escolas, é outro ponto a ser destacado nas análises do PAM.

Parte desta elevação da cobertura total, no PAM, deve-se ao fato da ampliação da oferta nas pré-escolas que eleva as taxas, uma vez que as creches têm índices menos expressivos de crescimento praticamente na totalidade da região. Esta ampliação está atrelada a discussão anterior e que não pode ser desvinculada, acerca das condições sociais e econômicas²¹ dos doze municípios.

Esta lógica de ampliação maciça das pré-escolas reforça a questão da exclusão das populações que se situam nos extremos da pirâmide etária, ou seja, políticas formuladas e postas em ação tendo em vista a população que planeja estas políticas ou o extrato intermediário da pirâmide, os adultos. É a lógica da sociedade adultocêntrica, a exclusão das pontas em prol da sociedade pensada, planejada e vivenciada pelos adultos (PINTO & SARMENTO, 1997; ROSEMBERG, 2001; SILVA & SOUZA, 2008).

Tendo em vista esta análise da cobertura do PAM e aliada a estas reflexões, sobre o incremento da prioridade de atendimento das crianças dos 4 aos 6 anos em detrimento do atendimento das crianças do 0 aos 3 anos, é possível observar como se dá o atendimento do direito à educação no PAM:

GRÁFICO 38 – ATENDIMENTO EM CRECHES TOTAL – 2006

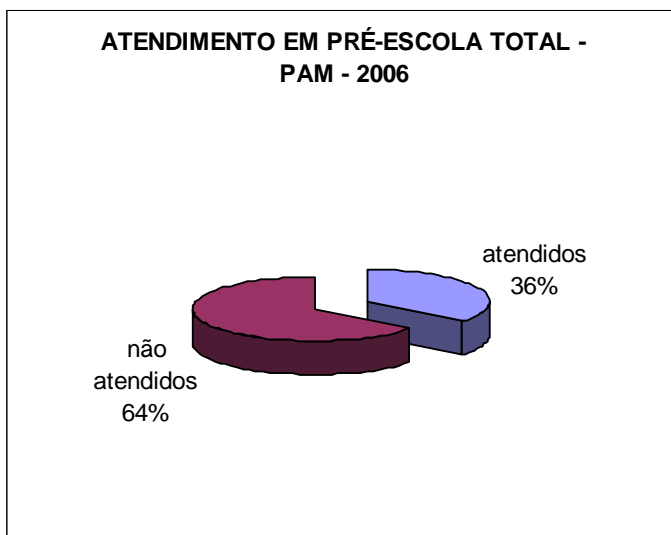


FONTE: INEP E IPARDES (2008).

²¹ Sobre a disparidade entre as condições sociais e econômicas, na perspectiva do financiamento da educação, sugere-se a leitura do artigo de GOUVEIA & SOUZA (2005) onde os autores refletem acerca dos índices de exclusão social e relacionam aos investimentos em educação realizados nos municípios de alto incremento populacional (PAM), entre 1996 e 2003.

No ano de 2006 somente 14% da população do PAM tinha direito a uma vaga em creches da região, sendo elas públicas ou privadas. É alarmante pensar nos outros 86% excluídos da possibilidade de ter garantido seu direito. Por outro lado a situação das pré-escolas revelou-se da seguinte maneira:

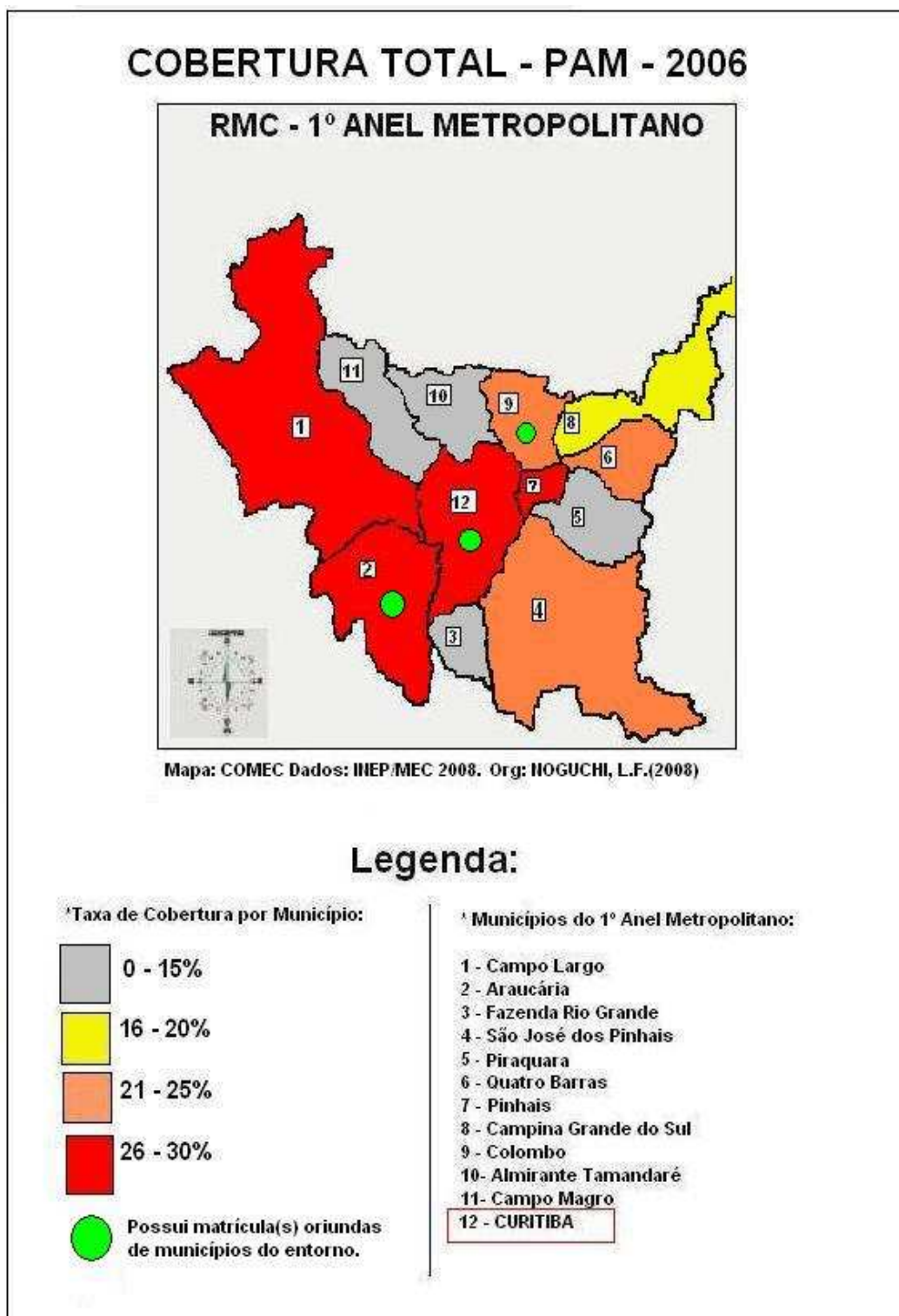
GRÁFICO 39 – ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLAS TOTAL – 2006



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Cerca de 36% das crianças dos 4 aos 6 anos, no PAM, possuíam direito à educação pública, entretanto mais da metade das crianças ou 64% da população infantil ainda não tinham acesso à educação infantil. Observando os índices de cobertura dos municípios isoladamente, foi produzido um mapeamento da cobertura total no PAM, gerando assim um mapa da região:

MAPA 3 - COBERTURA NO PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO – 2006.



FONTE: INEP E IPARDES (2008). ORG.: NOGUCHI, L.F.(2008)

Se a ampliação da cobertura nesta região ocorrer deste modo, desconsiderando outros fatores como a redução da natalidade, os investimentos na

etapa, os impactos gerados pelas políticas a serem implantadas; é possível pensar numa projeção da universalização da educação infantil no PAM, como apresentado na tabela a seguir:

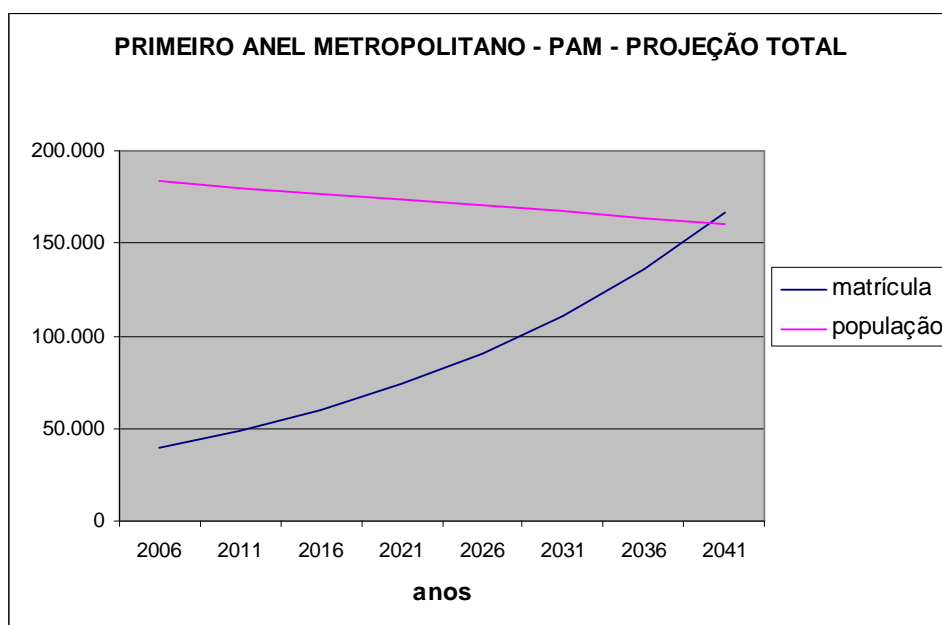
TABELA 16- PROJEÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

PAM	Tx Projeção								
Ano		2006	2011	2016	2021	2026	2031	2036	2041
Matrícula	23%	39.866	48.912	60.010	73.626	90.332	110.828	135.975	166.827
População	-1,85%	183.419	180.018	176.681	173.405	170.190	167.034	163.937	160.898

FONTE: NUPE(2007).

NOTA: Taxa de crescimento utilizada para a projeção de 23% para as matrículas e -1,85% para população, a cada 5 anos (índice verificado entre 2001 e 2006).

GRÁFICO 40 - PROJEÇÃO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PAM



FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Desconsiderando outras variáveis e tomando somente o cruzamento da taxa de crescimento das matrículas com as taxas de crescimento da população, a universalização da educação infantil no PAM possivelmente acontecerá em meados de 2036. A projeção de universalização também indica que o atendimento na educação infantil do PAM é insuficiente frente à demanda por esta etapa e insuficiente porque somente uma parcela da população tem o direito assegurado atualmente.

Para além das projeções e com base nos levantamentos recebidos, foi possível perceber uma preocupação dos municípios, em unanimidade, com a questão da qualidade nos serviços ofertados na educação infantil. Esta questão foi reforçada por muitos e pode ser considerado como um progresso se pensada na configuração anterior da etapa no cenário local e nacional. A proposição e elaboração de metas para a etapa também são um bom indicativo das prioridades da esfera municipal e que não podem estar desligadas da preocupação dos mesmos em adequar-se as exigências, objetivos e metas que norteiam a educação infantil propostas na LDB 9394/96 e no PNE.

Estes avanços não devem estar desvinculados dos esforços na questão do direito à educação, tendo a matrícula (oferta) na etapa como expressão do resultado da política neste *locus*. Mas é inegável que são necessárias mais pesquisas que se atenham a pensar como se desenvolve a qualidade deste serviço na educação infantil, uma vez que é preciso atender mais pessoas no seu direito à educação, entretanto ampliando o direito sem precarizar os serviços ofertados e aperfeiçoando-os constantemente. Atender o direito do cidadão – como é dever do Estado – com qualidade. Uma oferta ampliada à demanda potencial só é efetiva se atendida com qualidade.

Este é mais um dos impasses no que tange a oferta e o acesso à educação infantil, porque é preciso que a população exija qualidade no serviço e que o poder público faça ações conjuntas de ampliação da oferta de modo a atender a todos e com a qualidade esperada por estes sujeitos que vêem na escola uma possibilidade de extensão dos cuidados e da educação que seus filhos recebem no lar. Um dos maiores impasses nesta perspectiva da qualidade do serviço ofertado é dimensionar qual é a qualidade almejada pelos pais e o que se espera de um atendimento efetivo e qualitativo nas creches e pré-escolas. Esta é uma preocupação a ser estudada e compreendida por outros estudos acadêmicos, pois é de muito significado as análises da política educacional.

Neste momento de posse dos dados do conjunto dos municípios que formam o PAM, foi possível desenvolver um quadro-resumo da região com os índices referentes ao ano de 2006 da cobertura total dos municípios, a cobertura total em creches e pré-escolas na região, as taxas de crescimento das matrículas no período, a possível data para a universalização da etapa por município, o índice de

desenvolvimento humano municipal e por consequência a posição no ranking do PAM relativa a este desenvolvimento.

As cores diferenciadas apontam os municípios que se destacam na região, de um lado na garantia do direito à educação (azul e verde) para mais sujeitos e por outro lado nos que menos garantem este direito (vermelho). Os municípios com melhores índices de desenvolvimento humano e condições econômicas, como Campo Largo, Curitiba, Colombo e Pinhais; lideram a lista entre os primeiros lugares destes indicadores sociais e também nas coberturas mais abrangentes da educação infantil.

Cabe destacar que a metrópole se difere na questão da cobertura da educação infantil pela contabilização da população que possui. O município tem, isoladamente, mais da metade da população de todos os municípios do PAM juntos. De acordo com o panorama produzido a metrópole garante mais o acesso à educação infantil, seguida de Campo Largo, Pinhais e Colombo. Por outro lado Piraquara, Fazenda Rio Grande e Almirante Tamandaré são os municípios que menos garantem o direito à educação infantil. O restante dos municípios caminha para a ampliação da oferta, ficando em faixas intermediárias de atendimento educacional e social.

TABELA 17 – RESUMO DA REGIÃO - 2006

PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO (PAM) - 2006									
Municípios	Cobertura Total (%)	At. Público Creche (%)	At. Público Pré-escola (%)	At. TOTAL Creche (%)	At. TOTAL Pré-escola (%)	% de cresc.matr. total 2001/2006	Data para a Universalização da etapa	Ranking no PAM	IDH-M
Almirante Tamandaré	14	5	21	6	23	1%	> 2081	12º lugar	0,73
Araucária	26	10	39	11	44	5%	2051	03º lugar	0,8
Campina Grande do Sul	18	14	20	15	22	-2%	> 2081	09º lugar	0,76
Campo Largo	36	6	56	10	66	8%	2031	05º lugar	0,77
Campo Magro	14	5	20	5	20	2%	2051	11º lugar	0,74
Colombo	24	9	36	11	40	3%	2056	07º lugar	0,76
Curitiba	27	11	16	19	36	7%	2031	01º lugar	0,86
Fazenda Rio Grande	13	4	18	4	23	3%	> 2081	08º lugar	0,76

(continua)

TABELA 17 – RESUMO DA REGIÃO - 2006

PRIMEIRO ANEL METROPOLITANO (PAM) - 2006									
Municípios	Cobertura Total (%)	At. Público Creche (%)	At. Público Pré-escola (%)	At. TOTAL Creche (%)	At. TOTAL Pré-escola (%)	% de cresc.matr. total 2001/2006	Data para a Universalização da etapa	Ranking no PAM	IDH-M
Pinhais	29	10	35	14	45	11%	2021	02º lugar	0,815
Piraquara	12	6	13	7	18	1%	2056	10º lugar	0,744
Quatro Barras	27	9	38	10	48	5%	2041	06º lugar	0,774
São José dos Pinhais	25	5	38	7	47	7%	2031	04º lugar	0,796

FONTE: INEP E IPARDES (2008).

Com base nas análises coletadas e traçadas nesta pesquisa verifica-se que o atendimento do direito à educação infantil não era efetivo no Primeiro Anel Metropolitano, entre 2001 e 2006. Devido, em grande parte, à oferta insuficiente da etapa, especialmente para a população de 0 a 3 anos, à falta de reconhecimento pelos municípios como pertencentes a uma região que deveria articular suas políticas em prol do atendimento ao bem-comum da população que ali reside.

A dissolução dos limites presentes nesta região, devido este intenso movimento de demandas sociais e pelas diversidades de condições econômicas e sociais dos municípios que compõem o Primeiro Anel Metropolitano dificultam a efetivação dos direitos sociais, especialmente do direito à educação.

É possível perceber que há um movimento de ampliação da garantia do direito, mas estas ações ainda são tomadas no âmbito local. Parte desta descaracterização da região como um todo que pode ser articulada, se deve à descentralização das políticas públicas, uma divisão entre os entes federados e com a qual os municípios ainda se adaptam. Devido às diversidades de configurações é possível verificar na mesma região municípios autônomos com relação à distribuição e arrecadação dos recursos e outros dependentes exclusivamente dos recursos da União.

Gouveia & Souza (2005) apontam que o movimento gerado em decorrência da metropolização, o aumento das populações periféricas em torno de grandes

pólos desenvolvimentistas e da descentralização das políticas públicas nestes espaços,

(...) implicam desafios para a democratização de direitos sociais básicos, posto que há áreas de intersecção para as quais o formato da administração pública ainda não desenvolveu mecanismos de enfrentamento do problema (GOUVEIA & SOUZA, 2005, p. 5).

Um dos caminhos na tentativa de superar as diversidades desta região seria a articulação das políticas públicas. Tornar o processo de decisão conjunto e unitário, não desconsiderando as características sociais e históricas dos municípios, mas tentando elaborar propostas de ação que visem à melhoria das condições de vida dos sujeitos que são parte e que constituem estes espaços.

Tais apontamentos levam à (re)tomada de algumas hipóteses levantadas, e que caminham na tentativa de compreender esta falta de integração entre as políticas locais (o PAM) e a falta de reconhecimento dos municípios como um todo. A primeira hipótese já mencionada pode estar relacionada à descentralização administrativa, onde os recursos da União são aplicados diretamente nos municípios fazendo com que o estado e a União não tenham muito controle sobre a região em si. Cada município formula, planeja e executa suas políticas de modo isolado e desarticulado do seu entorno. Mas este aspecto teria que ser analisado com mais profundidade na perspectiva do financiamento na educação infantil, tema não contemplado nesta pesquisa.

A escassa apreensão da totalidade, de conjunto articulado pelos municípios, acaba por descaracterizar a condição que lhes conforma de ser uma região metropolitana, especialmente, devido à ausência de articulação entre as políticas locais e nos municípios vizinhos. Esta descaracterização de região metropolitana é uma característica nacional, devido à grande parte das regiões metropolitanas terem sido constituídas através do inchaço das metrópoles e dos movimentos de migração das décadas de 1950 e 1970 para estes pólos (SOUZA, M., 2006; MOURA & ULTRAMARI, 1994; FIRKOWSKI, 2002).

Aliada a esta hipótese da descentralização e a não-integração das políticas na região, há de se pensar em uma segunda hipótese que é a dificuldade de alguns municípios em atender a população infantil, devido à proporção que elas representam no conjunto total da população. A tabela a seguir aponta a

porcentagem desta população em relação à população total projetada dos municípios:

TABELA 18 – POPULAÇÃO POR MUNICÍPIOS E PERCENTUAL DE 0 A 6 ANOS (2006)

População Projetada - 2006			
Município	Pop. Total	Pop. Infantil	Total
Alm. Tamandaré	117.809	17.546	15%
Araucária	121.541	16.232	13%
Camp.Gde do Sul	49.592	7.145	14%
Campo Largo	105.998	12.725	12%
Campo Magro	28.599	5.502	19%
Colombo	238.587	33.380	14%
Faz. Rio Grande	112.877	17.316	15%
Pinhais	123.128	15.436	13%
Piraquara	126.133	19.749	16%
Quatro barras	21.598	2.849	13%
São José dos Pinhais	271.876	35.539	13%
Curitiba	1.758.289	179.716	10%

FONTE: IPARDES (2008).

Se a integração ocorresse de fato, poderia facilitar a diminuição das desigualdades na oferta entre os municípios, poderia dar condições de realização da integração e da permeabilidade de limites entre as políticas educacionais quem sabe das outras políticas públicas de atendimento aos direitos dos cidadãos.

Novamente reside aqui a questão da diversidade econômica e social destes municípios, uma vez que os municípios que possuem as maiores taxas de população infantil de 0 a 6 anos são os que apresentam maiores taxas de exclusão social e índices baixos de desenvolvimento municipal (GOUVEIA & SOUZA, 2005), como Campo Magro (19%) e Piraquara (16%).

Aliada à quantidade significativa de população infantil de determinados municípios, Becker (2008) discute em seu artigo sobre o acesso e o financiamento da educação infantil no Brasil que “a falta de recursos é um dos principais obstáculos”, pois “sem orçamento não se executam projetos” (BECKER, 2008, p. 153). Este é um indicativo das possibilidades de efetivação das políticas educacionais nestes municípios mais carentes.

A terceira hipótese tem relação com o desconhecimento por parte do poder público local da demanda advinda dos municípios do entorno. Desconhecimento por opção – uma vez que atualmente não é possível o atendimento nem a toda a demanda explícita muito menos a potencial – ou devido à intenção e prioridade de investimento na etapa obrigatória em detrimento das outras etapas da educação básica.

Esta priorização aparenta no caso ser um aspecto de *não-decisão* (MULLER & SUREL, 2002) das esferas municipais. Uma não-decisão intencional, uma vez que não é possível afirmar e demonstrar com certeza o esforço do poder público na opção por não decidir os rumos da educação infantil e de priorização da etapa obrigatória. Estas, todavia, são suposições a serem investigadas por outras pesquisas.

Deste modo, se pensado na superação de todos estes obstáculos apontados nas hipóteses e a partir do momento que as políticas gerarem impactos mais efetivos na realidade da educação infantil no PAM, a questão da permeabilidade de limites poderá ser tomada como ponto de ação na agenda dos municípios. Esta premissa é pensada tendo em vista as indicações apontadas pelos municípios, evidenciando uma busca pela adequação da qualidade dos serviços ofertados e a possível ampliação do atendimento à demanda latente que possuem.

Apesar das críticas apontadas nesta pesquisa, principalmente quanto à ausência de efetividade na garantia do direito à educação infantil, é preciso ponderar que existem esforços – mesmo que insuficientes e a passos lentos – do poder público na tentativa de amenizar a pressão populacional por este direito e realmente efetivar a sua garantia a todos.

Este processo se inicia com o atendimento da demanda explícita e, quem sabe, em um tempo menor que as projeções apresentadas, a demanda potencial. A partir do momento em que os esforços forem concentrados no atendimento da demanda potencial e o poder público local possa agir articulando as necessidades da população do município com políticas integradas de atendimento à demanda educacional e de outros serviços, quem sabe a permeabilidade de limites poderá ser pensada como uma questão crucial na formulação, proposição e ação das políticas educacionais e de outras demandas sociais, como a saúde, habitação, segurança pública, dentre outras.

E ao pensar em planejamento e integração desta região, parte-se da premissa que,

(...) planejar e gerir uma cidade não significam, apenas, planejar e gerir coisas, mas sim, acima de tudo, planejar e gerir relações sociais. Seja para amenizar o embrutecimento representado e condicionado pelas cidades atuais, seja para conquistar cidades substancialmente diferentes e mais justas (SOUZA, M. 2006, p. 50).

Para além das cidades mais justas entra a efetivação do direito à educação, a começar pela proposição e efetivação das políticas para a educação infantil. Não propositalmente, as políticas para esta etapa, nesta região, são pensadas e postas em ação localmente na tentativa de atender somente a população residente e as ações são tomadas de maneira isolada e pouco integrada no conjunto dos outros municípios.

CONCLUSÃO

“Declarar e assegurar é mais do que uma proclamação solene. Declarar é retirar do esquecimento e proclamar aos que não sabem ou se esqueceram que somos portadores de um direito importante” (CURY, 2007, p. 485).

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o impacto da política de oferta da educação infantil, no Primeiro Anel Metropolitano, área pertencente à região metropolitana de Curitiba. Verificar se o direito à educação infantil foi efetivamente assegurado pelo poder público nesta região, a partir da dimensão mais imediata da política (atendimento).

É possível afirmar, através das análises traçadas e do olhar sobre os dados empíricos, que este objetivo é parcialmente assegurado no PAM. Há duas frentes a serem discutidas como considerações finais desta pesquisa, tendo em vista este objetivo que foi proposto. A primeira frente é destinada à observação do impacto gerado pela oferta, tomando a análise da totalidade do PAM o que se percebe é um avanço do poder público na ampliação desta etapa.

Foi registrada no período uma ampliação de 5% na educação infantil (contabilizando-se as redes pública e privada) no período entre 2001 e 2006, podendo ser interpretado como um esforço maior para a garantia do direito à educação infantil. Entretanto, um percentual de 76% da população do 0 aos 6 anos ainda não tinha, em 2006, este direito assegurado. O percentual equivale a 275.949 crianças sem escola no PAM. Estas crianças e suas famílias tiveram constituído para si um dano (FIGUEIREDO, 1986) pela ausência de amparo do Estado em prover um direito que lhes é garantido, conforme discutido ao longo da pesquisa. É um dano constituído à vida destes cidadãos, uma vez que “a educação é definida no Brasil como condição fundante da cidadania, portanto a ausência do atendimento tem sentido excludente” (SOUZA *et al.*, 2008, p. 2).

As condições apontadas pelos municípios e o tratamento dos dados revelaram que há um avanço significativo da cobertura, mas se pensado no foco central desta pesquisa – um atendimento a todos os cidadãos nas suas necessidades – é possível afirmar que ainda existe um longo caminho a ser percorrido em busca da efetividade das políticas para a educação infantil, nesta área.

A ampliação da etapa ocorre em âmbito estadual, como observado em outras pesquisas do NuPE. O Estado do Paraná atendeu 34,9% das crianças da sua população infantil em 2006. Só o PAM atendeu 24% da sua população, esta cobertura assemelha-se a do Estado, porém ambas não dão conta de atender efetivamente o direito a nem metade da população da coorte etária para a educação infantil. São visíveis os esforços empenhados pelos municípios na tentativa de superar e ampliar seu atendimento, todavia parece que há mais a intenção de promover políticas que atendam os critérios de eficiência e eficácia, ações que “são movidas por concepções um tanto distantes da idéia de justiça social, vale dizer, desarticuladas das necessidades sociais” (SOUZA *et al.*, 2008, p. 1).

Ficou nítida, através dos levantamentos, a preocupação dos municípios em se adequarem aos preceitos exigidos pela LDB 9394/96, todavia mais relacionados às questões de qualidade (insumos, formação de professores, estrutura física) que propriamente em atender o direito do cidadão. Alguns mencionaram a questão da qualidade atrelada à ampliação de CMEI's, mas nenhum mencionou estas iniciativas com vistas em garantir o atendimento pleno de toda a população infantil.

Algumas das possíveis causas para esta separação entre qualidade e ampliação do atendimento podem estar ligadas às: (1) condições sociais e econômicas desiguais dos municípios que compõem o PAM que inviabilizam a tomada de decisões mais focadas na etapa, prioritárias para a educação infantil e devido ao caráter não obrigatório da educação infantil é possível que os esforços estejam direcionados a outras etapas e modalidades de ensino; (2) A “corrida” destes municípios em se adequar aos objetivos e metas propostas no PNE e aos preceitos legais que orientam a etapa contidos na LDB 9394/96.

Há uma preocupação dos municípios no que diz respeito à demanda latente, todos reconhecem que ela existe e que há uma dificuldade generalizada – na região – em atender toda esta demanda e por consequência, atender a pressão social em prol de creches e pré-escolas. Aqui se percebe que apesar de quase uma década da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e em cinco anos de passagem da educação infantil da assistência social para as secretarias de educação, o que pode ser observado é uma priorização do atendimento nas pré-escolas. Na totalidade dos municípios em 2006, o percentual de atendidos em creches públicas e privadas ficou em torno de 4 a 19%, resultando numa cobertura total do PAM de 14% na região.

Este número é contrastante tendo em vista que a pré-escola atendeu em torno de 18% (o menor atendimento) a 66% das crianças dos 4 aos 6 anos, e a cobertura total do PAM na pré-escola, ficou em 36% no ano de 2006. O contraste do esforço maior em atender as crianças da pré-escola pode estar atrelado à idéia das políticas voltadas às camadas intermediárias da sociedade, onde os extremos são excluídos ou menos priorizados nas políticas públicas (SILVA & SOUZA, 2008), como é o aparente caso das creches no PAM. Esta dicotomia só tende a reforçar o caráter assistencialista das creches, tornando-se um elemento que dificulta o reconhecimento integral da educação infantil como primeira etapa da educação básica.

A segunda frente tem relação direta com as questões levantadas acerca da integração das políticas para a educação infantil entre os municípios do PAM. Todo este movimento gerado em prol do atendimento da população no seu direito é composto de desarticulações, e que são difíceis de apreender, pois não há como saber ao certo se elas se iniciam nos municípios, na região ou até mesmo no estado. O que é possível de ser observado é uma tentativa de manter as políticas localizadas, muitos municípios indicaram que suas políticas não são discutidas e/ou implementadas dentro de um conjunto de articulações e integrações vertentes da discussão coletiva entre todos os municípios desta área. O que acontecem e quando acontecem, são encontros esporádicos com determinados municípios – geralmente os limítrofes – de caráter mais pedagógico (ANEXO 5; ANEXO 9).

Esta desarticulação parece inviabilizar a tentativa de ampliar o atendimento tendo em vista a população do PAM que necessita deste serviço e não somente a população local. Os municípios demonstraram que atuam com políticas localizadas, sem a consciência de que pertencem a um todo que pode ser integrado, uma região constituída por lei para existir e promover ações integradas.

O movimento de permeabilidade de limites ocorre nesta região não só na busca pelo atendimento na educação infantil, mas também por outros serviços essenciais à vida dos cidadãos. Um elemento importante a ser destacado é, além da ação isolada dos municípios, a pretensa gestão dessa área por dois órgãos – um da esfera estadual (COMEC) e outro da esfera municipal (SMAM) – que deveriam *a priori* atuar de modo colaborativo, porém o que se percebe é a não-integração geral desta região, a começar pelos órgãos que são incumbidos de gerenciá-la. Para Castro (2006), esta é uma realidade complexa, pois,

(...) é na metrópole, mais exatamente no caso das regiões metropolitanas, que a possibilidade de gestão se apresenta mais complexa, uma vez que envolve o princípio corporativo dos diferentes níveis de governo na solução de problemas que extrapolam os limites formais político-administrativos (CASTRO, 2006, p. 127).

Para a maior integração das políticas públicas, efetivas, nesta área seria necessária uma atuação em conjunto dos municípios e dos administradores que são parte fundamental deste espaço, na medida em que podem interagir articuladamente em prol do bem-comum da população que compõem esta área. O olhar acerca do direito à educação infantil proporcionou, também, um olhar acerca das políticas públicas como um todo na região que também carecem de um atendimento mais efetivo e integrado, entre elas: saúde, habitação, trabalho, transportes e segurança.

Algumas possuem certo grau de integração, especialmente com a metrópole, mas ainda assim são insuficientes para atender toda a necessidade da população do PAM. Uma possível solução para promover a articulação efetiva das políticas é a possibilidade de articulação entre os municípios, o estado e a sociedade civil na tentativa de produzir uma consciência²² sobre a região, que atente para ações mais justas e efetivas no atendimento às necessidades dos cidadãos. Segundo Castro (2006) tendo como perspectiva a gestão da região metropolitana de Londrina,

(...) tal consciência e principalmente a ação regional ainda não conseguiram materializar-se institucionalmente, mesmo com o advento da região metropolitana, dispositivo constitucionalmente adotado e aplicado por lei, mas que na prática não saiu do papel (CASTRO, 2006, p. 2).

A pesquisa revelou um desconhecimento, por parte da maioria dos responsáveis pelos Departamentos de Educação Infantil, acerca da demanda oriunda do entorno. Os municípios de Curitiba, Colombo e Araucária foram os únicos a mencionar que este fato ocorre, mesmo que por outras vias como o Conselho Tutelar no caso de Colombo. É um universo pequeno como exposto no Capítulo III, porém existente. Deste modo foi mantida como hipótese que há uma demanda desta natureza na região, todavia ela é desconhecida pelo poder público e que uma forma de captá-la seria a análise das listas de espera dos municípios. Este foi um dos limites desta pesquisa, pois esta tarefa despenderia muito tempo e alteraria o foco mais para a questão da demanda e isto seria inviável para uma dissertação devido às questões de temporalidade da pesquisa com este caráter.

²² Castro (2006) designou este movimento como *consciência regional*.

Vários caminhos podem ser tomados a partir desta pesquisa para flagrar outras dimensões da política para a educação infantil, especialmente nesta área repleta de demandas sociais. Entre elas destaca-se aqui a dimensão das condições de qualidade esperadas/almejadas para esta etapa e que muito contribuirão para a elevação dos estudos de política no campo. Outra possibilidade é o estudo da atuação do Ministério Público na garantia do direito à educação, em especial no que se referem às creches do PAM. E, por fim, uma análise mais detalhada dos casos particulares dos municípios revelaria aspectos importantes acerca da qualidade, do acesso, financiamento e outras dimensões da política nesta etapa e de modo mais focado, a partir da realidade dos municípios.

Por fim, a análise destes municípios comprova a não-articulação dos poderes públicos locais em atender além da sua demanda, aquela proveniente dos municípios do entorno, uma forma de garantir o direito à educação a mais sujeitos. A ausência de continuidade entre as administrações e a responsabilidade delegada a órgãos que não têm em seus documentos e ações a preocupação/opção por políticas educacionais integradas (cada município faz as suas políticas de forma independente), gera a descontinuidade de propostas de uma gestão para a outra, causando a impossibilidade de uma *cultura de planejamento* (SOUZA, M; 2006), tanto no campo das políticas educacionais como nos outros campos das políticas públicas e da gestão da região metropolitana. É preciso promover nesta região políticas de atendimento que superem os limites municipais e se articulem em prol do atendimento do bem-comum a todos.

Para esta pesquisadora, assim como para Cury (2007) e Bobbio (2004), é preciso retirar da simples proclamação e do esquecimento os direitos essenciais dos cidadãos. Não basta só proclamá-los e assegurá-los, mas fazer o possível para que todos saibam que podem ter assegurados seus direitos, especialmente aqueles que não sabem e/ou esqueceram-se do seu direito essencial, quem sabe um dos mais importantes em sua vida, o direito à educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Rui Rodrigues. **Alternativas Para a Gestão e Financiamento da Educação Infantil no Brasil: Argumentos para a Qualificação da Discussão.** p. 155-175 IN: Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. Educação Infantil Construindo o Presente, Campo Grande: Editora UFMS, 2002.

ALVES, Júlia Falivene. **Metrópoles – Cidadania e Qualidade de Vida.** São Paulo: Editora Moderna, 4ª edição, 1993.

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. **Município, federação e educação: história das instituições e das idéias políticas no Brasil.** 333f. Tese - USP, 2005.

BARBOSA, Aparecida Reis. **A Relação Estado/Município na Passagem da 4ª para a 5ª Série em Curitiba.** 167f. Dissertação – Setor de Educação, UFPR, Curitiba, 2008.

BARZOTTO, Luis Fernando. **Justiça Social – Gênese, Estrutura e Aplicação de um Conceito.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_48/artigos/ART_LUIS.htm. Acesso em 20/11/2008.

BARRETO, Ângela Maria Rabelo Ferreira. **A educação infantil no contexto das políticas públicas.** IN: Revista Brasileira de Educação: ANPED, nº 24, p. 53-65, 2003.

BECKER, Fernanda da Rosa. **Educação Infantil no Brasil: A Perspectiva do Acesso e do Financiamento.** IN: Revista Iberoamericana de Educación, nº 47, p. 141-155, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/principal.htm. Acesso em: 21/04/2008.

_____. **Lei nº 8069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 2001.

_____. **Lei nº 9394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 21/04/2008.

BRAVO, Ismael. **Gestão Educacional em Áreas de Transição: uma Contribuição à Metropolição**. Tese de Doutorado: UNICAMP, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Era de Direitos**. 1ª edição, São Paulo: Editora Campus, 2004.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Escola Infantil - Pra que te Quero?** IN: CRAIDY, Maria & KAERCHER, Gladis Pereira da Silva. Educação Infantil: Pra que te Quero? 1ª edição, Porto Alegre: Artemed Editora, 2001.

CABRAL, Thiemy. **Faltam 45 mil vagas em creches de Curitiba**. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 22 abr. 2008.

CAMPOS, Maria Malta. **Atendimento à Infância na década de 80: As políticas Federais de Financiamento**. Cadernos de Pesquisa, nº 82, p. 05-20, 1992.

CAMPOS, Maria Malta; FERREIRA, Isabel M. & ROSEMBERG, Fúlvia. **Creches e Pré – Escolas no Brasil**. 2ª edição, São Paulo: Editora Cortez, 1993.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

_____. **Problemas de Investigação em Sociologia Urbana**. 3ª edição, Lisboa: Editorial Presença, s/d.

CASTRO, Henrique Rezende. **A Região Metropolitana na Federação Brasileira: Estudo do Caso Londrina, Paraná**. 146f. Dissertação - UFRJ, 2006.

COMEC. **Plano de Desenvolvimento Integrado**. Paraná: COMEC, 1978.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado**. Paraná: COMEC, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania, Democracia e Educação**. IN: Escola: Espaço de Construção da Cidadania. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), nº 24, p. 13-26, 1994.

CRAIDY, Maria & KAERCHER, Gladis Pereira da Silva. **Educação Infantil: Pra que te Quero?** 1ª edição, Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Educação Básica no Brasil**. Campinas: Educação e Sociedade. vol. 23, nº 80, setembro de 2002.

_____. **A Gestão Democrática na Escola e o Direito à Educação.** IN: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Vol. 23, nº 3, set/dez. 2007.

DAMASO, Alexandra & SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Análise das Políticas Educacionais na Oferta de Educação Infantil na Região Metropolitana de Curitiba e Litoral do Paraná.** Jornal de Políticas Educacionais, nº 2, Curitiba: NuPE, 2007.

DAMASO, Alexandra Frassão Ferrari. **A efetividade da política educacional na Região Metropolitana de Curitiba e Litoral do Paraná.** Relatório de Iniciação Científica PIBIQ-CNPQ, UFPR: Curitiba, 2008.

DRAIBE, Sônia Miriam. **As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas.** IN: IPEA. Para a Década de 90: Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas. Brasília: IPEA, vol. 4, 1989.

_____. **Repensando a Política Social: nos anos 80 ao início dos 90.** IN: PAULANI&SOLA (orgs). Lições da década de 80. São Paulo: Editora da USP, 1995.

FANINI, Valter. **A Instituição da Gestão Metropolitana de Curitiba.** IN: Metrópolis em Revista. Curitiba: COMEC, nº 3, vol.1, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina C. **Princípios de Justiça e Avaliação de Políticas.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, nº 39, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina C. & FIGUEIREDO, Marcus F. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica.** Análise & Conjuntura: Belo Horizonte, p. 107-127, set/1986.

FIRKOWSKI, Olga. **Os Desafios do Urbanismo Face da Metropolização – Alguns Elementos para (re)pensar Curitiba.** Revista do Departamento de Geografia. UERJ: Rio de Janeiro, nº 11, p. 25-32, 2002.

FIRKOWSKI, Olga. **A Nova Lógica de Localização Industrial no Aglomerado Metropolitano de Curitiba.** IN: Revista Paranaense de Desenvolvimento, IPARDES: Curitiba, nº 103, p. 79-100, jul-dez/2002.

Fundação Carlos Chagas. **Consulta sobre qualidade da Educação Infantil: O que Pensam e Querem os Sujeitos deste Direito.** São Paulo: Cortez, 2006.

GOUVEIA, A. & SOUZA, A. **O financiamento da educação em municípios da região metropolitana de Curitiba/PR/Brasil: os desafios frente à expansão da oferta numa região em crescimento**. Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. 2005. Vol. 9, Barcelona.

IPARDES. **Redes Urbanas Regionais: Sul**. IN: Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil. Brasília: IPEA, nº 6, 2000.

KAPPEL, Dolores Bombardelli; AQUINO, Lúgia Maria Leão de & VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. **Infância e Políticas de Educação Infantil: início do Século XXI**. IN: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. Educação da Infância: História e Política. Editora DP&A: Rio de Janeiro, 2005.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Tradução de Francisco Cock Fontanella. 3ª edição, Piracicaba: Editora Unimep, 2002.

KATZINSKY, Luciana. **A análise da relação Colombo e Curitiba à luz da Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana**. 109f. Dissertação - UFPR, 2004.

KLEINKE, Maria de Lourdes U.; WERNECK, Débora.; MOURA, Rosa.; DESCHAMP, Marley. **Movimento Migratório na Região Metropolitana de Curitiba**. IN: Metrópolis em Revista. Curitiba: COMEC, nº 2, vol. 1, 2000.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

KUHLMANN Jr., Moysés. **Infância e Educação Infantil: Uma Abordagem Histórica**. 4ª edição, Porto Alegre: Editora Mediação, 2007.

LIMA, Maria de Fátima Evangelista Mendonça. **A demanda e a escolha das mães por Educação Infantil: um novo tema para o estudo da Educação Infantil**. Tese - PUC-SP, 2004.

MAINARDES, Jeferson. **Abordagem do ciclo de Políticas: Uma Contribuição para a Análise de Políticas Educacionais**. Educação e Sociedade: Campinas, vol. 27, p. 47-69, jan/abr. 2006.

_____. **Reinterpretando os Ciclos de Aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINEZ, Claudia Maria Simões & PALHARES, Marina Silveira. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de & PALHARES, Marina Silveira (orgs). **Educação Infantil Pós-LDB: Rumos e Desafios**. 5ª edição, Campinas: Autores Associados, 2005.

MARTINEZ, Vinicio. **As Calendas do Estado de Direito**. IN: Jus Navigandi. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br>, 2002. Acesso em: dezembro/2008.

MOURA, Rosa & ULTRAMARI, Clovis. **Metrópole – Grande Curitiba: Teoria e Prática**. IPARDES: Curitiba, 1994.

Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. **Educação Infantil Construindo o Presente**, Campo Grande: Editora UFMS, 2002.

MULLER, Pierre & SUREL, Yves. **A análise das Políticas Públicas**. Tradução de: Agemir Bavaresco e Alceu R. Ferraro. Coleção Desenvolvimento Social, Pelotas: Educat, 2002.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Educação e Cidadania: o Direito à Educação na Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil**. Tese - USP, 1995.

ORTIZ, Maria Elena Rodriguez. **Justiça Social: uma questão de direito**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.

PINTO, Manuel & SARMENTO, Manuel Jacinto (orgs.). **As crianças – contextos e Identidades**. Portugal: Universidade do Minho, 1997.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. Martins Fontes: São Paulo, 2000.

REAL, Giselle Cristina Martins. **Educação Infantil: Políticas Públicas e Ação Institucional**. Campo Grande: Editora UFMS, 2004.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Avaliação de Programas, Indicadores e Projetos em Educação Infantil**. Revista Brasileira de Educação, nº 16, Janeiro de 2001.

_____. (org.). **Creche**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

_____. **Educação Infantil, Gênero e Raça**. IN: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo & HUNTLEY, Lynn (orgs). Tirando a máscara – Ensaio sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

_____. **Literatura Infantil e Ideologia**. São Paulo: Editora Global, 1985.

SANDER, Benno. **Administração da Educação no Brasil: Genealogia do Conhecimento**. Brasília: Liber Livro, 2007.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª edição, São Paulo: Editora da USP, 2008.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da & SOUZA, Gizele de. **Notas de estudos sobre a Infância**. IN: SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; LOPES, Jandicleide Evangelista & CARVALHO, Arianne. Por uma Escola que Protege: A Educação e o Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes. Editora UEPG: Ponta Grossa, 2008.

SILVEIRA, Adriana Aparecida Dragone. **Direito à Educação e Ministério Público: uma análise da atuação de duas promotorias de justiça da infância e juventude do interior Paulista**. Dissertação - USP, 2006.

SOCZEK, Márcia Barbosa. **Políticas Públicas Para a Educação Infantil no Município de Curitiba (1997-2004)**. Dissertação - UFPR, Curitiba, 2006.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et al. **A Política de Oferta Educacional no Estado do Paraná (2001-2006)**. IN: Anais do IV Simpósio da UFU, Uberlândia: MG, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Desafio Metropolitano: Um Estudo sobre a Problemática Sócio Espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1ª edição, 2000.

_____. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao planejamento e à Gestão Urbanos**. 4ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006.

_____. **A Prisão e a Ágora - Reflexões em Torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006.

SOUZA, Nelly Narcizo. **Concepções de Educadoras de Creche sobre o Desenvolvimento da Criança na Faixa Etária de Zero a Três Anos**. 103f. Dissertação – UFPR. Curitiba, 2008.

SOUZA, Nelson Rosário. **Planejamento Urbano, Saber e Poder – O Governo do Espaço e da População em Curitiba**. Tese - USP, 1999.

SCHUSSEL, Zulma & PILOTTO, Angela. **A Participação Social na Construção do PDI/2002**. IN: Metrópolis em Revista. Curitiba: COMEC, nº 4, vol.1, 2002.

UNESCO. **Políticas para a Primeira Infância: Notas sobre Experiências Internacionais**. Brasília, 2005.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. **Mal necessário: Creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970)**. Caderno de Pesquisa, nº 67, p. 3-16, São Paulo, 1988.

_____. **Regulamentação da Educação Infantil**. IN: Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. Educação Infantil Construindo o Presente, Campo Grande: Editora UFMS, 2002.

ZANNINI, Iris Célia Cabanelas. **Educação Infantil Enquanto Direito**. IN: Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. Educação Infantil – Construindo o Presente. Campo Grande: Editora UFMS, 2002.

Documentos consultados:

Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (<http://www.pr.gov.br/comec>). Acesso em: maio de 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (<http://www.ibge.gov.br>). Acesso em: novembro de 2007.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (<http://www.inep.gov.br>). Acesso em: abril de 2008.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (<http://www.ipardes.gov.br>). Acesso em: fevereiro de 2008.

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC (<http://www.ippuc.org.br>). Acesso em: julho de 2008.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (<http://www.pnud.org.br>). Acesso em: julho de 2008.

ANEXOS

**ANEXO 1 – MODELO DE QUESTIONÁRIO ENVIADO AOS RESPONSÁVEIS
PELA EDUCAÇÃO INFANTIL, DOS MUNICÍPIOS DO PAM.**



Universidade Federal do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – UFPR

MESTRADO – LINHA POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Mestranda: Luiza Freire Noguchi ORIENTADOR: Profº. Dr.Ângelo Ricardo de Souza

A/C:.Responsável pelo Departamento de Educação Infantil.

***Município:**

Este levantamento é parte da pesquisa de mestrado *Políticas para a Educação Infantil na Região Metropolitana de Curitiba* vinculada ao Núcleo de Políticas, Gestão e Financiamento da Educação (NuPE) da UFPR. A pesquisa tem como objetivo principal analisar as políticas desta etapa e o atendimento à demanda por creches e pré-escolas nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, especialmente nos municípios do Primeiro Anel Metropolitano, no período de 2000 a 2006.

Após a análise dos dados relatados neste levantamento, a pesquisadora selecionará os municípios com informações peculiares para uma entrevista mais aprofundada acerca desta etapa. Qualquer dúvida com relação as questões apresentadas, contate a pesquisadora através do e-mail: profelufreire@yahoo.com.br. Por gentileza, retorne este levantamento para o endereço eletrônico da pesquisadora, acima citado. Obrigada pelas informações e disponibilidade.

Luiza Freire Noguchi

(mestranda da Linha de Políticas e Gestão da Educação-UFPR)

Data do preenchimento: _____

- 1) Esboce um breve relato sobre a educação infantil no município e as políticas desenvolvidas e planejadas por esta gestão, quais são os objetivos e metas para a etapa.
- 2) A partir deste relato, aponte como o município se posiciona frente à demanda por creches e pré-escolas de outros municípios da RMC. Há integração entre as políticas educacionais locais e as políticas educacionais dos outros municípios para pensar neste atendimento da demanda, que ultrapassa os limites dos municípios?
- 3) O município possui matrículas na educação infantil (da rede pública) de crianças providas dos municípios vizinhos? Se isto ocorre, indique quantas (crianças) e de qual(is) município(s).

ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO 1**MUNICÍPIO: ALMIRANTE TAMANDARÉ****Data do preenchimento:** 13/11/2008**Responsável pelo DEI:** Luciana Antt.

- 1) Esboce um breve relato sobre a educação infantil no município e as políticas desenvolvidas e planejadas por esta gestão, quais são os objetivos e metas para a etapa.

- Distribuição gratuita de uniforme, tênis, mochila e material escolar para todas as crianças da Ed. infantil,

- Reforma e ampliação dos CMEI's já existentes e construção de 03 novas unidades e previsão de construção de mais 04 novas unidades nos próximos anos.

- Construção das Diretrizes Curriculares Municipais,

- Equiparação salarial e inclusão dos profissionais da educação infantil no Plano de Carreira.

- Oferta de cursos de Graduação e Pós graduação gratuitos,

- Reestruturação do PPP.

- 2) A partir deste relato, aponte como o município se posiciona frente à demanda por creches e pré-escolas de outros municípios da RMC. Há integração entre as políticas educacionais locais e as políticas educacionais dos outros municípios para pensar neste atendimento da demanda, que ultrapassa os limites dos municípios?

Não.

- 3) O município possui matrículas na educação infantil (da rede pública) de crianças providas dos municípios vizinhos? Se isto ocorre, indique quantas (crianças) e de qual (is) município (s).

Não.

ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO 2

MUNICÍPIO: ARAUCÁRIA.

Data do preenchimento: 17/10/2008

Responsável pelo DEI: Deisi Cristina Opis Mikosz.

Estamos encaminhando as respostas solicitadas sobre a Educação Infantil em Araucária. Esperamos satisfazer sua expectativa. Caso contrário, colocamo-nos a disposição para demais esclarecimentos.

Atenciosamente, Deisi.

- 1) Esboce um breve relato sobre a educação infantil no município e as políticas desenvolvidas e planejadas por esta gestão, quais são os objetivos e metas para a etapa.

A Educação Infantil em Araucária, passou da Secretaria de Ação Social para a Secretaria de Educação no ano de 2002. A partir dessa transição ela passou a ter novos e mais investimentos. Na atual gestão, este nível de ensino recebeu maior atenção, visto que as listas de espera por vagas reduziram, pois 4 novos CMEI's foram criados e houve revitalização em grande parte dos já existentes, ampliando consideravelmente os atendimentos.

Com a implantação do Sistema Municipal de Educação, a Educação Infantil passou a ser normatizada pelo Conselho Municipal de Educação, trazendo autonomia e agilidade nos processos de renovação, criação e funcionamento dos Centros Municipais de Educação Infantil. Atualmente o município atende mais de 2.800 crianças em 30 Unidades, sendo 29 CMEI's com atendimento de 0 a 5 anos e 01 Pré-Escola com atendimento para crianças de 4 e 5 anos meio período. Como metas, prevemos a construção de 3 CMEI's para o ano de 2009 e outros no decorrer da gestão, de modo a extinguir a lista de espera, universalizando o acesso à Educação Infantil.

*Foram realizados Concursos Públicos para Atendentes Infantis e Professores ampliando o quadro de funcionários efetivos nas Unidades de Educação Infantil e também criado o Plano de Cargos Carreira e Vencimentos com o objetivo de valorizar estes profissionais. A Secretaria Municipal de Educação ofereceu ao longo desses 4 anos a Formação Continuada com mais de 200 horas de cursos, distribuídos em Jornadas Pedagógicas, Assessoramentos, Mediações e Socializações de Práticas Pedagógicas. A história da Educação Infantil a partir da Lei de Diretrizes e Bases vem sendo construída em ritmo acelerado. Os processos de **Cuidar** e **Educar** se intensificam de maneira cada vez mais dialética e imprescindível, conquistando para esse nível de Ensino cada vez mais valorização e importância no cenário municipal.*

- 1) A partir deste relato, aponte como o município se posiciona frente à demanda por creches e pré-escolas de outros municípios da RMC. Há integração entre as políticas educacionais locais e as políticas educacionais dos outros municípios para pensar neste atendimento da demanda, que ultrapassa os limites dos municípios?

Quanto à demanda por creches e pré-escolas de outros municípios, não há conhecimento por parte do município, a não ser por apresentações de dados em encontros participados e, portanto não há políticas para atender demandas que ultrapassam esses limites. A demanda do próprio município ainda não é atendida na sua totalidade. Talvez esse seja o principal motivo de não existirem políticas de integração entre os municípios.

- 2) O município possui matrículas na educação infantil (da rede pública) de crianças provindas dos municípios vizinhos? Se isto ocorre, indique quantas (crianças) e de qual (is) município (s).

Nos CMEI's localizados mais próximos aos limites de Araucária, são atendidas algumas crianças provindas de outros municípios . Esse número não passa de 10 crianças e essas são dos municípios de Curitiba e Contenda.

ANEXO 4 – QUESTIONÁRIO 5

MUNICÍPIO: CAMPINA GRANDE DO SUL.

Data do preenchimento: 04/11/2008

Responsável pelo DEI: Maria do Carmo Fajardo.

- 1) Esboce um breve relato sobre a educação infantil no município e as políticas desenvolvidas e planejadas por esta gestão, quais são os objetivos e metas para a etapa.

AÇÕES REALIZADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:

As políticas públicas voltadas para Educação Infantil relacionadas abaixo atendem a 720 crianças, em jornada integral

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Formação continuada: Realização de palestras, oficinas, horas de estudos aos profissionais da Educação infantil.

Qualificação profissional: Promoção e valorização dos profissionais da educação mediante oferta de bolsas - auxílio para cursos de magistério de graduação e pós graduação.

Plano de cargos e salários do magistério: Aprovado em 31 de março de 2008, que dispões a respeito da valorização, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos profissionais do magistério municipal, instituindo o cargo de Professor de Educação Infantil.

MATERIAL DIDÁTICO

Aquisição de um modelo educacional de qualidade o Sistema Unibrasil de Ensino. Coleção Entrelinhas do Sistema Educacional Unibrasil, livro e agenda para as crianças do maternal, jardim I e jardim II.

Os planejamentos com os materiais do Sistema Educacional Unibrasil e a realização de oficinas no período da tarde divididas por eixo de trabalho sendo movimento, artes, música e teatro, estão sendo de grande eficácia para o desenvolvimento de nossas crianças, que tem em suas rotinas diárias, atividades diversificadas, pensando na criança como um ser completo que precisa ser estimulado em todas as áreas: afetivas, cognitivas, motoras.

MERENDA ESCOLAR:

As crianças recebem quatro refeições diárias balanceadas saudáveis e nutritivas.

KIT ESCOLAR:

Material escolar incluindo mochila e penal.

MATERIAL DE EXPEDIENTE:

Para dar subsídios ao trabalho dos professores, como tinta guache, pincel, cartolinas, barbante, fitas etc...

- 2) A partir deste relato, aponte como o município se posiciona frente à demanda por creches e pré-escolas de outros municípios da RMC. Há integração entre as políticas educacionais locais e as políticas educacionais dos outros municípios para pensar neste atendimento da demanda, que ultrapassa os limites dos municípios?

Não há integração entre os municípios enquanto há demanda reprimida de crianças em lista de espera.

- 3) O município possui matrículas na educação infantil (da rede pública) de crianças provindas dos municípios vizinhos? Se isto ocorre, indique quantas (crianças) e de qual(is) município(s).

Não, as crianças matriculadas na Educação Infantil são todas moradoras do município.

ANEXO 5 – QUESTIONÁRIO 6**MUNICÍPIO: CAMPO LARGO.****Data do preenchimento:** 14/10/2008**Responsável pelo DEI:** Claudia

- 1) Esboce um breve relato sobre a educação infantil no município e as políticas desenvolvidas e planejadas por esta gestão, quais são os objetivos e metas para a etapa.

A atual administração tem a preocupação não apenas centrada na ampliação de vagas como também em melhorar a qualidade das instituições que ofertam educação infantil. Os CMEIs passaram por uma grande reforma melhorando assim as condições físicas, os profissionais têm participado de um processo intenso de formação continuada, significativos investimentos tem acontecido possibilitando a aquisição de livros de literatura infantil de qualidade, brinquedos e jogos educativos principalmente para as crianças das turmas de berçário. Algumas instituições já foram ampliadas, gerando aproximadamente 80 novas vagas e algumas estão sendo planejadas para o próximo ano, visto que o atual prefeito foi reeleito. Também está acontecendo a reconstrução de um CMEI na região da Ferrara, dobrando assim o atendimento. Existe também o projeto de construção de um CMEI em Bateias e outro na região do Itaqui. Portanto, a meta é expandir o atendimento, tanto das crianças de pré-escola como as de creche (0 a 3 anos) devido à grande demanda manifesta. Em relação à pré-escola a expansão acontecerá com maior tranquilidade ampliando o número de vagas nas escolas, visto que a partir de janeiro temos em vigor a Lei 117000. Quanto às crianças de 0 a 3 anos a expansão aconteceria nos CMEIs já existentes e nas possibilidades de construção, mas é preciso deixar claro que não extinguiríamos o atendimento em pré-escola nos CMEIs.

- 2) A partir deste relato, aponte como o município se posiciona frente à demanda por creches e pré-escolas de outros municípios da RMC. Há integração entre as políticas educacionais locais e as políticas educacionais dos outros municípios para pensar neste atendimento da demanda, que ultrapassa os limites dos municípios?

Não há integração entre as políticas educacionais locais e de outros municípios. Em alguns momentos aconteceram reflexões com outras cidades, mas apenas em relação à implementação do ensino fundamental de 9 anos sendo então realizado um Seminário em conjunto com os municípios de Balsa Nova, Lapa, Contenda e Campo Largo. Em relação às crianças transferidas, na medida em que disponibilizamos de vagas procedemos a matrícula.

- 3) O município possui matrículas na educação infantil (da rede pública) de crianças provindas dos municípios vizinhos? Se isto ocorre, indique quantas (crianças) e de qual(is) município(s).

Não possuímos registros na Secretaria Municipal acerca destes dados, pois as fichas de cadastro ficam nas instituições. O que recebemos são crianças cujas famílias se mudam para Campo Largo de municípios variados e que à medida de que disponibilizamos vagas tentamos matricular em CMEIs ou em escolas. Quanto aos nomes de municípios não disponibilizo destes dados e não gostaria de passar dados equivocados.

ANEXO 6 – QUESTIONÁRIO 7

MUNICÍPIO: CAMPO MAGRO.

Data do preenchimento: 28/10/2008.

Responsável pelo DEI: Telma Carpeski.

- 1) Esboce um breve relato sobre a educação infantil no município e as políticas desenvolvidas e planejadas por esta gestão, quais são os objetivos e metas para a etapa.

Segue um quadro da divisão da educação Infantil no nosso município, conforme turmas e estabelecimentos. Estou enviando cópias de objetivos e metas a serem alcançadas seguindo o Plano Municipal de Educação, aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores em 2007.

No Município de Campo Magro a Educação Infantil se divide da seguinte forma:

ESTABELECIMENTO	TURMA	Nº DE ALUNOS
CMEI Deputado Aníbal Khury	2 Berçários 2 Maternal 1 Jardim I 1 Jardim II	150 alunos
CMEI Esther Woller Borowski	1 Berçário 1 Maternal 2 Jardim I	105 alunos
Escola Municipal Profª Mercedes Marques dos Santos	Jardim II	23 alunos
Escola Municipal Ver.Hermetério Torres	Jardim I Jardim II	30 alunos 28 alunos
Escola Municipal Sagrada Família	Jardim II	50 alunos
Escola Municipal José Valenga	Jardim II	26 alunos
Escola Municipal Jardim Pioneiro	Jardim II	30 alunos
Escola Municipal Bom Pastor	Jardim I Jardim II	17 alunos 25 alunos
Escola Municipal João Menegusso Filho	Jardim II	40 alunos
Escola Municipal Palmas	Jardim II	50 alunos

TOTALIZANDO EM 2008 : 426 ALUNOS EDUCAÇÃO INFANTIL (JARDIM I E II)
140 ALUNOS (BERÇÁRIO E MATERNAL)

- 2) A partir deste relato, aponte como o município se posiciona frente à demanda por creches e pré-escolas de outros municípios da RMC. Há integração entre as políticas educacionais locais e as políticas educacionais dos outros municípios para pensar neste atendimento da demanda, que ultrapassa os limites dos municípios?

Em Campo Magro como em outros municípios a demanda é muito maior do que o número de vagas existentes nos CMEIS. Há uma lista de espera em que os pais são procurados conforme a existência da vaga. A Secretaria de Educação procurou em 2008 inserir o Jardim I nas escolas municipais para ampliar a oferta de vagas nesta faixa etária, sendo 2 escolas contempladas com atendimento a 47 crianças. Está em construção um novo CMEI no Bairro Bom Pastor, para atender 120 alunos que iniciará suas atividades pedagógicas em 2009. A integração com outros municípios só se faz através de cursos de formação para coordenadores de Educação Infantil dos municípios pertencentes ao Núcleo Regional da Área Norte. Quanto à demanda dos alunos não há integração.

- 3) O município possui matrículas na educação infantil (da rede pública) de crianças providas dos municípios vizinhos? Se isto ocorre, indique quantas (crianças) e de qual(is) município(s).

Não há matrículas de alunos de outros municípios em Campo Magro na Educação Infantil.

ANEXO 7 – FRAGMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO MAGRO.**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

46

Educação Infantil e sua qualificação vem crescendo, tanto no que se refere ao número de vagas oferecidas, quanto à qualidade deste trabalho na intrínseca relação entre cuidar e educar. Dessa maneira, a Educação Infantil cumpre um papel sócio-educativo próprio e indispensável ao desenvolvimento da criança, valorizando as experiências e os conhecimentos que ela já possui e criando condições para que socialize valores, vivências e representações, elaborando identidades étnicas, de gênero e de classe.

Destaca-se que o contexto sócio-histórico atual incide diretamente sobre a demanda de vagas na Educação Infantil, pois a necessidade de inclusão da mulher no mercado de trabalho, a situação de vulnerabilidade social em que se encontram muitas crianças, a percepção da importância de um ambiente de socialização e de desenvolvimento global para as mesmas, entre outros fatores, são crescentes em nossa sociedade.

Considerando a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e reconhecendo que nela se estabelecem os princípios da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional e da socialização, é de extrema importância que se invista na formação específica para essa faixa etária, bem como na formação continuada dos profissionais que atuam na Educação Infantil. Dessa forma, garante-se a qualificação da prática docente, nos aspectos relativos ao cuidado e à educação.

Dentro de uma política que privilegia a inclusão, o respeito às diferenças, a descentralização do poder e a democratização das relações, faz-se urgente a inclusão de crianças portadoras de necessidades educacionais especiais. Para que tais práticas sejam efetivadas com qualidade é imprescindível que se busque recursos humanos específicos, mantendo uma equipe multiprofissional de assessoria que oriente a prática docente, bem como estruturas físicas adequadas para tal prática.

Sente-se daí, a necessidade da elaboração de um Regimento Escolar e de uma Proposta Político-Pedagógica que explicitem e norteiem a ação educativa nas instituições de Educação Infantil.

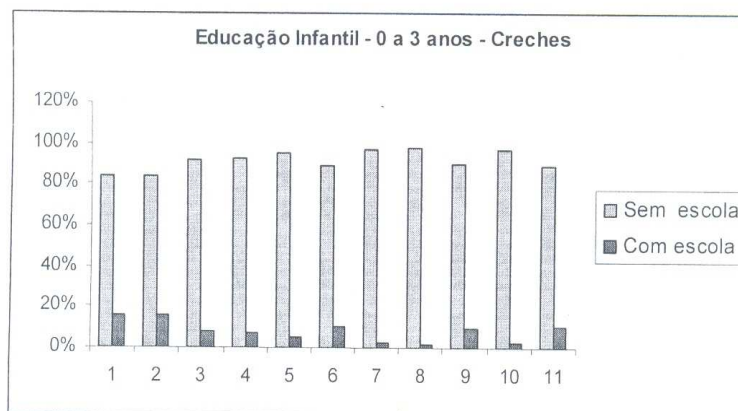


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

47

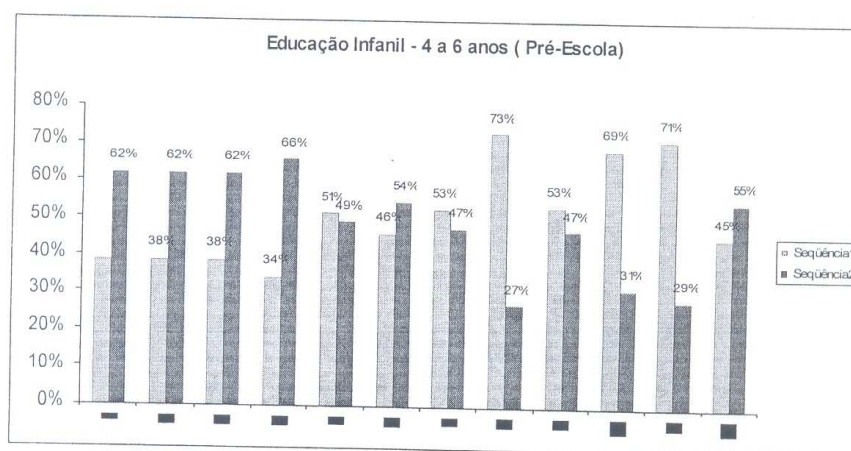
No município de Campo Magro, os dados referentes à contagem de candidatos à Educação Infantil, pelo Mini-Censo Educacional realizado pela Secretaria Municipal de Educação, em 2003, embora aproximados, apontam o seguinte:

Realidade da Educação Infantil (0 - 3 anos) Município de Campo Magro				
BAIRROS	Educação Infantil Creches (0 - 3 anos)		Percentuais	
	Sem escola	Com escola	Sem escola	Com escola
BOA VISTA	179	35	84%	16%
JARDIM CECÍLIA	89	17	84%	16%
JARDIM BOM PASTOR	116	10	92%	8%
JARDIM PIONEIRO	136	11	93%	7%
JARDIM VIVIANE	98	5	95%	5%
NOVOS HORIZONTES	82	10	89%	11%
LAGOA DA PEDRA	84	3	97%	3%
MORRO DA FORMIGA	40	1	98%	2%
CAMPO NOVO	60	7	90%	10%
RETIRO	71	2	97%	3%
FREGUESIA DOS LARAS	8	1	89%	11%
TOTAL	963	102	90%	10%



Estrada do Cerne – PR 090 – Km 22, Nº 20.762 – Campo Magro – PR CEP: 83535-000
 Fone/Fax (041) 3677-2020 E-mail: seduc@campomagro.pr.gov.br

Realidade da Educação Infantil (4- 6 anos) Município de Campo Magro				
BAIRROS	Educação Infantil Pré escola (4 - 6 anos)		Percentuais	
	Sem escola	Com escola	Sem escola	Com escola
BOA VISTA	92	147	38%	62%
JARDIM CECÍLIA	45	72	38%	62%
JARDIM BOM PASTOR	48	77	38%	62%
JARDIM PIONEIRO	60	115	34%	66%
JARDIM VIVIANE	42	40	51%	49%
NOVOS HORIZONTES	55	65	46%	54%
LAGOA DA PEDRA	50	45	53%	47%
MORRO DA FORMIGA	19	7	73%	27%
CAMPO NOVO	33	29	53%	47%
RETIRO	68	31	69%	31%
FREGUESIA DOS LARAS	10	4	71%	29%
TOTAL	522	632	45%	55%





3.1.2 Diretrizes

As instituições de Educação Infantil devem gozar de autonomia sob a perspectiva de uma proposta pedagógica elaborada nos moldes e normas da gestão democrática como preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O conceito de infância vem passando por várias transformações desde os seus aspectos biológicos, até sua dimensão social atual, devido ao modo e as condições de vida da atualidade. Infância é como um momento onde se vê, se pensa e se sente o mundo de um modo próprio.

Atualmente, a Infância caracteriza-se por ser a primeira etapa da Educação Básica e norteia-se por expressar singularidades específicas. Portanto, o desenvolvimento integral da criança deve ser observado em seus aspectos cognitivo, físico, psíquico, espiritual, moral e social, procurando incentivar a criatividade, a autonomia, as relações de respeito e de solidariedade, a partir dos valores humanos, complementando, assim, a ação da família.

Nos últimos anos, têm sido realizados, pelo mundo inteiro, estudos que confirmam a importância dos primeiros anos de vida da criança para o desenvolvimento e aprendizagens posteriores. Esses estudos apontam para o respeito às fases do desenvolvimento infantil no planejamento e execução das atividades pedagógicas, na valorização da ludicidade e, sobretudo, na vivência concreta de experiências que fazem parte de sua cultura e embasam a construção do conhecimento.

Com o objetivo de qualificar o atendimento e o trabalho pedagógico realizados com as crianças de zero a seis anos, faz-se necessário o assessoramento e acompanhamento de uma equipe multiprofissional no desenvolvimento do trabalho, em cada rede de ensino, estabelecendo parcerias com entidades competentes, bem como a adequação das instituições de Educação Infantil, aos padrões mínimos de infraestrutura, atendendo às necessidades das distintas faixas etárias, amparadas pela legislação vigente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

50

Educar nesta etapa significa propiciar situações de aprendizagem e cuidado de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis nas relações interpessoais, de ser e estar com os outros, de aceitar-se e aceitar, de respeitar e confiar, contribuindo, assim, para a formação de crianças felizes e saudáveis. Portanto, é de extrema importância a promoção de cursos de formação continuada aos profissionais que atuam na Educação Infantil, através de parcerias entre as redes estadual, municipal e particular de ensino.

Defende-se uma escola de Educação Infantil aberta para a comunidade, que busca a participação e a integração de todos os segmentos e que abre espaços para o desenvolvimento e valorização da cultura. Para tanto, busca-se garantir a participação da comunidade na elaboração e efetivação dos Projetos Político-Pedagógicos, os quais devem nortear a prática docente.

Uma instituição de Educação Infantil deve, de forma inclusiva, promover o acesso indiscriminado a todas as crianças, ampliando a oferta de vagas para esta faixa etária, no Município de Campo Magro.

Dessa forma, é necessário que se busquem recursos financeiros junto ao governo federal, que contemplem a Educação Infantil pública e/ou conveniada.

Havendo recurso público federal destinado especificamente à Educação Infantil, salienta-se a importância da realização de concurso público.

Assim, a Educação Infantil em Campo Magro vem caminhando em direção à conquista do espaço que lhe é de direito: espaço de trocas, de dialogicidade, do resgate da auto-estima, autonomia, amorosidade, criticidade e democratização, onde se dá, entre tantas outras ações, a construção do conhecimento e da identidade, alicerces fundamentais para a formação da cidadania.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

51

3.1.3 Objetivos e Metas

- Realizar um levantamento de dados, em nível municipal, no ano de 2007, a fim de obter a porcentagem de crianças que estão e que não estão sendo atendidas em instituições de Educação Infantil e divulgá-las à comunidade escolar. Esses dados deverão ser atualizados a cada dois anos, através de preenchimento de formulários e/ou questionários junto às entidades representativas.
- Implantar Jardim II em todas escolas municipais;
- Ofertar atendimento nos CMEIs a partir dos 09 meses;
- Elaborar e efetivar planejamentos em consonância com a proposta político-pedagógica que defende os princípios de inclusão, democratização e parceria entre a família e a escola, percebendo a criança como sujeito de direitos.
- Oportunizar formação permanente e continuada dos profissionais que atuam nas instituições de Educação Infantil.
- Garantir assessoria preventiva e atendimentos específicos às turmas, através de equipes multiprofissionais, conforme legislação vigente.
- Ampliar a oferta de vagas para a Educação Infantil, na zona urbana e rural com aplicação de recursos específicos, adequando e/ou construindo espaços destinados à faixa etária, no prazo de 5 anos.
- Assegurar a participação da comunidade na elaboração das propostas político-pedagógicas das instituições de Educação Infantil, de acordo com a legislação vigente.
- Garantir a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, preferencialmente, em turmas regulares, com acompanhamento de profissionais especializados para o desenvolvimento do trabalho.
- Garantir a orientação de nutricionista na elaboração de cardápios adequados à faixa etária de 0 a 5 anos, mantendo a qualidade da alimentação oferecida para



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

52

as crianças atendidas nas instituições de educação infantil de turno integral, cabendo a mantenedora destinar profissionais para essa área.

- Assegurar o suprimento de materiais ludo-pedagógicos adequados às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional, compatível com o número de crianças de cada instituição, com prazo de dois anos. Esses recursos devem ser contemplados, planejados e executados junto à mantenedora e à comunidade escolar.
- Efetuar avaliação do Plano Municipal de Educação a cada 02 (dois) anos.
- Garantir a manutenção da Educação Infantil Pública Municipal pelo Governo Municipal, desde que haja verbas específicas (FUNDEB)
- Colocar em execução programas de formação para todos os funcionários dos CMEIs;
- Construir no prazo de 10 anos, 01 CMEI em cada bairro visando ampliar a oferta da Educação Infantil;
- Ampliar o CMEI Aníbal Khury, dobrando sua capacidade para passar atender de 100 para 150 educandos;
- Assegurar a adequação do número de crianças de acordo com a indicação CEE e possibilidades do município.

3.2 ENSINO FUNDAMENTAL

3.2.1 Fundamentação e Diagnóstico

A Lei Federal 9394/96 – LDB, em seu artigo 32 dispõe: “O Ensino Fundamental com duração mínima de 8 anos, obrigatório e gratuito na escola pública, tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, escrita e do cálculo:

Estrada do Cerne – PR 090 – Km 22, Nº 20.762 – Campo Magro – PR CEP: 83535-000
Fone/Fax (041) 3677-2020 E-mail: seduc@campomagro.pr.gov.br

ANEXO 8 – QUESTIONÁRIO 8

MUNICÍPIO: COLOMBO

Data do preenchimento: 06/11/2008

Responsável pelo DEI: Maria Adelaide de Simoni dos Santos

- 1) Esboce um breve relato sobre a educação infantil no município e as políticas desenvolvidas e planejadas por esta gestão, quais são os objetivos e metas para a etapa.

A educação infantil do município de Colombo passou a fazer parte da Secretaria Municipal de Educação, a partir do final do ano de 2003, até então era mantida e coordenada pela secretaria de assistência social do município. A partir do ano de 2005 teve início a gestão atual e uma preocupação mais acentuada com a parte pedagógica das creches e pré-escolas de Colombo. Um mapeamento realizado pela atual gestão verificou que era necessário atuar em várias frentes para a melhoria da qualidade do atendimento na educação infantil, aliada as práticas pedagógicas e com o intuito de atender os preceitos legais em vigor (LDB 9394/96 e o PNE para a Educação Infantil). A realidade encontrada por esta gestão foi de uma educação infantil renegada ao assistencialismo somente, ou seja, somente situada na questão do cuidar, sem profissionais específicos e capacitados.

Desta forma no decorrer de 2005 e 2006, o município contava com 227 turmas em CMEI's para adequar aos novos preceitos de qualidade designados pela gestão atual, destas turmas até 2005 existiam 9 CMEI'S não autorizados em funcionamento e 35 autorizados e somente no ano de 2006 que estes "não-autorizados" foram agregados a contagem oficial do município e autorizados a funcionar com o manutenção da prefeitura de Colombo. Um dos desafios foi a capacitação e contratação de profissionais habilitados a trabalhar nesta etapa, assim foram contratados mais docentes e hoje o município conta com um quadro de profissionais habilitados minimamente no Magistério (Normal) a nível médio e na Pedagogia, a nível superior. Agora, para o término desta gestão (2007-2008) que o município pode constar em praticamente todos seus CMEI'S profissionais formados e que recebem formação continuada constantemente de modo a suprir as necessidades pedagógicas dos CMEI'S. Esta formação continuada totaliza em média 40h mais a hora permanência semanal, instituída e que anteriormente não existia, para dar mais condições do profissional se capacitar e planejar suas aulas. Complementando o corpo pedagógico dos CMEI'S foram designados secretárias(os) para CMEI's que possuem mais de 200 alunos, para dar maior atenção à comunidade que vai em busca dos serviços de creche e pré-escola, dispensando a busca e o deslocamento destes pais até à prefeitura de Colombo. Além da formação continuada, foi criada a "escola de pais", onde o corpo pedagógico dos CMEI's realiza palestras e encontros com os pais para orientá-los no cuidado e na educação dada aos filhos de modo a promover uma inter-relação entre a escola e a comunidade.

O processo de formação continuada foi realizado através de licitação, para atender os profissionais que já atuavam nas creches e pré-escolas mais os que ingressaram por meio de concursos com a formação mínima exigida, pela Unibrasil em parceria com os profissionais da própria secretaria de Educação, ministrando seminários e jornadas pedagógicas. Também foi instituído municipalmente o "dia do funcionário de CMEI", comemorado todo dezanove de agosto (19/08). Uma das críticas ao município, oriundas de outros municípios da região metropolitana é a questão da

não abertura de novos CMEI's nesta gestão, por diversas vezes, inclusive no atual período eleitoral foi frisado que não houve abertura e sim melhorias e ampliação dos já existentes e que as metas para os próximos anos serão de construção de novos CMEI's em bairros de Colombo que foram mapeados através da secretaria e que necessitam mais deste atendimento, verificando a demanda manifesta do município por creches e pré-escolas. O município trabalha com os dados da demanda manifesta e atualmente a lista de espera pelo serviço ocorre somente em turmas abaixo do "pré-1", ou seja, de crianças até 4 anos. A linha de corte para entrada nos CMEI'S é de 4 meses de idade e 6 anos para a saída, até 2007, no momento iniciou-se a transição das crianças de seis anos para o ensino fundamental de nove anos. A partir dos 5 anos todos os alunos são atendidos e não há filas de espera. O atendimento é realizado dentro da capacidade do município e desta capacidade é contabilizado hoje um total de 25% de faltas por mês, por exemplo, os profissionais trabalham com 5 crianças em média por dia, das oito matriculadas. Este atendimento é realizado em regime integral (das 07:00 às 18:00), a partir da gestão atual também foram instituídos os planos para a educação infantil do município, as diretrizes pedagógicas e de funcionamento dos CMEI's aprovados em junho de 2008. A educação infantil é uma das prioridades da secretaria da educação do município.

- 2) A partir deste relato, aponte como o município se posiciona frente à demanda por creches e pré-escolas de outros municípios da RMC. Há integração entre as políticas educacionais locais e as políticas educacionais dos outros municípios para pensar neste atendimento da demanda, que ultrapassa os limites dos municípios?

Não existem políticas pensadas para a demanda oriunda de municípios vizinhos, porque o município dá prioridade de atendimento às crianças residentes em Colombo. Não há integração entre as políticas locais e dos outros municípios, somente em exceções e com a ação do conselho tutelar.

- 3) O município possui matrículas na educação infantil (da rede pública) de crianças providas dos municípios vizinhos? Se isto ocorre, indique quantas (crianças) e de qual(is) município(s).

O município possui uma criança matriculada provinda de Curitiba, da região do Atuba e é uma exceção, devido à sua condição de risco e a ação mediada pelos conselhos tutelares dos dois municípios, uma vez que a vaga para este aluno não foi conseguida em Curitiba. A procura por vagas em Colombo era grande antes de 2005, com a passagem da assistência para a educação este número tem caído muito. Acontece este fato devido à indicação da secretaria para que os pais procurem o serviço ofertado nos municípios de origem.

ANEXO 9 – ENTREVISTA 1

MUNICÍPIO: CURITIBA

Data: 20/06/2008.

Responsável pelo DEI: Ida Regina Moro Milléo de Mendonça.

Esta entrevista, realizada em junho de 2008, foi gravada mediante autorização da entrevistada. A coleta de dados tornou-se necessária a partir da constatação dos índices de cobertura da Educação Infantil em Curitiba, contrastante em relação aos dados de cobertura no PAM. Ainda não é a cobertura suficiente para atender toda a demanda, porém pode ser considerada a melhor entre os municípios do PAM, se analisada tendo como horizonte sua população desta coorte etária.

Outro fator que chamou a atenção para a busca de informações mais detalhadas neste departamento foi uma reportagem apresentada pelo jornal Gazeta do Povo (ANEXO 15) publicado em 22 de abril de 2008. Esta reportagem trazia em seu conteúdo uma discussão acerca da demanda por vagas nas creches de Curitiba, as fontes utilizadas pelo jornal (Ministério Público e Conselho Tutelar) apontam para a falta de vagas, nas creches em Curitiba, para aproximadamente 45 mil crianças. Dados contestados pela prefeitura da capital, que indica uma fila de espera de 10 mil crianças (GAZETA DO POVO, 22/04/08). Sendo assim, a entrevista desenvolveu-se após uma breve apresentação dos principais pontos da pesquisa pela pesquisadora, a secretária comentou o número estimado de crianças matriculadas em centros conveniados de educação infantil em Curitiba, são aproximadamente 150 crianças, oriundas da RMC. Nos Centros Municipais de Educação Infantil de Curitiba (CMEI), este número é menor. Com estes dados, a entrevistada foi questionada a respeito das listas de espera em Curitiba, se era possível o acesso a estes dados, uma vez que crianças da RMC poderiam constar nesse número de solicitantes e a pesquisadora teria uma idéia de quais municípios provêm os sujeitos que se deslocam da RMC em busca de vagas de educação Infantil na capital.

A entrevistada mencionou que não poderia ceder estes dados, com a justificativa que a SME está implantando um banco de dados digital para a otimização desta lista de espera, sendo assim os dados não estão disponíveis para consulta. Apontou que a previsão de entrega do sistema informatizado é o final do ano de 2008. Neste momento ela contou um pouco mais sobre o sistema, indicando a melhoria no que se refere à redução dos cadastros duplos e/ou triplos do sistema,

dando mais possibilidades de garantia de vagas nos CMEI's no local onde os solicitantes residem. Indicou que a prefeitura de Curitiba só trabalha com os dados da demanda manifesta ou explícita.

Após este momento a pesquisadora questionou qual é o grau de integração entre este departamento e as secretarias dos municípios da RMC. A entrevistada respondeu que não há reuniões ou encontros para discussão das políticas educacionais relacionadas à educação infantil, mencionou um único momento proporcionado pelo DEI no ano de 2007, que foi o *1º Seminário Municipal de Educação Infantil* com caráter mais pedagógico, como afirmou a entrevistada. Alertou para o fato que foram convidados todos os secretários responsáveis pela educação infantil nos municípios da RMC, para participarem deste ciclo de debates, palestras e cursos. Dos 26 municípios compareceram somente os representantes de Almirante Tamandaré, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais. Neste momento a secretaria afirma sentir falta de uma maior integração entre os municípios da RMC e Curitiba para que mais situações de trocas e políticas afirmativas pudessem ser desenvolvidas em conjunto entre as cidades, principalmente na questão do atendimento aos pais com vagas no local de origem. Disse sentir falta de uma integração, não só nas questões das políticas educacionais, mas das políticas públicas como um todo.

Outra questão teve relação com o critério de ingresso das crianças nos CMEI's e se era autorizada a matrícula de crianças oriundas da RMC. A entrevistada apontou que não é proibida a matrícula das crianças da RMC, porém dá-se preferência aos residentes em Curitiba e que atendam os critérios de seleção da vaga, como renda per capita de até 3 salários mínimos e principalmente que estejam em situação de risco. Argumentou que todos têm direito à vaga independente de serem de Curitiba ou da RMC, mas que o município não tem dado conta nem de atender toda a sua demanda e que fica inviável atender a demanda de municípios vizinhos ou próximos.

Uma das formas de reduzir a burla por sujeitos oriundos da RMC, que se utilizam das mais diversas formas para matricular seus filhos nos CMEI's e comprovar que residem na capital, são as visitas domiciliares. A entrevistada apontou que já ocorreram casos de mães de Curitiba denunciarem ao Departamento a existência da burla por parte de mães da RMC, para garantir a vaga nos CMEI's. Por fim, a entrevistada relatou um caso de desconhecimento do direito à educação

em uma região da cidade. Resume-se na abertura de um CMEI em uma região com altos índices de pobreza e com grande número de crianças em idade para freqüentar o CMEI, na capital e na qual os pais das crianças não matriculavam os filhos no CMEI por desconhecimento do direito, porque achavam que não era escola para os filhos deles, mas para filhos de pessoas de outra classe social, um relato de demanda potencial.

ANEXO 10 – QUESTIONÁRIO 9

MUNICÍPIO: FAZENDA RIO GRANDE

Data do preenchimento: 01º/11/2008

Responsável pelo DEI: Célia Regina Ferreira da Silva Ianiski.

- 1) Esboce um breve relato sobre a educação infantil no município e as políticas desenvolvidas e planejadas por esta gestão, quais são os objetivos e metas para a etapa.

A educação infantil do município de Fazenda Rio Grande, ao longo de 10 anos, desenvolveu-se satisfatoriamente:

- Os CMEI's possuem um diretor, escolhido pela comunidade através de eleição;
- Possui 1 coordenador pedagógico;
- Os educadores (professor 40 horas concursados e estagiários) possuem 8 horas de planejamento semanal fora de sala e neste momento, entra a equipe de linguagens;
- Cada turma possui 4 educadores, conseguindo assim, atingir a meta estabelecida no Plano Municipal 2004, ficando:

Idade	Relação adulto/criança	Número máximo de crianças por turma
0 a 1 ano	01 adulto para 4 crianças	*16 crianças
1 a 2 anos	01 adulto para 5 crianças	* 20 crianças
2 a 3 anos	01 adulto para 6 crianças	* 24 crianças
3 a 4 anos	01 adulto para 6 crianças	* 24 crianças

Obs: * Número de crianças por turma nos espaços dos Centros Municipais de Educação Infantil já existente, considerando a área mínima estabelecida (1m² por criança), em período integral.

- Atendimento das crianças de 4 e 5 anos nas escolas municipais a partir de 2008 (meta atingida);
- Final de 2007, implantou-se a Central de Vagas, centralizando o cadastro único das crianças para intenção de vaga pelas famílias nos Centros (meta atingida);

- 2) A partir deste relato, aponte como o município se posiciona frente à demanda por creches e pré-escolas de outros municípios da RMC. Há integração entre as políticas educacionais locais e as políticas educacionais dos outros municípios para pensar neste atendimento da demanda, que ultrapassa os limites dos municípios?

A demanda de crianças por vaga ainda é enorme. No início do ano, quando as crianças de 4 e 5 anos passaram a ser atendidas nas escolas, diminuimos de 1500 crianças para mais ou menos 700 na lista de espera, mas neste momento já voltamos a ter 1400 crianças, principalmente de 0 a 3 anos. Nestes 10 anos, não foi construído nenhuma creche. Para o ano que vem teremos duas creches, que já estão em andamento: uma pelo programa proinfância e outra conquistada em parceria com o governo federal. Esse atendimento é só para crianças do município.

- 3) O município possui matrículas na educação infantil (da rede pública) de crianças providas dos municípios vizinhos? Se isto ocorre, indique quantas (crianças) e de qual(is) município(s).

No município não existe transferência de crianças de outros municípios, pois não conseguimos atender nem a nossa demanda, as famílias que mudam para cá e que precisam da creche precisam fazer o cadastro e entrar na lista de espera para conseguir uma vaga.

ANEXO 11 – QUESTIONÁRIO 10

MUNICÍPIO: PINHAIS

Data do preenchimento: 07/11/2008

Responsável pelo DEI: Viviane Monteiro de Almeida Luchezi.

- 1) Esboce um breve relato sobre a educação infantil no município e as políticas desenvolvidas e planejadas por esta gestão, quais são os objetivos e metas para a etapa.

Até o ano de 2001 todos os CMEI's eram mantidos pela secretaria de Ação Social do município, possuíam um caráter assistencialista. A partir de 2002 a responsabilidade em manter, gerenciar e fiscalizar a educação infantil passou a cargo da secretaria de Educação de Pinhais. Para isso foram necessárias algumas adaptações e principalmente a organização de metas para cada ano seguinte, tendo em vista as indicações legais nacionais providas do Ministério da Educação. Foram iniciadas as contratações de profissionais capacitados e especialistas em educação, uma vez que anteriormente as atendentes poderiam ter somente o ensino médio (formada máxima exigida), hoje a formação mínima para prestar o concurso para os CMEI's de Pinhais, é o Magistério.

Com relação à parte pedagógica contávamos em 2001 com 12 CMEI's, hoje (2008) são 15 CMEI's sendo que destes 3 são novos e os outros passaram ou passam por ampliação da capacidade de atendimento. A educação infantil é uma das prioridades do município e algumas metas foram traçadas por esta gestão para tentar atender qualitativamente a demanda manifesta do município, algumas delas:

- Incrementar a formação continuada dos profissionais que atuam nos CMEI's,
- Promover a comunidade escolar para ampliar a interação escola – comunidade,
- Disponibilizar material didático às crianças matriculadas,
- Equipe de multiprofissionais, veiculados à secretaria de Educação do município, para atender a critérios de qualidade da alimentação (nutricionistas), avaliação nutricional e psicopedagógica.
- Criação de um núcleo de gerência da educação psicopedagógica dos CMEI's.
- Políticas de inclusão das crianças com necessidades especiais,
- entre outras.

No ano de 2005 foi desenhada a formulação da proposta pedagógica e as metas acima descritas, assim como o projeto político-pedagógico dos CMEI's do município. Este foi encaminhado à Secretaria Estadual de Educação e aprovado em 2007, neste mesmo ano foram criados os Conselhos Escolares nos CMEI's. Desde o início da gestão uma das preocupações é a capacitação interna com profissionais da secretaria e profissionais externos, a formação continuada, com o intuito de dar mais qualidade ao atendimento. Para isso é realizado constantemente um monitoramento com as pedagogas dos CMEI's, as professoras e a secretaria para identificar os temas da prática pedagógica cotidiana e que são mais necessários de serem trabalhados nestas capacitações. Com relação ao atendimento nos CMEI's ele é feito através da procura dos pais por este serviço, o único critério para ingresso nas creches e pré-escolas é residir em Pinhais, não utilizamos renda como critério de seleção das crianças e o atendimento é ampliado tendo em vista a demanda manifesta.

- 2) A partir deste relato, aponte como o município se posiciona frente à demanda por creches e pré-escolas de outros municípios da RMC. Há integração entre as políticas educacionais locais e as políticas educacionais dos outros municípios para pensar neste atendimento da demanda, que ultrapassa os limites dos municípios?

Não há integração entre as políticas do município com os municípios vizinhos. O que ocorre ainda é uma procura (ínfima) de pais residentes em Piraquara pelos serviços de Pinhais, mas esta procura tem diminuído muito neste período.

- 3) O município possui matrículas na educação infantil (da rede pública) de crianças providas dos municípios vizinhos? Se isto ocorre, indique quantas (crianças) e de qual(is) município(s).

Não há crianças matriculadas nos CMEI's de Pinhais providas de outros municípios do entorno.

ANEXO 12 – QUESTIONÁRIO 11

MUNICÍPIO: PIRAQUARA

Data do preenchimento: 17/10/2008

Responsável pelo DEI: Rosimeri Oliveira de Almeida.

- 1) Esboce um breve relato sobre a educação infantil no município e as políticas desenvolvidas e planejadas por esta gestão, quais são os objetivos e metas para a etapa?

Na gestão 2001-2004, quando a Secretaria Municipal de Educação assumiu o atendimento a Educação Infantil, começou a pensar na qualidade da aprendizagem das crianças matriculadas nas instituições, pois até então, somente se priorizava a função do “cuidar”, neste período havia uma coordenadora na instituição que dirigia o trabalho como um todo, juntamente com as babás, algumas professoras e demais funcionários. E a partir desta gestão ocorreram muitos avanços, entre eles podemos citar: a elaboração coletiva da Proposta Pedagógica da Educação Infantil, a implantação de uma diretora em cada CMEI e coordenadoras pedagógicas por pólo (2002), a garantia da hora atividade para o professor elaborar seu plano de trabalho docente, bem como a formação continuada para os professores em todas as áreas do conhecimento.

Nos anos de 2003, 2004 e 2005 em todos os CMEI's havia diretoras e coordenadoras pedagógicas para orientar e acompanhar o trabalho administrativo/pedagógico, neste período iniciaram os contratos de estagiárias para compor o quadro, no ano de 2006, as coordenadoras pedagógicas de pólo retornaram, como uma segunda tentativa, bem como houve um aumento de contratos de estagiários. No ano de 2007 retornaram as coordenadoras pedagógicas em todos os CMEI's, houve a implantação do primeiro CMEI com berçário no bairro do Guarituba, passando a atender crianças na faixa etária de 6 meses a 2 anos. Em relação ao quadro, os professores estão retornando gradativamente em algumas turmas nos CMEI's, diminuindo assim o número de estagiários. No ano de 2005 algumas escolas passaram a atender turmas de Jardim III, aumentando o número de vagas de crianças de 3 a 5 anos de idade (Maternal a Jardim II) no CMEI.

De acordo com o plano de trabalho da gestão 2009-2012, no que se refere à Educação Infantil, temos grandes desafios, pois as metas a serem atingidas são: a adequação das estruturas existentes para atender com qualidade os alunos que hoje estão nas 15 instituições (CMEI's), realização de um concurso público para compor o quadro de professores, reelaboração da Proposta Pedagógica, ampliação do número de vagas nos CMEI's para atender a demanda, pois hoje existe um número muito grande de crianças no pré-cadastro (lista de espera), construção de sedes próprias para substituir às locadas, a regularização dos CMEI's, entre outras ações que irão contribuir com a qualidade da aprendizagem das nossas crianças.

Hoje a Educação Infantil no Município de Piraquara atende aproximadamente 2.618 crianças na faixa etária de 6 meses a 6 anos de idade, incluindo as 31 turmas de Jardim III atendidas em 13 escolas.

- 2) A partir deste relato, aponte como o município se posiciona frente à demanda por creches e pré-escolas de outros municípios da RMC. Há integração entre

as políticas educacionais locais e as políticas educacionais dos outros municípios para pensar neste atendimento da demanda, que ultrapassa os limites dos municípios?

Em relação à integração frente à demanda em outros municípios, não existe.

- 3) O município possui matrículas na educação infantil (da rede pública) de crianças providas dos municípios vizinhos? Se isto ocorre, indique quantas (crianças) e de qual(is) município(s).

Não recebemos crianças de outros municípios, pois ainda temos dificuldades em atendermos toda a demanda do nosso município.

ANEXO 13 – QUESTIONÁRIO 12

MUNICÍPIO: QUATRO BARRAS

Data do preenchimento: 21/10/2008

Responsável pelo DEI: Cleusa Teresinha Zanchettin.

- 1) Esboce um breve relato sobre a educação infantil no município e as políticas desenvolvidas e planejadas por esta gestão, quais são os objetivos e metas para a etapa?

A Educação Infantil, apesar de estar amparada pela Constituição Federal desde 1988 e em especial pela LDB desde 1996, até 2001 não se caracterizava como Instituição Educativa, não tinham nem mesmo profissionais habilitados, norteados por crenças e concepções não fundamentadas em uma prática pedagógica coerente. As formas de trabalho se davam em função de necessidades surgidas no dia-a-dia, sem que fossem discutidas, consensuadas e organizadas num todo coerente. Resumindo, tratava-se do cuidar tão somente.

Em 2001 realizou-se pela primeira vez na história do município Concurso Público para o Cargo de Atendente Infantil, vagas ocupadas até então por educadoras contratadas pela extinta APMI- Associação de Proteção a Maternidade e a Infância. Neste mesmo ano iniciou-se a discussão para construção da Proposta Pedagógica dos Centros Municipais de Educação Infantil.

Em 2002, 60 profissionais assumiram a função de Atendente Infantil aprovadas em Concurso Público Municipal.

Em 2003 publicamos a Primeira Proposta Pedagógica Municipal de Educação Infantil que foi aprovada pelo Núcleo Regional de Educação, bem como a Diretriz Curricular da Educação Infantil Municipal.

Desde 2002 até o presente momento o Município tem investido pesadamente na Formação Continuada das Atendentes Infantis.

A partir de 2006, somente são efetivadas Atendentes Infantis com formação inicial Magistério ou Cursando Pedagogia. Aquelas aprovadas de 2002 até 2006 são motivadas a buscar formação inicial com bolsas oferecidas pela FACSUL – Faculdade de Campina Grande do Sul, localizada próxima deste município.

A Educação Infantil no nível de Jardim III – Crianças de 05 anos completos ou a completar no ano letivo é ofertado nas 06 Escolas Municipais e ministrado por professores licenciados em Pedagogia, hoje num número de 264 crianças e 12 Professores.

Nos 05 Centros de Educação Infantil Municipais, atendemos 382 crianças de 04 meses a 04 anos, das 07:00 as 18:00 horas, com 52 atendentes infantis.

- 2) A partir deste relato, aponte como o município se posiciona frente à demanda por creches e pré-escolas de outros municípios da RMC. Há integração entre as políticas educacionais locais e as políticas educacionais dos outros municípios para pensar neste atendimento da demanda, que ultrapassa os limites dos municípios?

Não acontece uma política educacional entre municípios. Ao contrário, o tema Educação Infantil é pouco abordado. Tem sido discutido com certa atenção de 2004 para cá.

- 3) O município possui matrículas na educação infantil (da rede pública) de crianças provindas dos municípios vizinhos? Se isto ocorre, indique quantas (crianças) e de qual(is) município(s).

O município não atende solicitação de vagas de crianças oriundas de outros lugares, pois entende que é dever de cada município atender sua demanda, até porque não tem condições de atender a todas as crianças e acredita que a lei da oferta de Educação Infantil será sempre menor que a procura por este atendimento.

ANEXO 14 – QUESTIONÁRIO 13

MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Data do preenchimento: 10/10/2008

Responsável pelo DEI: Precila da Silva.

- 1) Esboce um breve relato sobre a educação infantil no município e as políticas desenvolvidas e planejadas por esta gestão, quais são os objetivos e metas para a etapa?

De acordo com o que prevê a Lei de diretrizes e bases da Educação 9394/96, a educação Infantil se divide em duas grandes etapas: a Creche, do nascimento até os três anos, e a Pré-Escola, dos quatro aos seis anos. Cumprindo com a referida Lei, São José dos Pinhais, a partir do ano de 2001, incorpora a Educação Infantil à Educação Básica, proporcionando mudanças de visão e ação em toda a dinâmica de estrutura e funcionamento dos Centros Municipais de Educação Infantil.

A Proposta de Trabalho na Educação Infantil em nosso Município busca a integração entre Educar e Cuidar, possibilitando o direito da criança de brincar, socializar-se e participar da construção do conhecimento, desenvolvendo-se integralmente. Assim, o trabalho desenvolvido nas instituições de ensino deve garantir a realização do Planejamento Pedagógico buscando educar de forma intencional, respeitando os conteúdos dos eixos de conhecimento de acordo com a faixa etária das crianças, além de possuir caráter lúdico e prazeroso das atividades, pois de acordo com a Deliberação 02/2005, Artigo 8.º (Parágrafo III): O Jogo e o Brinquedo representam formas de aprendizagem importante a ser utilizada com a criança uma vez que articulam o conhecimento em relação ao mundo em que vive.

Os conteúdos de aprendizagem devem estar organizados, pois são os instrumentos que dispomos para compreensão da realidade, oferecidos pelas diversas áreas do conhecimento. Ao serem selecionados para Planejamento da Ação necessitamos de critérios que respondam às exigências reais do público infantil integrado pelo trabalho interdisciplinar e contextualizado. Nas Unidades de Educação Infantil, os ambientes e os materiais, assim como o espaço e o tempo, devem ser planejados pedagogicamente, para que favoreçam o aprendizado e o desenvolvimento, sendo importante considerar que a criança precisa exercer o que é próprio da idade. Assim selecionar e organizar conteúdos, conhecimentos e atividades na proposta pedagógica da Educação Infantil significa levantar possibilidades amplas de conhecimento com essas crianças, abrangendo todos os aspectos de formação humana e levando em consideração suas necessidades e especificações, abrindo sempre espaços para o imprevisível. Além de definir eixos que dêem conta de abranger a infinidade de conhecimentos possíveis de serem trabalhados com essas crianças ao mesmo tempo, permitir a articulação com aspectos da vida cidadã e com todos os aspectos do seu desenvolvimento.

Retrato Histórico Evolutivo da Educação Infantil

No período de 2001 a 2006, para atender a demanda infantil advinda da Promoção Social, usufruíamos de espaços em Escolas Municipais. No decorrer foi percebido que a criança de Educação Infantil deveria ser atendida em estruturas apropriadas para a faixa etária, com profissionais qualificados e com olhos voltados para a infância. Diante disso e da necessidade da oferta do Ensino Fundamental de

9 anos, o município passa a atender essas crianças somente nos Centros Municipais de Educação infantil.

Anos	Crianças	CMEIs	Escolas
2001	4.573	22	38
2002	4.496	25	39
2003	5.713	26	13
2004	6.071	29	18
2005	7.086	30	22
2006	7.264	30	23
2007	6.178	30	—
2008	6.959	30	—

Em dezembro de 2008 será entregue à comunidade são-joseense 3 CMEI's, totalizando 936 vagas. Portanto a capacidade de atendimento em 33 CMEI's será de 8.162 crianças. Conforme Resolução 02/2008 do Conselho Municipal de Educação.

**QUADRO DE MODALIDADES
ATENDIDAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Modalidade	Enquadramento	Alunos	Profissionais
<i>Berçário 1</i>	02/03/2008 01/03/2009	18	03 educadores
<i>Berçário 2</i>	02/03/2007 01/03/2008	18	03 educadores
<i>Maternal 1</i>	02/03/2006 01/03/2007	24	02 educadores
<i>Maternal 2</i>	02/03/2005 01/03/2006	24	02 educadores
<i>Pré 1</i>	02/03/2004 01/03/2005	25	01 professor
<i>Pré 2</i>	02/03/2003 01/03/2004	25	01 professor

Projeções: metas estabelecidas

1 – Proporcionar condições adequadas para prover o bem-estar das crianças, seu desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social; ampliar suas experiências e estimular o interesse das crianças para o conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade.

2 – Garantir o direito constitucional da criança e de sua família à Educação Infantil no Sistema Público de Ensino.

3 – Garantir a articulação entre o cuidar e educar, proporcionando a formação e capacitação adequada aos profissionais desta etapa educacional.

4 - Projetar, construir, ampliar, reformar e manter estrutura adequada para o atendimento da Educação Infantil com qualidade.

5 – Ampliar o quadro de servidores nas unidades de ensino da Educação Infantil.

6 – *Implantar um sistema de coleta, atualização e divulgação de dados sobre Educação Infantil recentes à demanda e oferta de vagas no Município.*

7 – *Trabalhar as políticas públicas da inclusão.*

- 2) A partir deste relato, aponte como o município se posiciona frente à demanda por creches e pré-escolas de outros municípios da RMC. Há integração entre as políticas educacionais locais e as políticas educacionais dos outros municípios para pensar neste atendimento da demanda, que ultrapassa os limites dos municípios?

(não foi respondida)

- 3) O município possui matrículas na educação infantil (da rede pública) de crianças provindas dos municípios vizinhos? Se isto ocorre, indique quantas (crianças) e de qual(is) município(s).

(não foi respondida)

ANEXO 15 – TABELA DA POPULAÇÃO INFANTIL POR MUNICÍPIO DO PAM

ALMIRANTE TAMANDARÉ			
População	0-3 ANOS	4-6 ANOS	TOTAL
2001	9.775	7.056	16.831
2006	9.575	7.971	17.546

CAMPINA GRANDE DO SUL			
População	0-3 ANOS	4-6 ANOS	TOTAL
2001	3.677	2.634	6.311
2006	3.846	3.299	7.145

CAMPO MAGRO			
População	0-3 ANOS	4-6 ANOS	TOTAL
2001	2.142	2.634	4.776
2006	2.203	3.299	5.502

CURITIBA			
População	0-3 ANOS	4-6 ANOS	TOTAL
2001	113.834	85.529	199.363
2006	95.712	84.004	179.716

PINHAIS			
População	0-3 ANOS	4-6 ANOS	TOTAL
2001	9.319	6.739	16.058
2006	8.291	7.145	15.436

QUATRO BARRAS			
População	0-3 ANOS	4-6 ANOS	TOTAL
2001	1.557	1.150	2.707
2006	1.549	1.300	2.849

ARAUCÁRIA			
População	0-3 ANOS	4-6 ANOS	TOTAL
2001	9.139	6.785	15.924
2006	8.823	7.409	16.232

CAMPO LARGO			
População	0-3 ANOS	4-6 ANOS	TOTAL
2001	7.814	6.061	13.875
2006	6.882	5.843	12.725

COLOMBO			
População	0-3 ANOS	4-6 ANOS	TOTAL
2001	18.765	13.705	32.470
2006	18.159	15.221	33.380

FAZENDA RIO GRANDE			
População	0-3 ANOS	4-6 ANOS	TOTAL
2001	7.595	5.398	12.993
2006	9.475	7.841	17.316

PIRAQUARA			
População	0-3 ANOS	4-6 ANOS	TOTAL
2001	8.536	6.113	14.649
2006	10.647	9.102	19.749

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS			
População	0-3 ANOS	4-6 ANOS	TOTAL
2001	19.628	14.410	34.038
2006	19.192	16.347	35.539

FONTE: IPARDES (2008)

ANEXO 16 – REPORTAGEM DO JORNAL GAZETA DO POVO DE 22/04/2008.

Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br>, acessado em 28/04/2008.



GAZETA DO POVO

VIDA E CIDADANIA

» INFÂNCIA

Faltam 45 mil vagas em creches de Curitiba

Levantamento do Ministério Público do Paraná foi feito nos Conselhos Tutelares. Prefeitura contesta número

Publicado em 22/04/2008 | THEMYS CABRAL

Fale conosco



Está no artigo 54, inciso IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): é dever do Estado assegurar à criança de zero a 6 anos de idade atendimento em creche e pré-escola. Na prática, contudo, o direito é violado insistentemente. De acordo com o Ministério Público do Paraná (MP-PR), em 2004, havia 33 mil crianças sem creche em Curitiba, segundo o MP-PR, hoje este número gira entre 40 a 45 mil, um aumento de, no mínimo, 21%. O levantamento foi feito pelo próprio MP-PR junto aos Conselhos Tutelares.

A prefeitura de Curitiba contesta e apresenta outros números. De acordo com o levantamento de 2005, o último disponível, o cadastro de fila de espera está em 10 mil crianças. Contudo, segundo a prefeitura, podem haver cadastros duplos e até triplos (pais que procuram mais de uma unidade), o que faz com que o déficit real seja inferior às 10 mil vagas. A prefeitura pretende finalizar um novo levantamento no segundo semestre deste ano, que deve mostrar qual é o real tamanho da fila e a verdadeira demanda. Estão sendo avaliados quesitos como idade, renda e trabalho, para certificar-se da necessidade da família.

Defasagem

O tamanho da fila de crianças à espera por uma vaga nas creches públicas em Curitiba é incerto. Há dados diferentes entre a prefeitura e o MP.

Matriculadas

36,7 mil crianças estão matriculadas em creches municipais, unidades conveniadas e pré-escolas municipais em Curitiba.

Oferta

162 creches municipais são destinadas ao atendimento de crianças de 4 meses a 5 anos.

Pré-escola

172 escolas municipais fazem o atendimento a partir dos 5 anos.

Fila da prefeitura

10 mil cadastros com pedidos para vagas em creches foram contabilizados pela prefeitura em 2005. Há registros duplos e até triplos. O número não demonstrava o real déficit.

Fila do MP

40 a 45 mil é déficit de vagas em creches em Curitiba estimado pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR), em levantamento feito junto aos Conselhos Tutelares.

Novas

19 creches foram construídas desde 2005.

Reformas

140 creches foram reformadas ou ampliadas desde 2005.

Novas vagas

7,1 mil novas vagas foram criadas desde 2005. A meta é chegar até o fim de 2008 com 8,5 mil novas vagas.

Horário especial

4 creches funcionam até as 23 horas para atender especialmente filhos de caminhoneiros: Vila Torres (Prado Velho), Parolin (Guairá), Pimpão (Portão) e João Batista Fontana (Guairá).

Fonte: Prefeitura de Curitiba e MP-PR

Desde 2005, de acordo com a prefeitura, vem se trabalhando para se diminuir as listas de espera por creches em Curitiba. De acordo com a assessoria de imprensa do município, hoje são 36,7 mil crianças de quatro meses a 5 anos matriculadas nos chamados Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) ou em unidades conveniadas. Nos últimos três anos foram criadas 7,1 mil vagas com a construção de 19 novas creches e a reforma e ampliação de outras 140. Até o fim do ano, a meta é fazer com que esse número chegue em 8,5 mil novas vagas, o equivalente a 85% do déficit de 2005.

"A prefeitura vem trabalhando arduamente para resolver o problema e dar conta da demanda. É um problema nacional. Curitiba tem buscado solucionar e ampliar as vagas", afirma a diretora do departamento da educação infantil da secretaria municipal de Educação, Ida Regina Moro Millêu de Mendonça. Para o Ministério Público, entretanto, o que está sendo feito não é suficiente. "É pouco, mas não quer dizer que não há nada sendo feito", afirma o promotor de justiça, Mário Luiz Ramidoff.

O déficit de vagas em creches não é uma questão tão fácil de ser equacionada. O problema é antigo e a demanda não para de crescer. Por ano, nascem em Curitiba 24,3 mil bebês.

O pintor Paulo Ferreira Mota, 20 anos, está em busca de creche para seus dois filhos: Alcida, de 3 anos e cinco meses, e Wallace, de 1 ano e 3 meses. O cadastro de Alcida foi feito pelo pai quando a menina tinha quatro meses de vida. Mesmo assim, nada de vagas até agora. Abandonado pela esposa, há duas semanas Mota deixou de trabalhar para ficar com os filhos. "Era ela quem cuidava das crianças. Eu preciso voltar ao trabalho na terça-feira e não sei o que fazer." Segundo ele, com o dinheiro que ganha, não teria condições de pagar creche particular para as duas crianças, além de aluguel, condução e alimentação.

A auxiliar de serviços gerais Rosimeri Costa Pereira Rocha, 23 anos, também tem de se virar sozinha com duas crianças. O mais velho, de 7 anos, está na escola, mas para o menor, de 3 anos, não há vagas nas creches que ela procurou. "Estou à espera de vaga desde o começo do ano passado. Minha vizinha fez a solicitação depois de mim e já conseguiu. E ela nem trabalha fora. É decepcionante", afirma.

O marido de Rosimeri foi embora de casa há cerca de dois anos. Desde então, ela tem de fazer malabarismos para cuidar das crianças e sustentar a casa. "Quando tenho com quem deixar meus filhos, eu posso ir trabalhar. Mas quando não tem ninguém, eu falto", diz. Segundo a auxiliar de serviços gerais, quem a ajuda de vez em quando e cuida dos meninos é o irmão dela, de 15 anos. "Mas ele estuda e tem trabalhos da escola, nem sempre pode ficar com as crianças", diz.

O eletricitista Edson Luiz Amaral, 42 anos, luta por uma vaga em creche para a sua neta, Sarah Eduardo Amaral, de 1 ano e oito meses. De acordo com Edson, no ano passado, quando Sarah nasceu, em agosto, a mãe da menina, de 16 anos, teve de sair da escola para cuidar do bebê. "Minha filha perdeu o ano da escola porque não conseguiu vaga na creche. Recorri ao Conselho Tutelar, que fez os encaminhamentos. Fizemos a representação no Ministério Público e não tivemos nenhuma resposta. Eu fiquei revoltado de ver a filha da gente ter de sair da escola. São duas crianças que estão sendo afetadas", afirma.

Neste ano, eles não abriram mão. A adolescente voltou à escola e também está fazendo estágio, mas como ainda não conseguiu vaga em creche para Sarah, a avó da criança, Sandra Maia de Amaral, 42 anos, deixou o emprego de empregada doméstica para ficar responsável pelos cuidados da neta. "Para a minha filha não perder o ano letivo de novo, minha esposa teve de sair do trabalho para cuidar da neta. São R\$ 500 a menos no orçamento familiar, nossas contas estão todas atrasadas. É uma situação de impotência total. O governo teria de prover isso. A gente fica abandonado", diz.

Pais apelam aos Conselhos Tutelares

As histórias que envolvem as famílias em busca de uma vaga em uma creche sensibilizam os conselheiros tutelares. Relatos de mães que chegam chorando, não são incomuns. "A mãe chega desesperada, porque precisa trabalhar e não tem vaga na creche para o filho. Ela acaba deixando com uma pessoa que cuida de várias crianças. Mas, só cuida, não tem um trabalho educativo", afirma a conselheira tutelar do Boqueirão, Eloisa Siqueira Lima.

Há quem não tenha alternativa. "Famílias em maior grau de vulnerabilidade levam os filhos juntos nos carrinhos de reciclagem e há casos em que encontramos os pequenos zozinhos em casa, com uma criança de dez anos faltando à escola para cuidar do irmão de dois anos. Vou vai verificar depois no sistema e vê que é uma mãe que tentou, mas não conseguiu vaga em creche", relata o conselheiro tutelar da CIC, Marcos Sarafim Furtado.

Quando não se consegue uma vaga diretamente na creche, a saída é procurar os Conselhos Tutelares. Eles fazem um pedido oficial à Secretaria Municipal de Educação. Em caso de negativa, entra-se com uma representação no Ministério Público. "Mesmo assim, não temos muito retorno", explica Furtado. O déficit de vagas em creches é maior nos bairros da região Sul da cidade, nas regionais Boqueirão, Pinheirinho, Bairro Novo e no bairro CIC.

Segundo a conselheira tutelar Elenize de Fátima Borme Gonçalves, a regional do Bairro Novo ganhou duas novas unidades de creche, os chamados Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI). Contudo, ainda faltam 480 vagas solicitadas no Conselho Tutelar do Bairro Novo.

As listas de espera de cada CMEI também são sempre muito grandes. Segundo Elenize, extra-oficialmente, sabe-se que em um único CMEI há uma lista de espera de 400 crianças. "Nem todos os pais que procuram as creches vão até os conselhos tutelares", explica.

No Conselho Tutelar da CIC, cerca de 650 crianças aguardam uma vaga em uma creche. Mas, mais uma vez, este número não representa o déficit do bairro. "Nós percebemos que aqueles que vêm ao conselho são minoria. Quando vêm, é por um situação de desespero", conta Furtado.

No Pinheirinho, 650 solicitações de vagas foram feitas diretamente ao Conselho Tutelar. "As mães vêm aqui e choram. Não têm como sair do emprego, senão não têm como pagar aluguel ou prestação. Essas crianças ficam na rua, com o vizinho", conta a conselheira tutelar Cecília de Souza Lima. A regional conta com 21 CMEI's. Cecília calcula que seriam necessários cerca de 15 novos CMEI's para atender toda a demanda da região. (TC)